



**ESS**  
ESCOLA DE  
SERVIÇO SOCIAL  
UFRJ

**PPGSS**  
UFRJ



**FAPERJ**  
Fundação Coordenação de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

**COLEÇÃO**  
**JPN**  
JOSÉ PAULO NETTO

**7**  
VOLUME

---

# **Contribuições sobre raça e gênero: reflexões contemporâneas**

---

**Alzira Mitz Bernardes Guarany**

---

**Lilian Angélica da Silva Souza**

---

**Nayara Alves de Aleluia**

---

CONTRIBUIÇÕES SOBRE RAÇA E GÊNERO:  
reflexões contemporâneas  
Coleção José Paulo Netto – Volume 7

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Andrade Medronho  
Reitor

João Ramos Torres de Mello Neto  
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ana Izabel Moura de Carvalho  
Diretora

Guilherme Silva de Almeida  
Vice-Diretor

Fátima da Silva Grave Ortiz  
Diretora Adjunta de Pós-Graduação

Alzira Mitz Bernardes Guarany  
Lilian Angélica da Silva Souza  
Nayara Alves de Aleluia  
(Organizadores)

CONTRIBUIÇÕES SOBRE RAÇA E GÊNERO:  
reflexões contemporâneas  
Coleção José Paulo Netto – Volume 7

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações  
2024



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com  
editoranavegando@gmail.com  
Uberlândia – MG – Brasil

**Direção Editorial:** Navegando Publicações

**Diagramação:** Lurdes Lucena

Capas e selo da Coleção José Paulo Netto por Fábio Marinho.

Imagem original de capa desenvolvida com a ferramenta Adobe Firefly Image 2.

**Copyright © by autor, 2024.**

C7644 – GUARANY, Alzira Mitz Bernardes; SOUZA, Lilian Angélica da Silva; ALELUIA, Nayara Alves de. (Orgs.) Contribuições sobre raça e gênero: reflexões contemporâneas. Volume 7. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024.

ISBN: 978-65-6070-062-8



10.29388/978-65-6070-062-8

Vários autores(as)

1. Gênero 2. Racismo 3. Serviço Social I. Alzira Mitz Bernardes Guarany, Lilian Angélica da Silva Souza, Nayara Alves de Aleluia. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

### **Índice para catálogo sistemático**

Serviço Social

360

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com  
editoranavegando@gmail.com  
Uberlândia – MG  
Brasil

## Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil  
Carlos Lucena – UFU – Brasil  
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil  
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

## Conselho Editorial Multidisciplinar

### Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil  
Anderson Brettas – IFPM – Brasil  
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil  
Carlos Lucena – UFU – Brasil  
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil  
Císcar César Fagiani – Uniube – Brasil  
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil  
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil  
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil  
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil  
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil  
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil  
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil  
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil  
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil  
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil  
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil  
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil  
Maria Ciavatta – IFF – Brasil  
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil  
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil  
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil  
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil  
Robson Luiz de França – UFU, Brasil  
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil  
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil  
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil  
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

### Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.  
Alicia Maria de Castro Martins – (I.S.M.T), Coimbra – Portugal  
Alexander Steffanell – Lee University – EUA  
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana  
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Mc – Rep. Dominicana  
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia  
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala  
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina  
Christian Cwik – Universität Graz – Austria  
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile  
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA  
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica  
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France  
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.  
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha  
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia  
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México  
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal  
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia  
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México  
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela  
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia  
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México  
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha  
**Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha**  
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador  
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia  
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras  
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha  
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal  
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha  
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia  
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia  
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica  
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha  
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha  
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba  
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça  
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal  
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra  
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai  
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba – Cuba

A coleção José Paulo Netto – professor emérito da Escola de Serviço Social e referência para a Área de Serviço Social – compõe-se de pesquisas desenvolvidas por estudantes e docentes do nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujos resultados foram apresentados na sua maioria na VII Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica – JIPA, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2023 com a realização de conferências, mesas temáticas e apresentação de trabalhos nos diversos GT (grupos de trabalho). A JIPA é um evento consolidado no âmbito do nosso Programa e está na sua sétima edição com o objetivo de combater o isolamento intelectual muito presente na lógica da pós-graduação brasileira, por meio do intercâmbio e do debate das nossas pesquisas.

A coleção é composta também dos resultados das pesquisas originalmente apresentadas em teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em nosso Programa de Pós-Graduação de autoria das/os egressas/os no período de 2021 a 2023.

Deste modo, a partir de uma perspectiva crítica e voltada aos grandes temas contemporâneos que atravessam o Serviço Social e áreas afins, a diversidade das pesquisas existentes no nosso Programa é evidenciada no universo de nove volumes apresentados nesta coleção: 1 - Antirracismo, Lutas de Gênero e LGBTQIAPN+; 2 - Estado, Políticas Públicas e Lutas Sociais; 3 - Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do Trabalho e da Formação Profissional na ótica dos/as Pós-Graduandos/as; 4 – Capitalismo Contemporâneo: crise e barbarização da vida social; 5 - Estado e Sociedade: análises sobre Desigualdades e Políticas Públicas; 6 – Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social; 7 - Contribuições sobre Raça e Gênero: reflexões contemporâneas; 8 – Políticas Sociais e Serviço Social: debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional; 9 – Capitalismo, Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho. Agradecemos à FAPERJ pelo apoio para a concretização desta Coleção. Que esta coleção possa contribuir com as reflexões e análises sobre o nosso tempo e principais questões. Boa leitura!

Fátima Grave Ortiz  
Coordenadora do PPGSS/UFRJ

...é feita de cor

A vida é feita de cor:  
eles não enxergam os negros!  
quando eu estava nos bancos da escola  
uma menina lastimou: “não gosto de negros!”  
me pediram para mudar de classe, de horário,  
mas esqueceram de pedir que ela mudasse de ideia  
a escola não faz nada quando reclamam de sua cor  
a escola não muda de cor  
a escola tem a mesma cor,  
os mesmos tijolos,  
as mesmas entradas e saídas.  
a vida é feita de cor:  
eles não enxergam os negros  
e não adianta espernear  
eles lhe convencerão de que você está errado.  
a escola não discute a cor  
a escola reafirma a anticor,  
os antissonhos,  
os anticorpos,  
os anticabelos.  
a escola tem cor,  
a escola tem telhados, e, se a coisa vai mal, dizem por aí: “é culpa desse neguinho!”  
porque preto é assim, vem para a escola  
para aumentar a reprovação e a evasão.  
a escola nunca reprova,  
a escola nunca evade  
a escola e sua anticor são guetos de escrotos  
que decoram regras  
e não discutem a (cor)dição social da cor.  
me empurram para fora  
me empurram para fora e  
depois dizem que fui eu quem quis sair  
me atiraram para baixo  
e dizem que fui eu quem caí.  
a escola tem cor  
a escola não tem (cor)agem.  
me empurraram para fora da escola  
foi assim que aprendi a gritar  
contra a anticor  
contra os antissonhos.  
(Nelivaldo C. Santana)



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
As organizadoras	
PREFÁCIO .....	13
Magali da Silva Almeida	
PINDORAMA EM PAUTA: a “etnia” das relações étnico-raciais e contribuições dos movimentos indígenas para o debate.....	17
Paulo Sérgio Pereira Filho	
Alzira Mitz Bernardes Guarany	
O PESSIMISMO DA PRISÃO E O OTIMISMO DA RESISTÊNCIA: entre práticas culturais e aprisionamento .....	29
Viviane Maia	
Miriam Krenzinger	
CONTRATO RACIAL, COLONIALIDADE DO CUIDADO E SOFRIMENTO PSÍQUICO DAS MULHERES NEGRAS.....	43
Cibele da Silva Henriques	
ESTRATÉGIAS DAS DOCENTES NA CONCILIAÇÃO DO TEMPO DO TRABALHO: esfera pública e privada .....	56
Rosimar Souza dos Santos Borges	
Ludmila Fontenele Cavalcanti	
CÂNCER DO COLO DO ÚTERO E RACISMO: implicações socioeconômicas.....	69
Daniel Silveira Lopes	
O TRABALHO REPRODUTIVO E A VIDA DAS MULHERES NO CAPITALISMO.....	84
Beatriz Lima Benjamim	
Luana de Souza Siqueira	
MULHERES REFUGIADAS E A PRECARIZAÇÃO DA INSERÇÃO LABORAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO .....	95
Marisa Andrade	
Lília Guimarães Pougy	
REMOÇÕES NA FAVELA DA MARGEM DA LINHA EM CAMPOS DOS GOY-TACAZES/RJ.....	111
Pollyanna de Souza Carvalho	
Gabriela Maria Lema Icasuriaga	
MARXISMO E DECOLONIALIDADE: existe diálogo possível?.....	128
Carmen Corato	
Luis Eduardo Acosta	

SOBRE OS/AS AUTORES/AS ..... 143

## APRESENTAÇÃO

O presente volume contém capítulos formulados em torno da centralidade do debate étnico-racial, de classe e de gênero, que se associam a outras opressões na formação social, histórica e política no Brasil, bem como apresenta suas repercussões na sociedade e na sociabilidade do século XXI, sobretudo para negros e negras. Os esforços de síntese buscaram analisar as bases que estruturam a construção do caráter racista e patriarcal do país, que culmina nas condições desiguais para estes grupos, refletindo parte de importantes pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelos seus egressos e seus/suas orientadores/as.

Ao tratar da agência do tráfico transatlântico negreiro e do processo de escravização dos africanos sequestrados na trajetória de construção do Brasil, Moura (2024) demonstra não só o caráter desumanizante e desumanizador sobre o qual esse comércio infame se pautou, como revela a participação ativa e efetiva dos negros e dos povos autóctones na construção e na economia do país, assim como aponta o processo de resistência e da luta desses povos na exigência de serem reconhecidos como seres humanos e sujeitos.

Para iniciar este volume, o primeiro capítulo, elaborado por Paulo Sundi e Alzira Guarany, aborda a riqueza das cosmogonias e das cosmologias dos inúmeros povos indígenas alertando sobre a importância de sua presença e valorização no meio acadêmico. Trata das contribuições que os saberes ancestrais podem dar à construção de uma sociedade mais justa, preocupada com o meio-ambiente e com as gerações futuras, assim como esses povos têm muito a colaborar com a consolidação de uma democracia substantiva, com a participação de todas as etnias, “raças”, credos, origens, orientações e pluralidades, que compõem o território brasileiro. Todavia, ainda hoje, essas cosmologias e suas cosmogonias sofrem um processo de etnogenocídio e até de desqualificação nos debates políticos, científicos e acadêmicos.

Ainda na ótica da formação econômico-social brasileira, a análise sobre as relações de produção e de trabalho que influencia a divisão sociosexual e racial, se destaca em alguns dos capítulos. Expressam a superexploração do trabalho, mostrando o quanto o racismo é pilar para o processo de manutenção e ampliação do capital. Um dos seus reflexos é o encarceramento em massa, que atinge desproporcionalmente pessoas negras.

Angela Davis, ativista da luta antirracista, do feminismo negro e antiprisional, explica que sua defesa lúcida sobre a abolição das prisões nos Estados Unidos decorre do fato de que este modelo de instituição não promove nenhuma solução para a contenção da violência, além de obstaculizar a garantia de direitos humanos. Para a autora (2018, p. 10), estas pessoas estão “[...] mais propensas a ir para a prisão do que a ter uma educação decente. Quando um grande número de jovens decide se alistar nas forças armadas a fim de escapar [...] de uma temporada na prisão, deveríamos nos perguntar se não é hora de tentar oferecer melhores opções.” Esta discussão é proposta no segundo capítulo por Viviane Maia e Miriam Krenzinger, que relacionam a análise sobre capitalismo, questão racial, a criminologia e a contra-hegemonia forjada na esfera da cultura para compreender o superencarceramento, os modelos de punição e privação de liberdade da população negra, as disparidades de condições sobre essa força de trabalho, assim como as suas formas de resistência na recusa a serem não sujeitos (Fanon, 2022).

Aliás, é importante registrar que o público feminino, em especial as mulheres negras, ocupam lugar de relevo nas análises empreendidas pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores deste volume. São capítulos que nos remetem ao debate sobre a subjetividade deste público, expressa, por exemplo, nas produções de hooks (s/d), Jesus (2014) e Kilomba (2019). Dentre tantas contribuições, bell hooks mostra como o sistema escravocrata produziu revezes sobre a capacidade da população negra de amar. Já Carolina Maria de Jesus, revela detalhes sobre as relações entre pobreza e solidão da mulher negra favelada. Grada Kilomba (2019), também discorre sobre as relações entre o racismo e as estratégias do “lugar da Outridade” (p. 188).

O trabalho de Cibele da Silva Henriques, apresentado no terceiro capítulo, nos leva à discussão de Neusa Santos Souza (2021) sobre o mito negro e a ascensão social da população negra, principalmente no percurso feminino. A autora discorre sobre o tema do adoecimento psíquico de mulheres negras, a partir do sistema colonial moderno, que, sob a marca da divisão racial, de gênero e de sexo do trabalho, determina as tarefas de cuidado e domésticas para este grupo, em contraponto ao fortalecimento do *branko*-estar da branquitude, o qual também se compõe de mulheres brancas.

De modo semelhante, o capítulo quatro, produzido por Rosimar Souza dos Santos Borges e Ludmila Fontenele Cavalcanti, trata dos mecanismos criados por professoras da UFRJ, para ocupar o tempo de trabalho remunerado e o tempo de trabalho socialmente não reconhecido, o que culmina em reflexos sobre a saúde destas mulheres. Na mesma esteira, o texto de Daniel Silveira Lopes, discute as implicações do racismo estrutural nas condições de saúde das mulheres em tratamento de câncer no colo do útero, demonstrando os determinantes sociais que interferem no processo saúde/doença, e uma reflexão de como o racismo é um fator de adoecimento.

Beatriz Lima Benjamim e Luana de Souza Siqueira tratam do trabalho reprodutivo e de como é a vida das mulheres no capitalismo. As autoras trazem para o debate os desafios e as desigualdades enfrentados por este público. Já o capítulo sete, discute a precarização do trabalho de mulheres refugiadas. Produzido por Marisa Andrade e Lília Guimarães Pougy, o texto mostra as péssimas condições de vida e de trabalho, assim como o dismantelamento das legislações de proteção social, promovido pelo neoliberalismo nacional e internacional, a despeito de um aparato jurídico-formal que tenta dar conta dos direitos desse grupo populacional que se vê obrigado, por questões alheias à sua vontade, a sair dos seus países para tentar (sobre)viver.

O penúltimo capítulo remete a dois outros relevantes debates que interessam à população negra, pobre e periférica, que é o direito à cidade e o racismo ambiental. O artigo de Pollyanna de Souza Carvalho e Gabriela Maria Lema Icasuriaga discute um antigo problema que moradores de territórios, como nas favelas, enfrentam: a remoção. Neste sentido, Souza (2020) aponta que desde a reforma Pereira Passos até os dias atuais, o objetivo são os mesmos: vigiar e controlar os pobres a partir de sua segregação espacial na cidade. Para encerrar este volume, Carmem Corato e Luis Eduardo Acosta Acosta sintetizam parte do debate que teve centralidade no conjunto de textos reunidos neste volume: a teoria social marxiana e a decolonialidade.

Portanto, concluímos que o conjunto de textos ora apresentados, mesmo aqueles que não traduzem integralmente a abordagem teórico-metodológica ou a postura ético-política das organizadoras, aludem às dimensões estruturais e estruturantes da organização histórica, social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira, que, sob a conformação do capital, impõem diferentes formas de opressão aos grupos mais vulneráveis, com destaque para negros, indígenas e mulheres. Nos leva a refletir sobre tais opressões, mas também a pensar em formas de

enfrentamento e resistência. Por isso, esperamos que os textos e reflexões propostos pelos/pelas autores/as deste volume, auxiliem na construção cotidiana de um pensamento mais apurado sobre as questões aqui apresentadas. Que sirvam também como estratégias na luta por uma sociedade igualitária e justa.

As organizadoras

## Referências

- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** RJ: Editora Zahar, 2022.
- hooks, bell. **Vivendo de amor.** Disponível em:  
<http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>.  
Acesso em: 23 dez. 2023.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** SP.: Anita Garibaldi Ed., 2024.
- RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. **Racismo estrutural e aquisição da propriedade:** uma ilustração na cidade de São Paulo. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SOUZA, Renata da Silva. **Cria da favela: resistência à militarização da vida.** 2. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2020.

## PREFÁCIO

Comparativamente, a escravidão no Brasil lhes pareceu obedecer a um código mais humano ou mais fraternal do que em outras regiões. [...] Não será o estereótipo mencionado acima uma dessas elaborações ideológicas, uma racionalização de escritores brancos ou de qualquer forma ligados à estrutura de dominação do branco? Se os estudos sobre negros fossem realizados preponderante por negros, não teriam eles assumido um outro caráter? Essa indagação está desafiando quem quer que seja capaz de aproveitar os atuais recursos da sociologia do conhecimento  
(Alberto Guerreiro Ramos, 2023, p. 101).

Fiquei honrada em prefaciá-lo este volume da Coletânea José Paulo Netto voltada para o debate sobre a questão racial e de gênero, que você, leitor(a) terá o prazer de conhecer. Agradeço às organizadoras pela oportunidade de dialogar sobre o racismo e outras ideologias de dominação que estruturam as relações sociais desiguais e hierárquicas assentadas na Modernidade. Os textos vislumbram as inquietações, sugerindo proposições teórico-metodológicas e ético-políticas no enfrentamento do racismo, do sexismo e classe social que promoveram férteis reflexões apoiada na produção de conhecimento dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta iniciativa, que em muito qualifica nossos programas de Pós-Graduação, vai ao encontro dos objetivos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das políticas valorativas, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Nesse sentido, trago algumas ideias que são compartilhadas em meus escritos, mas ganham sentido no diálogo coletivo, sempre que ele é propício.

A inteligibilidade do racismo no mundo globalizado, requer a ultrapassagem de suas manifestações aparentes. A dura materialidade da discriminação e do preconceito raciais, suas múltiplas determinações condicionam a existência de mais da metade da população brasileira<sup>1</sup> ao abandono e às sistemáticas violências estruturais e institucionais pelos agentes do Estado. Essas por si só, não explicam, *per si* a complexidade dos processos de exploração/opressões.

O racismo estrutural, segundo Almeida (2018, p. 16) “[...] fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”. Abandonada sua função precípua de dominação, como uma potente arma ideológica de subjugação e exploração da classe trabalhadora, corremos o risco de reproduzir privilégios econômicos, políticos, direcionando mormente as(os) trabalhadoras(es) negras(os) às franjas marginais e nossa luta pela emancipação é fadada ao fracasso histórico.

Fatores estruturais como a propriedade privada e o acesso à terra, ou a remoção forçada de quem as ocupa por direito, são tensões derivadas do processo contraditório de acumulação da riqueza e questões vitais à manutenção da ordem capitalista, que, no Brasil contou com a sustentação do sistema jurídico colonial punitivista (Ribeiro, 2020). Nesta esteira, o racismo, a raça, o gênero, a origem, o credo e a sexualidade relacionam-se dialeticamente e interseccionalmente, atuando como agentes estruturais e estruturantes das relações sociais de dominação/opressão nas sociedades historicamente fundadas pelo sistema de *plantation* e pelo escravismo colonial, bases econômicas e políticas do capitalismo dependente brasileiro.

---

<sup>1</sup> De acordo com o Censo de 2022, a população autodeclarada negra corresponde a 55,04% do total da população brasileira, ou seja, a 110 milhões de pessoas. Desagregando este grupo racial por cor, temos 10,02% de pretos e 45,3% de pardos. Censo demográfico 2022. Ministério da Igualdade Racial.

Por esta razão, o projeto colonial construtivo da sociedade brasileira promoveu, segundo Silva (2021, p. 55) “[...]o encobrimento de sua origem como colônia [...] o poderoso conflito resultante da exploração e da violenta opressão contra os povos originários e os africanos escravizados”. Forja, desde então, relações sociais hierárquicas que atravessam desde o século XVI aos dias atuais, conformando no tempo histórico passado e presente, a exploração do trabalho em resposta às resistências frente às contradições que forma a dinâmica das lutas classes. Conflito “[...] escamoteado por uma abolição sem direitos para os negros e pela imposição da condição de indivíduos tutelados aos povos indígenas” (Silva, 2021, p.55).

Em 2014, escrevi um artigo original no Serviço Social<sup>2</sup>, no qual procurei estabelecer os nexos entre genocídio da população negra, racismo e capitalismo a partir do debate da categoria sociológica *diáspora negra transnacional e colonialismo*. Em diálogo com o pensamento moureano afirmo que o empreendimento colonial dos europeus no século XV não foi exclusivamente econômico. A raça e o racismo foram determinações consolidadoras de um processo vertical, tratado pelo autor de *complicador étnico, mutilador e estrangulador cultural*.

Complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas - América do Norte, Caribe e América do Sul - o componente africano que veio não apenas dinamizar demograficamente essas áreas, mas, também, involuntariamente consolidar, com seu trabalho o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador cultural Poe que impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isso desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados (Moura *apud* Almeida, 2014, p. 140-141).

Esse estrangulador étnico permitirá, a partir de uma sólida base ideológica, avançar na falsa ideia de inferiorização civilizatória africana, afro-brasileira e dos povos originários, a partir de processos de naturalização *do político*, para erigir o projeto de nação hegemônico, no qual não caberá a humanidade negra, indígena, feminina e dissidente ao modelo heteronormativo. Desumanizar é o propósito - manter africanos, afro-brasileiros e povos originário, mulheres, crianças e dissidentes sexuais na zona do não ser - vidas dilaceradas pelas relações sociais desiguais e assimétricas fundadas pelas estruturas sexistas e suprematistas brancas herdadas do colonialismo/imperialismo.

Tais proposições assimiladas pela burguesia nacional, logrou delimitar seu lugar social de poder e privilégios. Mesmo com o aprofundamento da crise capitalista na segunda década do século XXI, em 2016, os setores dominantes em defesa dos interesses do capital e da classe dominante emplacaram um duro golpe na democracia burguesa quando promovem o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff abrindo as portas para a ascensão ao poder de um governo de extrema-direita em 2018.

Nesta conjuntura, a crise pandêmica, iniciada em 2020, aprofundou o colapso econômico global, aumentou a taxa de desemprego, assim como, exponencialmente, a precarização dos mercados nacionais de trabalho. As mulheres negras, as populações residentes e trabalhadores em territórios periféricos, a crise migratória, as populações sem teto ou moradoras em situação de rua e a questão ambiental, são expressões agudas da barbárie. Neste cenário, processos de violência racial e étnica marcarão políticas de genocídio, emanadas dos /nos Estados Nação, motivando fortes iniciativas globais de resistências.

---

<sup>2</sup> A respeito Cf. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo, 2014.

Fenômenos como encarceramento em massa, a política de guerra as drogas serão manejadas como estratégias privilegiadas da Segurança Pública militarizada pelo poder público. Todavia, acerca do enfrentamento dessa política de morte, não podemos deixar de mencionar a força pungente do movimento de mães e familiares vítima de violência de Estado. Este em confronto sistemático com seu algoz, o Estado, diante de processos de revitimização sistemática, denunciam a violência racial, policial e do sistema de justiça, a ineficiência da rede de atendimento e cobram políticas públicas de cuidado de atenção psicossocial humanizadoras.

Este preâmbulo é uma contribuição a contextualização do debate proveniente dos artigos desta Coletânea. A preocupação dos(as) autores(as) aponta para questões vitais no enfrentamento do racismo, sexismo e exploração de forma interseccional na sociedade capitalista e sua interpretação à luz da tradição marxista em seu pluralismo em termos de corrente de pensamento. Apresento um excerto do texto de José Paulo Netto que considero verdadeiro neste diálogo

Eu acho que o bom conhecimento teórico-metodológico não garante, de partida, êxito de pesquisa nenhuma. Não sou anarquista metodológico, mas podia citar inúmeros exemplos, em várias áreas das chamadas Ciências Sociais, e inclusive da história, que mostram claramente que não é a preparação teórico-metodológica que garante o êxito da pesquisa ou da investigação. O que garante o êxito da pesquisa, da investigação, é a riqueza cultural do sujeito que pesquisa. Investigador ignorante, pesquisa estreita. Investigador rico, resultados fecundos e instigantes. E é evidente que essa riqueza do pesquisador implica o conhecimento de vários modelos e padrões analíticos e ele tem que trabalhar segundo as suas opções que devem ser explicitadas (Netto, s/d, p. 75).

Dessarte, situo os temas tratados por eles, elas ou el@s, nos processos de produção de conhecimento, condicionado, indubitavelmente pela condição de classe, gênero e raça de cada trabalho. A riqueza cultural dos(as)(es) sujeitos(as) da pesquisa é o fator relevante. Não é minha intenção apresentar cada trabalho em sua singularidade, mas os temas que os aproximam e, indubitavelmente, foram propulsores das pesquisas desta Coletânea.

O repertório temático inicial situa trabalhos que tratam de política pública e do combate ao racismo e à superexploração da força de trabalho. Destaca a perspectiva de gênero e de raça com enfoque no superencarceramento, assim como a saúde da população negra na formação social e a situação de mulheres enquanto refugiadas. Este bloco compõe um campo fértil para reflexões sobre políticas públicas e antirracismo.

Temas relevantes como a luta dos povos indígenas em defesa da democracia e cidadania, os processos de remoção de favelas em um município do Estado do Rio de Janeiro, se conjugam com as interseções entre marxismo e decolonialidade, e figuram à luz das relações econômicas e étnico raciais.

Assim, destaco os textos que consagram o debate sobre os processos de expropriações, tendo o racismo como determinante. O trabalho reprodutivo, a vida das mulheres e as estratégias de professoras no ensino superior, visando a conciliação entre o trabalho docente e o trabalho doméstico, se alinham à discussão proposta sobre a colonialidade do cuidado e o sofrimento psíquico feminino.

A epígrafe que abre este prefácio do grande intelectual negro Alberto Guerreiro Ramos, nos mostra a potência da crítica do pensamento negro frente ao projeto decadente do colonialismo intelectual e dos epistemicídios como projeto do capital, escritos em um tempo no qual a população negra sequer tinha acesso à educação básica. Que possamos romper com as falácias



desenvolvimentistas através de nossas pesquisas fundamentadas nas perspectivas interseccional de raça, gênero, sexualidade e classe no campo da Teoria Social Crítica.

Excelente leitura!

Magali da Silva Almeida

Docente do Instituto de Psicologia da Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social  
Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos  
Universidade Federal da Bahia

Outono de 2024

## Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 12, n. 34, 2015. DOI: 10.12957/rep.2014.15086. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086>. Acesso em: 11 ago. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

NETTO, José Paulo. **Relendo a teoria marxista da história**. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. Anais do IV Seminário Nacional. Marxismo XXI. S/D.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou. A questão étnico -racial e o Brasil**: ensaios, artigos e outros textos. BARBOSA, S. Muryatan (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

SÁ, Edvaldo Batista de; SANTOS, Yuri Luciano; SILVA, Tatiana Dias. Ed. **Censo Demográfico 2022**. Ministério da Igualdade Racial (Informe MIR- Monitoramento e avaliação, nº3), Brasília: DF, fev/2024, 13 p.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. ELPIDIO, Maria Helena et al (Orgs). **Desafios para o serviço social na luta antirracista**: questão étnico racial em debate. São Paulo, Annablume, 2021. p. 56–73.

## PINDORAMA EM PAUTA:

a “etnia” das relações étnico-raciais e contribuições dos movimentos indígenas para o debate

Paulo Sérgio Pereira Filho  
Alzira Mitz Bernardes Guarany

### Introdução

*Ela é originária de Abya Yala,  
Potiguara, Guarani, Kariri, Xoco Pataxó, Karajá,  
Guajajara, Bororo, Aymara, Mapuche, Wapichana, Macuxi  
Diagnitas, Hunikuin, Surui Tukano, Baniva, Mundurucu,  
Pankararu, Terena, Full nio, Timbiras, Krao, Krenak,  
Kayapó, Tapuya, Puri, Xucuru Tupinambá [...]  
Ela é originária, originária.  
- Brisa Flow*

Os povos indígenas são agentes que compõem o seio da formação social brasileira devido ao fato de serem os povos originários do território que se compreende como Brasil. A partir deste pressuposto, o intelectual e ativista Ailton Krenak trabalha com a tese de que os movimentos indígenas são constituídos por “indígenas em movimento”, significa que a articulação dos sujeitos indígenas a caráter local, regional, estadual ou nacional caracteriza-se a partir da ação de indígenas entre si, e em prol de um bem-viver coletivo.

A produção de conhecimento acerca das relações étnico-raciais demanda maior estudo, análise e aprofundamento acerca do conceito de “etnia” para que haja, de fato, uma interlocução entre etnia e raça, e a importância da articulação destes termos que contemplam múltiplas realidades. Os olhares e lutas dos movimentos indígenas permitem uma ótica sobre a formação social brasileira que centraliza a luta pelas terras, mas principalmente, formas originárias de pensar e produzir relações sociais em Pindorama<sup>1</sup>/Brasil. Assim, apresentamos um debate sobre os usos dos conceitos de etnia e raça, como são construídos de forma relacional historicamente.

Atualmente, os movimentos indígenas reivindicam que o “Brasil inteiro é terra indígena” pois entendem que sua luta desde a colonização tem sido pela defesa e conservação de suas terras, que ocupam historicamente. Neste contexto, tais lutas tomam a forma da pauta de demarcação das terras, pois os processos desencadeados pela colonização e impulsionados pelo capitalismo visam estabelecer juridicamente que somente podem ser definidas como terras indígenas, aqueles territórios que eles possam comprovar que ocupavam até a data de 5 de outubro de 1988, promulgação da Constituição Federal. Esta tese conservadora e que viola direitos da população indígena nomeia-se de Marco Temporal.

---

<sup>1</sup> Pindorama é a terra nomeada tradicionalmente pelas populações indígenas, ao território que hoje corresponde ao Brasil, que significa, na língua tupi, terra das palmeiras (Pereira Filho; Guarany, 2023).

O que este capítulo visa destacar é acerca dos movimentos indígenas sob uma perspectiva que os coloca como sujeitos centrais para a compreensão das relações étnico-raciais. Evidencia como o processo de reivindicações e demandas dos povos indígenas atravessa diversos momentos históricos, e manifesta-se no campo do saber tradicional, científico e dos movimentos sociais, de forma que produzem conhecimento sobre as relações étnico-raciais por uma ótica do direito à vida, à terra e à memória. Para a população indígena, é justamente isto que a terra representa, vida e memória.

## Qual a “etnia” das relações étnico-raciais?

O termo etnia é adotado pelos povos indígenas como uma categoria que permite realizar o resgate histórico de identidade coletiva, política e social, a partir de uma leitura crítica da formação social brasileira. Em sua tese “Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude”, a doutora Gení Daniela Núñez Longhini traça um percurso histórico do emprego dos termos etnia e raça nas produções bibliográficas. A partir do diálogo com o antropólogo Kabengele Munanga, a autora discute que o termo etnia se aproxima da realidade de povos indígenas pois, segundo Munanga “Uma etnia é um conjunto de indivíduos que possuem em comum um ancestral, um território geográfico, uma língua, uma história, uma religião e uma cultura (Munanga, 2004, p. 12)”. Dessa forma, o conceito de etnia contempla expressões comuns aos grupos indígenas, uma vez que cada grupo vai possuir uma dinâmica territorial, espiritual, linguística e elementos que determinam a sua identidade.

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa) (Krenak, 2019, p. 40).

Como contextualize Ailton Krenak (2019), em sua obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, na cosmogonia<sup>2</sup> dos Krenak, o rio compõe e organiza as suas relações sociais não só das comunidades indígenas, bem como de toda sociedade. O que ele está explicando é que a natureza é fundamental para a produção e reprodução de vida social, e como tal, ela deveria ser tratada por todos e todas com o mesmo cuidado e atenção que qualquer outro ser vivo, uma vez que integra-se à dinâmica da vida, e não é meramente um recurso que deve ser explorado para atender interesses econômicos.

O contexto nacional conta também com outros grupos étnicos que se organizam de forma coletiva a partir de sua cultura, costumes e territórios, como ribeirinhos, ciganos, quilombolas, pescadores, entre outros. Tais grupos expressam e carregam uma riqueza e diversidade étnica que revela muito acerca do Brasil. Afinal, um país de dimensão continental não pode ser compreendido somente pela ótica de raça, construída pela branquitude.

Geni Núñez destaca que a população negra, também possui origens étnicas, dado que o Continente Africano é rico e extremamente variado em termos geográficos, demográficos, históricos e culturais. A ancestralidade de negros e negras é construída pela conexão com os

---

<sup>2</sup> O conceito cosmogonia consiste no conjunto de saberes e conhecimentos produzidos e transmitidos pelas comunidades indígenas.

grupos do Continente Africano, donde sua ascendência deriva. Todavia, ao serem sequestrados e translados para o Brasil para serem escravizados, passam a sofrer, entre outras violências concretas e subjetivas, o racismo e o processo de apagamento, apoiado e viabilizado pelo Estado e por seus aparelhos institucionais, os quais impedem que a população negra tenha essa relação com sua origem étnica possibilitada ou reconhecida, como mais uma das violências perpetradas.

Nos estudos acadêmicos, percebe-se que na relação entre os termos raça e etnia, raça surge como um derivante de etnia, justamente pelo fato de que etnia nos remete a um conjunto de características originárias. Como explica Munanga (2004), “[...] um conjunto populacional dito raça ‘branca’, ‘negra’ e ‘amarela’, pode conter em seu seio diversas etnias.” (2004, p. 12). Já raça é uma construção social edificada pela produção do racismo científico, no qual se dividem os grupos sociais em um sistema de hierarquia de dominação econômica, política e social.

Neste sentido, é fundamental para o âmbito acadêmico nacional pensar raça e etnia como conceitos interdependentes, cuja relação produz significado conforme o território e grupos sociais que estejam no contexto estudado. A partir de tal entendimento, compreende-se que não é possível realizar debates sobre relações étnico-raciais e movimentos indígenas sem introduzir a população negra e a população branca, ambos sujeitos importantes para refletir sobre as relações sociais de produção e reprodução dos povos indígenas no Brasil (Pereira Filho; Guarany, 2023).

Segundo Núñez (2022), o uso do conceito etnia pela população indígena é uma forma de se contrapor ao projeto da branquitude que busca homogeneizar as experiências e identidades sociais que fogem da norma de estabelecer a população branca como sinônimo de eu/padrão/normal, e atribui às demais identidades, entre elas os indígenas e negros, o significado de outro/diferente/anormal. Ao utilizar o conceito de etnia, essa parcela da população possibilita que se estabeleça a compreensão plural de identidades que a compõe, entendendo-se que existem diversas etnias em todo o território mundial.

Segundo o intelectual Stuart Hall (2015), a raça possui um sentido que é produzido de forma discursiva, a partir das relações sociais entre os sujeitos onde a diferenciação de um em relação ao outro se faz presente. Para o autor, a raça configura-se como um significante flutuante justamente porque surge nas interações sociais, em um cenário de enfrentamentos, contradições e transformações. Sendo assim, a raça é construída e reatualizada de acordo com as correlações de forças, estrutura e superestrutura. Dessa forma, defende-se que a raça é um signo historicizado e circunscrito ao contexto de cada sociedade, não é um significante fixo.

[...] raça funciona como uma linguagem. E os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido. E essas coisas ganham sentido não por causa do que contêm em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação. Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo e contração de novos sentidos; a um processo infundável de constante ressignificação, no propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos (Hall, 2015, p. 4).

A análise de Stuart Hall indica que, em contextos históricos distintos, os grupos raciais e étnicos vão adquirir novas formas de organização e relação, assim como podem se desfazer de velhos significantes, pois a autodeterminação das identidades sociais está vinculada a estrutura e também a contextos locais e/ou regionais. A branquitude, por exemplo, é uma categoria que

perpassa toda a história nacional, porém ser branco na contemporaneidade possui especificidades novas, que os brancos de meados do século XVI não possuíam ao desembarcarem no Brasil. O fato é que o Brasil-Colônia, apesar de haver um processo de mestiçagem que começava a se desenhar com o intuito de povoar as primeiras colônias (Freyre, 2003), vai ser um grande catalisador de identidades étnico-raciais, a partir da introdução do capitalismo tardio e estímulo a políticas de branqueamento, na década de 1920. Assim, identifica-se que o ser indígena, negro e branco no território brasileiro é complexo e se transmuta de acordo com contextos econômicos, sociais e políticos.

Pensando na interseccionalidade como metodologia das classes dominantes, o campo étnico se assemelha ao da raça no sentido de ser uma construção com grande influência da dimensão discursiva. No levantamento realizado por Núñez (2022), observa-se que no âmbito da produção de conhecimento e das pesquisas, as relações étnico-raciais e a branquitude surgem como experiência universal. Na maioria absoluta dos estudos e das produções, falar de etnia denota falar sobre particularidade, identidade, origens e resgate de sociabilidade, ancestralidades e coletividade. Todavia, falar sobre branquitude corresponde a falar sobre a totalidade, experiências universais de humanidade.

Funda-se uma dinâmica da relação étnico-racial (etnia/branquitude) como significantes opostos em que grupos étnicos são nichados e grupos brancos são universais (Nuñez, 2022), sendo a sociedade moderna sustentada pelo racismo, pelo capitalismo e fundada numa binaridade, em que as relações são de antagonismo e não podem coexistir de forma compartilhada e coletiva (Quijano, 2005).

Assim, os limites da etnia se expressam no fato de que sua própria configuração é o agrupamento de modos de vida, pautas de linguagem, terras, cultura e território. Logo, demonstra o anseio da organização ocidental de dividir e nomear experiências, pensamentos e práticas de distintos grupos, conforme a sua ótica social sobre o termo etnia.

Contudo, Núñez (2022) explica que, ainda que seja um termo adotado, é importante para população indígena. O conceito de etnia também carrega problemáticas que revelam que, em primeira instância, ele não é produzido pela autodeterminação dos grupos subalternizados, como os indígenas, mas é ressignificado por eles. No campo das relações étnico-raciais é padrão identificar que muitas das categorias não passam de invenções e criações coloniais dos brancos sobre os grupos étnico-raciais que dele diferem. Mas, autores indígenas seguem na contramão, questionam tais produções e inauguram suas próprias, entre eles Núñez (2022), Kopenawa (2015) e Munduruku (2018).

Na dissertação “Questões sobre o genocídio e o etnocídio indígena: a persistência da destruição”, Helena Palmquist (2018) traça um panorama sobre as categoriais etnocídio e genocídio, no campo das produções acadêmicas sobre relações étnico-raciais, com o intuito de verificar qual termo se adequa de forma mais apropriada às violências coloniais secularmente exercida contra povos indígenas. Entende-se por genocídio, o extermínio em massa de um grupo. O termo é apontado como de maior reconhecimento social, e muito utilizado pela classe jornalística, pois trata da relação de grupos sociais com o Estado (Palmquist, 2018).

A Organização das Nações Unidas incorpora o genocídio na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, em 1948, mas o faz estabelecendo apenas a dimensão física do genocídio. Para dar conta de processos de violência que não se restringem apenas ao corpo físico, outros termos vão sendo cunhados, entre eles o etnocídio, que é definido como o extermínio massivo do saber, do conhecimento, de idiomas, de tradições, em que se

extermina a organização abstrata de um coletivo (Núñez, 2022).

Núñez (2022) explica que há um grupo de autores que pensam genocídio e etnocídio como equivalentes, pois o extermínio físico de um grupo está associado ao seu extermínio cultural, e vice-versa. Daí a autora propor a utilização do termo etnogenocídio, a partir do qual propõe a reflexão de que a morte física e a morte cultural são indissociáveis. Significa dizer que destruir um idioma, uma cultura, um saber tradicional equivale a destruir um povo. No que tange a realidade dos povos indígenas, esta máxima é latente na sua luta.

## **Contribuições do pensamento e do movimento indígena para as relações étnico-raciais**

Durante minhas viagens às distantes terras dos brancos, ouvi alguns deles declararem que nós, Yanomami, gostamos de guerra e passamos nosso tempo flechando uns aos outros. Porém os que dizem essas coisas não conhecem nada de nós e suas palavras só podem ser equivocadas ou mentirosas. É verdade, sim, que nossos antigos guerreavam, como os antigos dos brancos faziam naqueles tempos. Mas os deles eram muito mais perigosos e ferozes do que os nossos. Nós nunca nos matamos sem medida, como eles fizeram. Não temos bombas que queimam todas as casas e seus moradores junto! [...] Alguns brancos chegaram até a afirmar que somos tão hostis entre nós que não podem nos deixar viver juntos na mesma terra! Mais outra grande mentira! Nossos ancestrais viviam na mesma floresta havia muito tempo, muito antes de ouvirem falar dos brancos. Essa gente mentirosa acredita mesmo que somos tão perigosos quanto os soldados dos brancos em suas guerras? Não. Só quer espalhar más palavras sobre nós porque precisa da ajuda delas para conseguir se apoderar de nossa terra. Mas não é pela beleza de suas árvores, animais e peixes que os brancos desejam. Eles não têm mais amizade pela floresta do que pelas só que a habitam. O que querem mesmo é derrubá-la, para engordar seu gado e arrancar tudo o que podem tirar do seu chão (Kopenawa, 2015, p. 440).

Uma das estratégias coloniais e racistas da branquitude é definir o outro, e impedi-lo de definir a si mesmo (Bento, 2002), a possibilidade de falar sobre tudo e todos, falar sobre eles, no lugar deles. Por isto, retomamos a ideia de Pindorama (terra das palmeiras) neste texto, com o intuito de destacar que tratar de Brasil e Pindorama é tratar de contextos e interesses diferentes sobre uma mesma realidade.

Ocorre que, como narra Kopenawa (2015), a branquitude falseia as histórias sobre a população indígena, sobre os Yanomamis e seus movimentos, visando equiparar o que os colonizadores europeus fizeram na América com guerras pré-colombianas que havia entre os nativos indígenas neste território. Porém, tais realidades, como bem pontua o autor, não se equivalem, justamente porque as guerras travadas por grupos étnicos entre si, mantiveram-se na dimensão de rivalidades recíprocas. Em contrapartida, as guerras que os brancos iniciaram contra indígenas e negros materializaram-se em exploração, apropriação e etnogenocídio.

Outro ponto fundamental acerca da relação entre raça e etnia se faz presente nos dados e levantamento produzidos por Núñez (2022) em sua pesquisa bibliográfica na Plataforma Scielo. A intelectual indígena utilizou na base de pesquisa as palavras-chaves “étnico-racial” e “etnocídio”, segundo ela “[...] para avaliar se haveria maior presença da temática indígena e se sim, de que maneira seria desenvolvida [...]” (p. 48). Ela aponta que até meados de 2022, os resultados da busca para o termo “etnocídio” foram equivalentes a zero, já para “étnico-racial” obteve o resultado de 54 artigos. Do montante dos 54, apenas 11 realizaram alguma menção aos povos indígenas, mas somente um tratou as pautas de povos indígenas de forma central na

produção acadêmica.

O que o levantamento produzido por Núñez (2022) demonstra sobre o campo de conhecimento acadêmico, é como povos indígenas são invisibilizados, tratados de forma periférica ou sob o referencial colonial nos estudos acadêmicos sobre relações étnico-raciais. É um dado interessante e igualmente intrigante, pois não acreditamos em pesquisas profundas no âmbito das relações étnico-raciais, sem dar a cada uma dessas categorias, e a cada um dos grupos que a compõem, a devida atenção e reconhecimento, o que não ocorre com os povos indígenas, como comprovado pela pesquisa acadêmica (Pereira Filho; Guarany, 2023).

Na produção de conhecimento e pesquisas acerca da realidade de povos indígenas, o etnogenocídio é um padrão no campo científico, isto é, apaga-se sua existência, importância e contribuição para o país. Assim, observa-se como ele estrutura a nossa sociabilidade em todas as dimensões, em que os povos originários do território são devidamente excluídos dentro da sua própria terra.

Os movimentos indígenas e intelectuais indígenas são silenciados também nos espaços de participação social, na produção e gestão de políticas públicas e até no debate sobre a identidade indígena, dirigido por pessoas não indígenas, de uma maneira que revelam concepções violentas da sociedade sobre a importância dos indígenas para a formação social brasileira.

O desafio que está implícito nesse dilema racista de marginalização do saber indígena é: até quando os não indígenas seguirão debatendo sobre formação social brasileira ignorando completamente a centralidade dos povos originários em cada estudo sobre o tema?

Uma das especificidades das nossas lutas como povos indígenas está no entrelace das noções raça e etnia e essa é, talvez, uma das principais diferenças nos percursos dos povos indígenas e da população negra no Brasil. Como uma das violências da escravização foi o roubo das memórias étnicas, à maioria das pessoas negras brasileiras foi tomado o acesso direto a saberem a quais etnias, línguas e modos de vida específicos seus ancestrais pertenciam. [...] Já nos movimentos indígenas, esse percurso histórico é outro, pois nossa identidade étnica é central para a luta antirracista: pertencermos a um povo não se dissocia de sermos indígenas (Núñez, 2022, p. 62).

A língua e a dimensão discursiva são de caráter fundamental para as populações indígenas e africanas, pois ambos os grupos possuem suas tradições no processo de nomear pessoas, sentimentos, práticas, tendo a linguagem como base fundamental que revela a forma como cada sociedade estabelece suas relações. Entretanto, para a branquitude, a linguagem é um instrumento de dominação que marca determinados sujeitos em lugares de subalternização, e é acompanhado de uma série de violências. Nas palavras do psicanalista Frantz Fanon (2008), “Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana (p. 34).

O fato de que somente no ano de 2024, o primeiro indígena, Ailton Krenak, veio a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, instância nobre e de extremo valor para a comunidade acadêmica expressa como as cosmogonias e saberes dos povos originários são menosprezadas pela branquitude, e como este desprezo, em uma sociedade estruturada pelo racismo expande-se para o inconsciente coletivo. O lugar que pessoas indígenas ocupam no território originário, invadido e impregnado pela lógica individualista, meritocrática e capitalista da branquitude faz com que os sujeitos indígenas sejam invisibilizados na sociedade.

**Figura 01:** Posse de Ailton Krenak na Academia Brasileira de Letras



**Créditos:** Mauro Pimentel/FP Photo. Fonte: Carta Capital.

É na imposição das produções coloniais que se forjam os processos violentos de subjetivação para a população indígena. Durante a colonização, os jesuítas que eram os missionários brancos, se dirigiram às comunidades indígenas com o objetivo de colonizar sua espiritualidade, convertendo-os ao cristianismo. Para tanto, buscavam entender a língua dos indígenas para se comunicar com os nativos e acelerar o processo de aculturação, conversão e submissão. Contudo, como a realidade é dinâmica e preta de contradições e possibilidades, a partir desse processo produziu-se uma variação da língua tupi, nomeada como Nheengatu, o qual serviu como forma de indígenas de diferentes etnias comunicarem-se entre si, uma vez que ela foi uma língua que se expandiu expressivamente no território brasileiro (Núñez, 2022).

Ainda na contrapartida dessa realidade, no processo de enfrentamento do racismo e violências anti-indígenas, a língua portuguesa, língua do colonizador, tornou-se instrumento nas mãos do movimento indígena, que identificou o potencial de se apropriar do idioma dos brancos para realizar denúncias e tentar participar dos cenários políticos. Segundo Krenak (2019), o contato com o idioma do colonizador foi uma via necessária, pois um evento da proporção da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi fundamental para pôr em foco a organização política dos povos originários do Brasil, que constituiu um marco para que muitos grupos indígenas enxergassem o potencial transformador em uma frente articulada na luta pela garantia de direitos.

Importante ressaltar que o ato de discriminar quem não fala o português de forma “culto” pode se caracterizar como racista, pois o que a branquitude denomina como “falar errado” podem ser variações e influências oriundas de povos indígenas e da população negra. “Mesmo com a proibição, o impacto do Nheengatu persistiu e persiste, hoje é língua base de diversas etnias no Brasil e influenciou profundamente a língua portuguesa, naquilo que linguistas e historiadores nomeiam como a formação do dialeto “caipira” (Núñez, 2022, p.67).

Outra autora que se aprofunda nessa discussão é a intelectual Lélia González que indica como a língua portuguesa contém em sua construção a presença de expressões da população negra escravizada e trazida para o Brasil. Ela nomeia de pretuguês, “[...] A marca da africanização



do português falado no Brasil” (González, 1988, p. 70), categoria que mostra como o idioma oficial deixa de ser exclusivamente branco e é ressignificado pela população negra, da mesma forma que é pela população indígena.

“*Cumé que a gente fica?*” questiona Lélia Gonzalez (2020), ao introduzir considerações acerca das relações étnico-raciais e de gênero, no cerne da cultura brasileira. A partir de tal pergunta, ela já indica os caminhos e encruzilhadas que se propõe a evidenciar em suas análises. A expressão utilizada pela autora comunica um não-lugar, uma experiência de quem é deixado para trás, pela filosofia, pela história e pela cultura.

Outro elemento presente em sua perspectiva, é o fato de que ela não fala apenas de si, “a gente”. Sua provocação denuncia o lugar de fala de um coletivo. Durante sua trajetória de vida, Gonzalez pautou-se no plural, filósofa, historiadora, militante e mulher *amefricana* (2020). Tendo como pressuposto a psicanálise, a autora evidencia que falar, comunicar, expressar são ações que colocam sujeitos sociais em um espaço de humanidade. Sendo assim, a problematização decorre da desumanização de determinados grupos que compõem a sociedade brasileira, e como isto se manifesta no âmbito da cultura.

Lélia discorre sobre as noções de memória e consciência. A primeira, segundo a filósofa, consiste na versão real dos fatos, contempla as diversas mediações que compõem uma realidade, sem ocultar nenhum sujeito, perspectiva ou acontecimento (González, 2020), enquanto a consciência é produzida a partir dos interesses daqueles que detém o poder econômico, político, ideológico e social. Ao retirar do campo do conhecimento os fatos históricos em sua totalidade, registra-se uma versão editada da realidade que busca moldar um imaginário social que beneficia e preserva a hegemonia de determinado grupo. A consciência se eleva em detrimento da memória (González, 1984).

Acreditamos que a tese de Lélia sobre memória/consciência ressoa com o etnogenocídio (Núñez, 2022) que atravessa a população negra e indígena. Ambos os grupos de sujeitos foram conduzidos pela dinâmica dos colonizadores a vivenciar formas de trabalho, moradia, relações forjadas na violência da colonização, tendo os pressupostos de suas sociedades tradicionais desqualificados e ocultados. Pensar em relações étnico-raciais deve ser um convite para também pensar um campo do conhecimento na contramão da organização ocidental que menospreza a pluralidade do saber, do ser e do viver, impondo suas perspectivas como universais.

A raça, segundo a intelectualidade negra (Fanon, 2008; Munanga, 2004; González, 2020), é uma invenção da branquitude para legitimar social e cientificamente seu status de classe dominante. O investimento em desenvolver as teorias arianas que visavam explicar a superioridade do grupo como sendo os que detém a exclusividade da humanidade é a base do racismo científico (González, 2020). A pretensão e a mediocridade da branquitude se revela no projeto de racismo científico pois a partir da relação de poder, eles reduziram múltiplos grupos étnicos como: amarelos, negros, indígenas a características degradantes, confiantes de que elaborar discriminações seria a melhor alternativa para promover uma sociedade mundialmente desenvolvida.

A negritude é uma categoria muito cara, pois a sua construção perpassa trajetórias seculares de resistência. Assim como fizeram os povos indígenas com o termo etnia, a construção da ideia de raça foi apropriada pela população negra e ressignificada. Tornou-se um lugar de afirmação, tendo por base aspectos de cor de pele, fenótipos e ancestralidade que o racismo antinegro se propôs a apagar.

A ignorância em produzir categorias rígidas de classificação racial demonstra como a

branquitude estava imersa na fome por poder e por gerar um cenário de sociedade modelo, para que pudessem se vangloriar de ser o grupo que carrega o sucesso societário, falácia ainda hoje propalada. Porém, este pensamento concentra algumas falhas, levando em consideração que a sociedade se constrói a partir de movimentos duais, em que há a relação contraditória de interesses (González, 2020).

Na produção da memória, a história como ela realmente é (González, 2020), os grupos categorizados pela branquitude como inferiores e atrasados respondiam às condições de discriminação e violência que eram submetidos. Grupos de indígenas enfrentavam os colonizadores que invadiam suas terras assim que percebiam seu interesse em apropriar-se do território e dos seus conhecimentos sobre ela. A resistência indígena é invisibilizada na historiografia brasileira, mas ela é pilar central da memória desse país, especialmente, pois configura a percepção dos povos originários sobre a formação social brasileira.

Dessa forma, as categorias etnia e raça se entrelaçam, pois a existência de uma está vinculada à outra. O processo de produção de identidade associa-se às dinâmicas culturais, fenotípicas, territoriais, filosóficas compartilhadas por grupos que buscam constituir-se de forma relacional. Um ponto fundamental sobre o processo identitário é o fato de que essa construção é historicamente reatualizada. Significa que contextos sociais e a relação de grupos com o ambiente está constantemente inferindo na sua autoidentificação e representação.

É necessário destacar que o debate sobre identidade apresentado aqui, não parte de um olhar reducionista de enquadrar identidades étnico-raciais na caixa de identitarismo, culturalismo ou pós-modernismo. Aqui, reflete-se sobre como tais identidades são produzidas e estão articuladas com dinâmicas econômicas, geográficas, políticas e ideológicas, relacionadas a uma totalidade social e histórica.

Pensar tais categorias para compreender a negritude e os povos originários, por um prisma de autonomia dos negros e negras, no qual a memória e a *amefricanidade* (González, 2020) andem de mãos dadas, pois a emancipação de tais sujeitos, demanda que a sua autonomia coletiva esteja conectada com as suas origens. A *amefricanidade* é a identidade pautada pela pluralidade, pelas concepções de mulheres indígenas e negras, que organizadas coletivamente são capazes de romper com o apagamento do seu papel central na cultura brasileira.

A objetificação da população negra, fruto do racismo, silencia sua autonomia enquanto sujeitos protagonista e ativos na formação social brasileira, produtores de conhecimento e pesquisadores, e os coloca como objetos de pesquisa de intelectuais brancos, que são prestigiados pela leitura que fazem da realidade das relações étnico-raciais. Assim, o racismo estrutura as relações também dentro da academia, no sentido em que hierarquiza os intelectuais e estabelece uns enquanto pensadores e outros enquanto objetos, e se faz presente nas hipóteses e teorias desenvolvidas pela branquitude que secundarizam e minimizam a relevância da práxis indígena e negra.

Os processos de apagamento da população indígena e negra da formação social brasileira, se entrelaçam na medida em que o racismo produzido pela branquitude é conduzido justamente para produzir o silenciamento e exclusão de tais sujeitos da sociedade. No que tange a realidade dos povos indígenas, os interesses da branquitude em operacionalizar o etnogenocídio está diretamente associado ao fato de serem os sujeitos originários do território brasileiro (Pereira Filho; Guarany, 2023). Logo, forja-se por todos, campo de produção de conhecimento nacional em que os indígenas são povos do passado, que já foi superado pelo desenvolvimento da sociedade brasileira, e que todas as suas práticas e costumes não correspondem ao modo de vida

disseminado na sociedade contemporânea.

A branquitude estabelece uma dinâmica de colonização nos continentes americano e africano, em prol do desenvolvimento do continente europeu e do seu projeto de civilização. Ocorre que a métrica eurocêntrica de humanidade e organização socioeconômica vai ser imposta sobre os povos colonizados. E segundo a lógica racista da branquitude, o sucesso do seu projeto de modernidade depende do apagamento definitivo de outras formas de organização social já existentes, como aquelas dos povos indígenas do Brasil.

## Considerações finais

O campo das relações étnico-raciais é constituído por uma gama de múltiplas realidades que demonstram como tal debate é complexo. Os povos indígenas são tratados pelo setor de produção de conhecimento e por setores da sociedade como sujeitos ultrapassados e inexpressivos, de forma que não há um comprometimento amplo para pautar e defender as pautas de tais grupos que são originários desta terra.

O etnogenocídio do saber e dos corpos indígenas segue em curso, os povos indígenas avançaram com a conquista de direitos sociais como o ensino bilíngue, a política de cotas, a demarcação de terras, fruto da árdua luta dos movimentos indígenas que se articulam a nível federal para reivindicar direitos que já deveriam ser garantidos pelo Estado, que em sua Constituição estabelece que todos os cidadãos gozam de direitos e deveres.

Assim, os movimentos indígenas se inserem no campo acadêmico e nas lutas sociais tendo suas cosmogonias originárias como a base da sua luta, que no contexto da colonização ao capitalismo tardio vão ser voltadas principalmente às questões ligadas à terra. Significa que a luta dos movimentos indígenas está fundamentada na produção do pensamento indígena, que na especificidade brasileira (ou panorâmica), materializa-se nas 305 etnias indígenas (IBGE, 2022) que habitam esta terra<sup>3</sup>.

O alinhamento das relações étnico-raciais com o pensamento e movimento indígena permite que a ideia de democracia se expanda, uma vez que amplia a participação dos povos originários no campo da cidadania e garantia dos direitos sociais. Afinal, suas propostas são fundamentadas em suas cosmologias que prezam pelo bem-viver coletivo. Os movimentos indígenas provam ser possível manter seu pensamento e suas tradições mesmo inseridos na política e sociedade ocidental, pois eles enxergam estes espaços como forma de instrumentalizar os sujeitos sociais tanto pela implementação de políticas e direitos, quanto uma estratégia de fomentar a consciência social nos mais diversos campos: gênero, classe e étnico-raciais.

## Referências

AGÊNCIA IBGE. **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal**. Censo 2022. Editoria: IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 10 jul. 2024.

---

<sup>3</sup> O Censo de 2022 realizado pelo IBGE informa que a população indígena no Brasil, atualmente, corresponde a 1,7 milhão de pessoas, (Agência IBGE, 2022) porém, em relação ao número de etnias não houve atualização. Desta forma, consideramos os dados do Censo Demográfico de 2010.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988.

CARTA CAPITAL. **Ailton Krenak toma posse e se torna o 1º indígena na Academia Brasileira de Letras**. 05 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/ailton-krenak-toma-posse-e-se-torna-o-1o-indigena-na-academia-brasileira-de-letas/amp/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª edição. São Paulo. Global Editora, 2003.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Rio de Janeiro. **Revista Z Cultural**, n.2, ano 8, 2015. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significanteflutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Com a coleta concluída na TI Yanomami, Censo já registra 1.652.876 pessoas indígenas em todo país**. Comunicação do IBGE. 03 de abr. 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

NÚÑEZ, Geni D. L. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre**

etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

PALMQUIST, Helena. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena:** a persistência da destruição. 2018. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, UFPA, Belém do Pará, 2018.

PEREIRA FILHO, Paulo Sérgio. **A atuação e contribuição dos movimentos indígenas no processo de redemocratização brasileira:** uma análise da Assembleia Nacional Constituinte (1987). 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

PEREIRA FILHO, Paulo Sérgio; GUARANY, Alzira Mitz Bernardes. O pensamento indígena tem memória: reflexões sobre a dinâmica do ensino e da produção do conhecimento na sociedade contemporânea. *In:* NICÁCIO, E.; MELLO, K. S. (Orgs.). **Estado e Sociedade:** análises sobre desigualdades e políticas públicas. v. 5. Uberlândia: Editora Navegando, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. En: **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

# O PESSIMISMO DA PRISÃO E O OTIMISMO DA RESISTÊNCIA: entre práticas culturais e aprisionamento

Viviane Maia  
Miriam Krenzinger

*Quando falamos da História do povo negro, sempre nos lembramos da violência inenarrável da escravidão, mas não devemos nos esquecer de que nas lutas pela sobrevivência e pela superação da violência sempre estiveram presentes a criação de alegria, de beleza e de prazer (Ángela Davis, In Celina, 27/10/2019).*

## Introdução

Os processos de desumanização produzidos pelo ideário capitalista penetram todos os espaços de reprodução da vida social. Conforme Marx e Engels (2007), em *A ideologia alemã*, a violência concentrada e organizada assegura à classe dominante garantia para os interesses do capital, potencializando a capacidade de monitoramento e controle social. Legitima-se o uso da violência na representação do poder pela conquista, pelo assassinato e pelo aprisionamento.

Ainda que os processos punitivos sejam permeados pelo uso da violência, pretendemos neste ensaio<sup>1</sup>, compreender práticas culturais organizadas a partir da privação de liberdade. Entendemos práticas culturais como a música, a arte, a literatura, a religião, a troca de conhecimento, saberes, entre outras. Observamos que nem toda iniciativa de resistência tende a ser contra-hegemônica, por isso refletimos sobre o movimento que a cultura pode proporcionar de resistir à hegemonia do modo de produção capitalista que tem no aprisionamento uma das expressões severas de sua alienação.

Ao optarmos por uma análise da cultura pautada na crítica da economia política, discordamos da hipótese que acusa o marxismo de considerar a cultura como uma questão secundária em prol da exclusividade do determinante econômico. Para a análise da cultura como uma categoria socialmente determinada, conduzimos as reflexões aqui construídas por uma abordagem gramsciana. O pensador italiano Antonio Gramsci (1977-2005) não apresentou uma definição exata do termo, porém no seu pensamento é possível apreender o significado e o processo evolutivo da cultura como um fenômeno real que existe a partir de um modo de produção e das relações por ele desenvolvidas.

Trata-se aqui do que foi chamado por Engels (1976) de uma autonomia relativa para formas sociais no campo da cultura, com um aspecto ativo ou mobilizador, a cultura pode reproduzir ou resistir ao modo de produção em vigência. Conforme Gramsci (1977), muitas autonomias da classe trabalhadora tendem a ser anuladas pelo Estado, ao mesmo tempo em que são suprimidas determinadas manifestações sociais, outras o Estado “[...]”

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado da dissertação de mestrado intitulada “Entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade: diálogos sobre formas de resistência e privação de liberdade”, defendida pela autora Viviane Maia, sob orientação da Profª Drª Miriam Krenzinger, em 2021, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-UFRJ).

empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente [...]” (Gramsci, 1977, p. 303).

Dito isto, quanto à estrutura, no primeiro momento buscamos uma aproximação com a temática a partir da contextualização de três notas sobre práxis e desencarceramento. Logo, em um segundo item, projetamos um diálogo com as práticas culturais por meio da produção artística de músicas e da obra literária de Graciliano Ramos e de Antonio Gramsci<sup>2</sup> como formas de potencializar a consciência crítica em espaços de privação e restrição de liberdade.

## **Notas introdutórias sobre práxis e desencarceramento**

No intuito de proporcionar reflexões para ampliar o debate acerca da temática, este item constitui-se por três notas introdutórias: 1) O grande encarceramento caminha de mãos dadas com a manutenção econômica; 2) Defender o desencarceramento é uma forma de posicionar-se contra o racismo; e 3) A direção ético-política da práxis aponta para uma sociedade sem prisões, que serão apresentadas a seguir.

### **O grande encarceramento caminha de mãos dadas com a manutenção econômica**

A privação de liberdade, como medida punitiva, surge para que o aparato jurídico possa acompanhar as mudanças econômicas, proporcionando o alcance de lucros. A tese de que a punição poderia construir um sujeito dócil e útil compreende ideologicamente uma transformação de indivíduos para o trabalho por meio do tempo como um critério geral e abstrato de valor para a mercadoria. Assim, a prisão caracteriza-se por um dispositivo disciplinar de poder, um aparelho jurídico-econômico em prol da produção de mercadoria.

A gênese dessa relação está na história do capitalismo, como observado em *Cárcere e fábrica* por Melossi e Pavarini (2019), a administração capitalista presente nos muros da fábrica se estende como garantia de disciplina para toda sociedade, elaborando a privação de liberdade como mecanismo de controle social em prol das forças produtivas. Nesta lógica, afirma Juarez Cirino dos Santos (2014, p.471), “[...] na fábrica, a coerção das necessidades econômicas submete a força do trabalho à autoridade do capitalista; fora da fábrica, os trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho são controlados pelo cárcere”.

---

<sup>2</sup> Ambos os autores foram presos políticos em regimes antidemocráticos. Graciliano Ramos, um dos grandes autores da literatura brasileira, foi acusado de ser um “militante comunista” e preso em 1963 em Alagoas pela ditadura empresarial militar. A obra “Memórias do Cárcere”, veio a ser um livro póstumo do autor, pois ele faleceu antes de redigir o capítulo final sobre sua saída da prisão em 1937. Já Antonio Gramsci, jornalista, ativista político e fundador do Partido Comunista na Itália, foi preso pelo regime fascista de Mussolini em 1926. Grande parte da sua obra foi produzida durante a prisão e organizada em volumes nos chamados “Cadernos do Cárcere” e “Cartas do Cárcere”. Decorrente da sua saúde frágil, em 1934 é deferida liberdade condicional. Quando em 1937 de fato Gramsci é livre da condenação, sua saúde apresentou uma piora e o autor faleceu.

Com o pressuposto de que trabalhadores podem ser detidos, e que detidos em privação de liberdade devem ser transformados em trabalhadores, a prisão vai se remodelando para atender e acompanhar as modificações capitalistas. Dito isto, a partir de Rusche e Kirchheimer (2004, p.146), compreendemos que “[...] o cárcere tornou-se a principal forma de punição no mundo ocidental no exato momento em que o fundamento econômico da casa de correção foi destruído pelas mudanças industriais [...]”.

Dessa forma, afirmar a relação existente entre punição e capitalismo significa compreender que nesse modo de produção as formas de riqueza social foram remodeladas e passaram a ser conduzidas pelo tempo gasto na produção de mercadorias. Afastou-se a centralidade da produção fabril para que novas relações de produção pudessem ser estabelecidas. Assim, a liberdade assumiu um valor econômico e foi possível quantificar o valor do tempo, bem como o valor da liberdade com a privação do tempo.

Se no começo da utilização da pena privativa de liberdade essa população era destinada ao trabalho, com as remodelações capitalistas, a função disciplinadora passou a corresponder ao sistema financeiro, excluindo uma grande população dos processos produtivos. Como forma de vigilância e controle da produção, a reconfiguração do sistema prisional pautou-se na exclusão, contenção e demarcação dos indesejáveis aos parâmetros produtivos. Trata-se do que Maria Lúcia Karam (2020) denominou por “uma versão pós-moderna do exército industrial de reserva”, uma população prisional que não para de crescer a partir dos postulados neoliberais de um capitalismo pós-industrial e globalizado.

Ao utilizar a pena privativa de liberdade para remodelar o papel do Estado como regulador do mercado de trabalho, a população privada de liberdade enfrenta o aprofundamento do processo de desigualdade, com a absorção nas prisões de uma população cada vez mais jovem, pobre, em situação de desemprego e miséria. Assim, historicamente, nesta realidade apresentada, o grande encarceramento caminha de mãos dadas com os pressupostos da manutenção econômica.

## **Defender o desencarceramento é uma forma de posicionar-se contra o racismo**

A constituição da América e a formação social brasileira são profundamente marcadas por séculos de racismo, escravidão, extermínio e segregação. A tese de que o Brasil vivencia uma democracia racial por vezes contribui para o não reconhecimento do racismo estrutural como um fio condutor das altas taxas de encarceramento no país. Conforme Angela Davis (2019, p.40), “[...] o racismo define furtivamente estruturas sociais e econômicas de maneiras difíceis de identificar, portanto, muito mais prejudiciais”.

Ao reconhecer a seletividade do sistema penal, é necessário considerar também a forma estrutural em que se desenvolveram e desenvolvem as relações de poder. O encarceramento em larga escala volta-se para essa população formada por pretos e pardos desde a colonização, com um aparato legislativo forjado para criminalizar, silenciar e conter. Este aparato é remodelado conforme as necessidades produtivas, porém a prisão nos termos que hoje conhecemos continua por reatualizar um mecanismo de punição e contenção voltado para população negra.



Neste universo, a população negra é negligenciada no acesso à educação, o analfabetismo entre negros é maior que o dobro do que entre brancos<sup>3</sup> e o acesso às políticas de saúde, por exemplo, também é marcado constantemente pelo aumento da mortalidade materna de mulheres negras<sup>4</sup>. A guerra às drogas, a militarização da vida e o encarceramento são norteados por uma atuação racista propagada pelos sistemas de justiça e ideologicamente naturalizada pela grande mídia. Os dados apontam a historicidade desse encarceramento negro e permitem compreender o constante aumento do aprisionamento e extermínio dessa população. Conforme Flauzina (2006, p. 135):

[...] há um projeto genocida de Estado que, multifacetado nas várias dimensões da intervenção institucional, vai desenhando as vulnerabilidades que fragilizam, matam e impedem a formação de uma consciência histórica capaz de sedimentar as bases de uma reação articulada do contingente negro. O sistema penal, sabemos, é apenas a faceta mais evidente de todo esse empreendimento, que se vale de diversas instâncias a fim de produzir o extermínio da população negra no Brasil.

As tentativas de branqueamento, apagamento histórico, criminalização de práticas culturais e a letal atuação da polícia em territórios periféricos são estratégias dessa lógica desumanizadora da vida e por vezes humanizadora do capital. Não vivenciamos no Brasil políticas capazes de proporcionar reparação para esta população que no passado foi escravizada e que hoje vivencia os nefastos efeitos da criminalização e do encarceramento. Ao contrário, os índices de superencarceramento e da hiper vigilância policial possuem uma classe e uma cor socialmente determinadas.

Dito isto, quando afirmarmos que a defesa pelo desencarceramento corrobora a luta antirracista, demarcamos o posicionamento contrário a esta lógica destinada à população negra e reatualizada pelos parâmetros neoliberais. Pois, enquanto houver tentativas de reformar esse modo de produção e seus mecanismos punitivos, estar-se-á reformando também o racismo, os processos de desumanização, as opressões, a dominação e a exploração. Enfrentando esta lógica que mata e encarcera, a luta pelo desencarceramento é, assim, uma luta contra o racismo.

## **A direção ético-política da práxis aponta para uma sociedade sem prisões**

A práxis consiste na atividade humana criadora, no resultado da ação humana a partir de uma realidade apresentada. Elaborada como categoria central para a tradição marxista, trata-se de uma atividade prática que, ao utilizar da teoria como um guia para sua ação, molda-se por ela, sendo também uma atividade teórica por imprimir consciência em sua prática. Dessa forma, a atividade produtiva é compreendida por práxis ao criar um mundo humanizado, mas, ao mesmo tempo, este mundo desumaniza-se com objetos que se voltam contra os seus criadores.

A urgência de compreender a práxis como uma possibilidade de elaborar consciência diante de um fato existente possibilita também a transformação, modificando conscientemente esta realidade. Assim, para Marx (2007), neste universo de inúmeras violências que desumanizam a vida

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/03/22/taxa-de-analfabetismo-pnad-2023.htm> Acesso em: 26 jul. 2024.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/05/18/mortalidade-materna-de-mulher-negra-e-duas-vezes-superior-a-mulher-branca.htm#:~:text=%22Dados%20do%20Minist%C3%A9rio%20para%202022,mil%20nascidos%20vivos%22%2C%20explicou.> Acesso em: 26 jul. 2024.

humana, a necessidade da práxis vincula-se à contradição existente entre forças produtivas e relações de produção. E justamente por intermédio da violência como instrumento de alteração da realidade é possível elaborar uma contraviolência, negando a si mesma e contribuindo para o seu futuro desaparecimento. Conforme Vázquez (2011, p.395),

[...] se é certo que a violência – como “parteira da história” – acompanhou a práxis social humana em suas inflexões decisivas, toda violência de sinal positivo, trabalha em última instância contra si mesma, isto é, contra a violência de amanhã. Por isso, ao tornar possível uma verdadeira práxis humana – não violenta –, a violência revolucionária, e especialmente a do proletariado, não só se dirige contra uma violência particular, de classe, da qual surge transitoriamente uma nova violência, como também se dirige contra toda violência em geral, ao tornar possível a passagem efetiva a um estado não violento. Só então, a práxis social, ao deixar de ser violenta, terá uma dimensão verdadeiramente humana.

Dessa forma, compreendendo que a filosofia da práxis se torna política para cumprir verdadeiramente o seu papel, não é possível humanizar um modo de produção erguido na base da desumanização com inúmeras pessoas encarceradas. Conforme Angela Davis (2019), a prisão naturaliza-se como um fato inevitável da vida, e, ao mesmo tempo, percebemos que há relutância em enfrentar o que acontece dentro dos muros do cárcere. Com isso, “[...] o encarceramento em massa gera lucros enquanto devora a riqueza social, tendendo, dessa forma, a reproduzir justamente as condições que levam as pessoas à prisão” (Davis, 2019, p.17).

A partir dessa lógica, as estratégias para o desencarceramento não ocupam o cerne do debate sobre a crise do sistema penal, ao contrário, são marginalizadas e abrem espaço para as reformas prisionais com a criação de novas vagas. Porém, se um dia a prisão fez sentido, se um dia foi considerada uma alternativa mais humanizada diante das punições corporais e capitais de troncos, açoitamentos, ferros quentes, banimentos e outras, hoje a prisão como mecanismo de punição, ao humanizar o modo de produção capitalista, combina a negação de direitos com o uso da violência física e subjetiva.

Enquanto continuarmos reformando sistemas punitivos e insistindo na privação de liberdade como principal alternativa, continuaremos a vivenciar processos de desumanização. Neste contexto, entendendo que o racismo precisa ser enfrentado, inclusive percebendo as prisões como instituições racistas, concordamos com Angela Davis (2019) sobre o caráter obsoleto desse mecanismo punitivo. Baratta (2002) é quem nos informa: para além de penas alternativas que ratificam esse sistema de justiça por meio de reformas, precisamos pensar em alternativas às penas.

Assim, ao questionarmos as condições estruturais que levam tantos jovens negros às prisões, percebemos que o acesso à educação, bem como as políticas públicas de saúde e assistência, possibilitaria alternativas concretas para a diminuição das taxas de encarceramento. Dessa forma, a direção ético-política da práxis aponta para uma sociedade sem prisões, em que a realização humana aconteça de forma mais solidária, justa e igualitária. Assim, a práxis cumpre o seu papel na produção de uma contraviolência que pretende alcançar a negação de si mesma ao atingir a autorrealização humana.

## Práticas culturais e formas de resistência na privação de liberdade

Desde a formação social brasileira, as camadas populares manifestam sentimentos contraditórios de classe ora conformados, ora revoltos. Há uma relação intrínseca entre questão cultural, questão social e questão racial, as práticas culturais populares evidenciam uma forma específica de manifestação dessa relação: a criminalização. A religião, a música e a dança, presentes no universo de sujeitos escravizados no Brasil, tornaram-se caso de polícia até mesmo após a abolição. E ainda hoje, dentro das favelas e unidades prisionais, a expressão sufocada da cultura popular encontra mecanismos para resistir.

Onde se propaga o som da fala marginal daqueles que, apesar de tudo, têm boca para falar, para gritar e para cantar, a expressão oral das massas pode ser sufocada, esvaziada, induzida, mas não se pode impedir os homens e mulheres de conversarem, trocarem ideias, contestarem, resistirem nos barracos, botequins, becos e vielas. Apesar da repressão secular – física e simbólica – não se conseguiu ainda calar a voz malandra e marginal do homem comum. (Coutinho, 2014, p.30).

Nesse universo de relações sociais, a comunicação por meio da linguagem assume sua especificidade de diversas maneiras. Dentro dos muros do cárcere habita uma linguagem peculiar, construída nos coletivos, e expressa traços de uma cultura extramuros adaptada para residir em um espaço regrado e normatizado. Gramsci (2005, p.103), ao observar a comunicação no cárcere, escreve em uma carta para sua cunhada, “[...] como o cárcere é uma espécie de ressonância, na qual por fios invisíveis e múltiplos se comunicam com cada cela às notícias que interessam ou podem interessar aos vários detidos”.

O diálogo caracteriza um meio de organização cultural que em certa medida expressa a consciência. No campo da cultura, tais traços são decisivos, ocupar-se da linguagem e da comunicação é também ocupar-se da disputa por hegemonia que constantemente pode ser recriada, renovada, conservada ou modificada. A resistência habita na expressão oral da classe trabalhadora, perpetuando uma visão de mundo, como ressaltou Gramsci (2005). Nesse contexto, o diálogo aparece como mecanismo de resistência frente à privação de liberdade.

Ao dar entrada na prisão, o indivíduo é despido de sua aparência. Ele é identificado, numerado, tem seu cabelo cortado, é fotografado, verificam suas impressões digitais, lhe são atribuídas roupas da própria instituição, ou seja, um verdadeiro processo de despersonalização. O indivíduo passa a ser uma engrenagem no sistema da instituição e a obedecer a todas as regras. Graciliano Ramos, em sua obra literária sobre a realidade que enfrentou no período de detenção, ressaltou:

Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? Depois de submeter-se a semelhante regime, um indivíduo é absolvido e mandam-no embora. Pouco lhe serve a absolvição: habituado a mover-se como se o puxassem por cordéis, dificilmente se libertará. (Ramos, 2020, p.37).

Gramsci (2005, p.337) destaca numa das cartas um questionamento por mudanças provisórias ligadas à rotina do cárcere, afirmando ter certamente mudado, mas sem saber se

trataria de um fenômeno provisório, ligado à vida no cárcere. O autor descreveu o processo a partir de uma crise de resistência imposta pela organização prisional em que ao sujeito compete internalizar a rotina.

Tratava-se de crise de resistência ao novo modo de viver que implacavelmente se impunha sob a pressão de todo ambiente carcerário, com suas normas, com sua rotina, com suas privações, com suas necessidades, um conjunto enorme de coisas mínimas que se sucedem mecanicamente durante dias, durante meses, durante anos, sempre iguais, sempre com o mesmo ritmo, como os grãos de areia de uma ampulheta gigantesca (Gramsci, 2005, p. 240).

Graciliano Ramos (2020), em outro trecho da obra *Memórias do cárcere*, descreve o momento em que recebe um número de identificação pela equipe de segurança para substituição de seu nome.

Um grito e um aceno levantaram-me, aproximaram-me do negro que fizera a chamada e ordenara a organização das filas.  
– O seu número é 3535, anunciou.  
Fiquei um momento absorto, pouco a pouco me inteirei da supressão do meu nome, substituído por quatro algarismos.  
– 3535, não se esqueça (Ramos, 2020, p. 407).

Assim, são processos punitivos ligados à rotina da instituição que, ao não reconhecer o sujeito pelo seu próprio nome, insiste em despersonificá-lo. Dentro dos muros do cárcere, o relógio sempre passa muito devagar, a mesmidade e a homogeneidade expressam no tempo um caminho trilhado sempre para o idêntico e comum no âmbito da massificação da rotina.

Em um trecho da música *Diário de um detento*, do grupo Racionais MC's, podemos visualizar com a expressão artística essa característica rotineira e arrastada do cárcere: “Tirei um dia a menos ou um dia a mais, sei lá. / Tanto faz, os dias são iguais. / Acendo um cigarro e vejo o dia passar. / Mato o tempo pra ele não me matar”.

Os sujeitos acabam por responder estímulos automaticamente quando tornada conhecida a rotina e incorporada como “natural”. O momento do confere pode ser aqui utilizado como exemplo: tais indivíduos precisam posicionar-se no mesmo lugar e horário duas vezes por dia para a contagem realizada pela instituição, são conferidos e dispensados, mas caso alguém não esteja presente realiza-se punição. O confere, entre outras características rotineiras da instituição, com a semelhança cotidiana do dia a dia, fazem tudo parecer mais arrastado. Nas palavras de Graciliano Ramos (2020), com a privação de liberdade o tempo se altera de modo contraditório.

Na verdade, o tempo não era o que havia sido: tornara-se confuso e lento, cheio de soluções de continuidade, e nesses hiatos vertiginosos perdia-me, escorregava, os olhos turvos, numa sensação de queda ou voo. Náuseas, aperto no diafragma. Evidentemente se tudo em redor me parecia vago e incompreensível, se até a noção de tempo se modificava, cá dentro deviam as coisas passar-se de maneira lastimosa, esta velha máquina emperrava. (Ramos, 2020, p. 44).

Gramsci (2005, p.240) também relata o mecanismo desse processo:

Tratava-se de crise de resistência ao novo modo de viver que implacavelmente se impunha sob a pressão de todo ambiente carcerário, com suas normas, com sua rotina, com suas privações, com suas necessidades, um conjunto enorme de coisas mínimas que se sucedem mecanicamente durante dias, durante meses, durante anos, sempre iguais, sempre com o mesmo ritmo, como os grãos de areia de uma ampulheta gigantesca.

A rotina em uma unidade prisional é padronizada, massificada e perversamente violenta com a negação de direitos, impossibilitando a realização de atividades básicas como alimentação, higiene, acesso à educação e à saúde. As subjetividades são invadidas, a desumanização impera e do sujeito são retiradas as esferas de reconhecimento. Torna-se um produto daquele sistema, uma parte daquela rotina, esvaindo-se das particularidades que o tornam humanizado. Em outro trecho também da música *Diário de um detento*, do grupo Racionais MC's, podemos perceber a revolta pelo cotidiano em uma unidade prisional.

Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio  
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo  
Misture bem essa química  
Pronto, eis um novo detento...  
Tic, tac, ainda é 9:40  
O relógio da cadeia anda em câmera lenta  
Olhando pra cá, curiosos, é lógico  
Não, não é não, não é o zoológico  
Minha vida não tem tanto valor  
Quanto seu celular, seu computador  
Hoje, 'tá difícil, não saiu o sol  
Hoje não tem visita, não tem futebol  
Alguns companheiros têm a mente mais fraca  
Não suportam o tédio, arruma quiaca.

Quando afirma na letra que com a dinâmica desta rotina tem-se um novo *detento*, podemos refletir sobre a função social do aprisionamento. Em todo aparato regulamentador das secretarias estaduais de administração penitenciária, bem como na Lei de Execução Penal (LEP), que unifica o tratamento penitenciário, trazendo uniformidade para todo Brasil, visualizamos discursos “ressocializadores”.

Tais discursos positivistas que se voltam para reinserção social não são a realidade das unidades prisionais. Se por um lado esse discurso legitima a continuidade da prisão como ferramenta para o “bem-estar social”, por outro lado, a negação de direitos e a constante ampliação da violência reafirmam o completo caráter obsoleto das prisões, conforme Davis (2019).

Nesse sentido, compreendendo que as prisões do século XXI são contrárias às perspectivas humanizadoras propagadas pelo aparato legislativo, trata-se, nas palavras de Krenzinger (2015, p.47), de considerá-las “[...] como um resíduo marginal anônimo como, ao mesmo tempo, o espelho mais fiel e significativo desse complexo social [...]” em que, com o véu ideológico, possibilita a continuidade dos processos de dominação e exploração.

A assistência material, jurídica e à saúde, a assistência social, educacional e religiosa, como nomeadas pela Lei de Execução Penal (LEP), contribuem não só para a manutenção da vida com a sobrevivência desses sujeitos, mas também para a reprodução imaterial, possibilitando produzir ou reproduzir consciência, valores e visão de mundo. A

desvalorização da vida e as péssimas condições do cárcere corroboram para a valorização negativa dos sujeitos privados de liberdade, como apresentado na letra do grupo Racionais MC's com a comparação aos dispositivos eletrônicos.

O acesso ao que é direito reafirmado pela LEP e pela Constituição, é condicionado para quem apresenta bom comportamento e disciplina, para quem não 'tumulua a cadeia', transformando os direitos a serem garantidos como meros benefícios. Em consonância, em sua obra literária, Graciliano Ramos descreve os processos punitivos de maus-tratos e torturas como cicatrizes e tatuagens na alma (Ramos, 2020).

Ao voltarmos à Lei de Execução Penal (LEP), encontramos a defesa por atividades culturais, e no todo garantia à vida, na seção II, no art. 41, Dos Direitos, prevê no inciso V a "[...] proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação [...]", no inciso VI o "[...] exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena [...]" e no inciso VII a "[...] assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa".

Conforme apresentado na legislação, atividades profissionais, intelectuais, esportivas e artísticas estão no campo legal da regulamentação de um direito. O não acesso aos direitos intensifica a continuidade da punição, como se apenas conduzissem uma modernização das penas de castigos corporais. Angela Davis (2019, p.64) ressalta o quanto a prisão "[...] que já foi considerada progressista e revolucionária representa hoje a união da superioridade tecnológica com o atraso político".

Nesse cenário adverso, os sujeitos assumem um caráter peculiar de resistência frente aos processos punitivos. As práticas culturais em um lugar tão improvável conduzem formas de resistência que aparecem na organização, no agir e no operar dos sujeitos privados de liberdades. Espaços como a escola, a religião, as salas de leitura e as oficinas de trabalho, quando existentes, permitem desenvolver práticas culturais no âmbito formal, mas também no interior dos coletivos a comunicação e toda troca presente no convívio, a produção de artesanatos, a escrita de músicas e a formulação de danças, a troca de correspondência são retratos de uma cultura que, mesmo marginalizada, insiste em produzir resistência.

É sob esse espaço que, contraditoriamente frente à lógica de controle estabelecida na instituição, práticas culturais possibilitam produção artística com o resgate das particularidades de cada sujeito por meio da linguagem, da memória e da organização coletiva. Daí a importância de apreender a cultura como uma categoria transformadora. As práticas culturais, ao ocupar-se das relações sociais, resistem como um instrumento coletivo, embora seja posto pelo modo de produção como algo apenas comercializado. O samba *Ilha Grande*, de Bezerra da Silva, pode ser utilizado como mecanismo de exemplificação desta potencialidade.

ah meu Deus do céu  
Sabe lá o que é viver sem liberdade  
Pagando o que nunca lá comprou, nunca lá comprou  
Em um abrir, fechar de olho  
Você pode um dia não amanhecer, vou dizer por que  
Num lugar em que a cruel sociedade  
Construiu pra suas vítimas esconder

Na letra de Bezerra da Silva, percebemos a angústia de não saber viver sem a liberdade. Manifesta-se no samba a resistência frente à construção da prisão como um lugar de depósito de pessoas indesejáveis. Bezerra coloca como ‘vítimas’ um público que em sua maioria consiste em pessoas à margem da reprodução social, pessoas negras, pobres, faveladas e com baixa escolaridade, conforme os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2019), são as pessoas aprisionadas no Brasil.

A música, seja com o samba, o *rap* ou *funk* utilizados neste trabalho, simboliza o barulho dessa gente que, no desenrolar da consciência, afirmam e reafirmam-se como sujeitos históricos. É nesse sentido que Wilson das Neves canta sobre “o dia que o morro descer e não for carnaval”. Ao evidenciar um modo de vida e relacionar com a luta de classes, como observado na letra de Bezerra, a práxis, ou seja, a atividade humana criadora, possibilita compreender a própria história como um elemento vivo.

Os sujeitos em privação de liberdade, ao serem retirados da totalidade das relações sociais que vivenciam, afastam-se de familiares e amigos. Esse distanciamento consiste em mais uma marca punitiva da privação de liberdade. Gramsci (2005) apresenta certo cuidado com a família nas diversas cartas que envia para os seus familiares, principalmente para com sua mãe, assume uma postura constante de “receio” do que sua prisão pode ter lhe causado, buscando sempre justificar sua detenção frente aos possíveis “julgamentos” a serem feitos.

Querida mamãe,  
[...] Compreenda que nada disso tem a menor relação com minha honestidade, minha consciência, minha inocência ou culpa. É um fato que se chama política, com a qual todas estas belíssimas coisas não têm a menor relação. Sabe como se age com as crianças que fazem pipi na cama, não é verdade? Ameça-se queimá-las com a estopa em chamas na ponta de um forcado. Pois bem: imagine que, na Itália, haja um menino muito grande que ameaça continuamente fazer pipi na cama desta grande mãe geradora de cereais e de heróis; eu e alguns outros somos a estopa (ou o trapo) acesa que se mostra para ameaçar o impertinente e para impedi-lo de manchar os lençóis limpos (Gramsci, 2005, p.148).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas são diversas grades invisíveis que, para além de limitar as relações, impõem-se com regras e normas para o contato entre familiares e amigos. Classificam relações afetivas, produzem estigmas e a família vivencia como se também estivesse cumprindo uma pena restritiva. Na letra da música *Liberdade sonhada*, o grupo Katinguelê ressalta a preocupação com o possível esquecimento a ser gerado com a privação de liberdade.

Vivendo atrás das grades  
Meu amor pode me esquecer  
O vento sopra meus olhos na janela  
Passageiros esperam na linha do metrô  
Minha única visão, não há mais coração  
Me desfaço em pedaços

Muros, grades e portões de ferro, segurança institucional e procedimentos burocráticos separam e modificam o convívio. As famílias, principalmente mulheres, sejam companheiras, mães, filhas ou avós, são movidas a enfrentar tais desafios em dias visitas em uma perspectiva idealizadora de “amor romântico”. Essa responsabilização das mulheres

expressa o papel social instituído a responsabilizá-las pelo cuidado e pela reprodução material dos sujeitos nas diversas esferas, inclusive frente à privação de liberdade (Davis, 2019).

A visita da família é um direito regulamentado pela LEP, que deve ser garantido, como elemento de manutenção das relações sociais e na perspectiva de retorno à totalidade do convívio social de que o indivíduo fora tirado. As áreas destinadas à visitação nem sempre são adequadas, e cada unidade prisional estabelece restrições específicas voltadas à entrada naquele espaço, dos dias para visita, às vestimentas, calçados e acessórios. Afirma Graciliano Ramos (2020, p.225) que, com a visita de sua companheira, a rotina monótona da prisão se alterou:

As visitas de minha mulher durante algum tempo quebraram a monotonia da prisão e ligaram-me com inesperados laços ao exterior. Uma vez por semana trinta minutos nos aproximavam na secretaria. Separados, nos bancos, tentando esconder-se em vão, casais segredavam.

As unidades prisionais possuem um ou mais dias de visita por semana, permitindo algumas horas de convívio. Familiares enfrentam um verdadeiro ritual para resistir às normas institucionais, incluindo preparo de alimentos, produtos de higiene e utilização de embalagens transparentes para entrada na unidade prisional. Famílias dormem nas filas para garantir todo tempo possível com o indivíduo em privação de liberdade. Na volta para casa, ‘ao lado de fora’ deste convívio, as barreiras punitivas invadem o cotidiano.

O diálogo, a comunicação, a luta por garantia de direitos, o acesso às diversas assistências necessárias, os espaços religiosos, a produção de artesanato e diversas formas de expressões artísticas, o contato com familiares, o acesso à literatura, educação e trabalho são algumas das práticas culturais que possibilitam a transformação do cárcere em um laboratório de ideias, como ressaltou Gramsci (2005). Neste universo, com a possibilidade de elaboração de formas de práxis, percebemos que “[...] toda hegemonia traz em si o germe da contra hegemonia [...]” (Coutinho, 2014, p.77).

É justamente esse modo de conceber o mundo por meio de produção de resistência que poderá se contrapor a sociedade formalmente administrada pelo ‘comitê executivo da burguesia’. São as práticas culturais de grupos relegados e marginalizados historicamente que aparecem como expressões de ruptura com os movimentos de cooptação e silenciamento.

Em uma célebre passagem da obra *Manuscritos econômicos-filosóficos* de Marx (2010), podemos apreender que, ao mesmo tempo que o sujeito produz um objeto, o objeto produzido também produz um sujeito para si. Podemos assim relacionar essa dialética da realização da práxis com a sensibilidade que permite dar sentido às relações sociais através das manifestações culturais.

Assim como só a música desperta no homem o sentido musical, a mais bela música não tem nenhum sentido para o ouvido não musical, não é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a afirmação de uma das minhas forças essenciais e só pode ser tal enquanto a minha força essencial está presente para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim vai precisamente tão longe quanto vai o meu sentido (tem sentido apenas para o sentido correspondente a este objeto) – por esta razão, os sentidos do homem social são outros sentidos que não os do homem não social. Somente através da



riqueza objetivamente desenvolvida do ser essencial do homem se cultiva ou nasce a riqueza da sensibilidade subjetiva humana (o ouvido musical, o olho que descobre a beleza da forma; em síntese, os sentidos capazes de gozos humanos, sentidos que se afirmam como forças essenciais do homem). Porque não somente os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais – os sentidos práticos (vontade, amor etc.) –, numa palavra, o sentido humano – a humanidade dos sentidos – se constitui pela existência do seu objeto, pela existência da natureza humanizada. A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até nossos dias (Marx, 2010, p.110).

É essa organização da cultura que interpelada pelo nacional de um povo implica a quebra de distanciamento com a realidade. Dessa forma, como observamos, espaços adversos que desumanizam sujeitos como o cárcere, por intermédio das práticas culturais desenvolvidas, também podem ser constituídos com resistências e rupturas contra-hegemônicas. Reafirmamos assim que a realização de práticas culturais pode contribuir na luta pelo desencarceramento, efetivando o verdadeiro papel de práxis, ao desabrochar movimentos de resistência. Essa luta pelo desencarceramento consiste em uma luta antirracista, enfrentando a explícita face da desumanização que encarcera, mata ou então deixa morrer.

## **Considerações finais**

Não possuímos a pretensão de apresentar uma guia conclusiva, ao contrário, com a elaboração dessas considerações finais, acreditamos na possibilidade deste trabalho oferecer subsídios para a continuidade do debate, seja para quem o escreve, seja para quem dele faça a leitura. A partir disso, consideramos duas principais inquietações, que nortearam a elaboração do texto: 1) a desumanização produzida e ampliada pelo modo de produção capitalista tem como expressão o superencarceramento da população negra e pobre; 2) essa população, negra e pobre, ainda que desumanizada, encontra meios de elaborar resistência com práticas culturais e formas de práxis diante também da privação de liberdade.

Afirma Wacquant (2009) que a constante redefinição do sistema penal, ao fortalecer a veia punitiva do Estado, corrobora o esvaziamento das ações de proteção social. Nessa lógica, o aparelho carcerário confirma a condução da desumanização da vida e a humanização do capital. O racismo não se manifesta apenas como base para os sistemas penais latino-americanos, mas em toda formação social brasileira desde quando os impérios europeus passaram a enriquecer com um grande e doloroso empreendimento comercial, a escravidão.

Com isso, ao recorrer à criminologia crítica, compreendemos a criminalidade como uma manifestação da luta de classes, ou seja, intermediada pelas estruturas sociais e pelo desenvolvimento de relações desiguais de produção e distribuição. Neste universo, a letalidade proferida pelas polícias e a excedente criminalização utilizam do racismo em prol do alcance de um lucrativo e grande mercado.

Com o intuito de refletir quanto às possibilidades de resistência, buscamos compreender as práticas culturais elaboradas a partir do aprisionamento, no qual a relação entre questão cultural, questão social e questão racial impelem processos criminalizatórios. A forte presença punitiva que padroniza e normatiza a rotina descaracteriza os sujeitos em privação, tornando-lhes parte daquela instituição, institucionalizando o indivíduo e

trazendo-lhe uma série de comportamentos automáticos e rotineiros, numa perspectiva de alienação.

Na contramão dessa lógica, na organização, no agir, na elaboração coletiva expressa-se a resistência frente aos processos punitivos; a partir disso, espaços como a escola, a religião, a leitura e o trabalho, bem como a comunicação, a produção de artesanato e outros expressam a possibilidade oxigenação de uma cultura que, mesmo marginalizada, continua por existir. Com isso, espaços adversos, que como a prisão desumanizam sujeitos sociais, podem também caracterizar-se por laboratórios de ideias (Gramsci, 2002), sendo constituídos por contra-hegemonia na produção de resistências.

Na defesa pelo desencarceramento, compreendendo-o como uma luta antirracista, buscou-se afirmar neste trabalho o compromisso em elaborar práticas contra-hegemônicas como uma possibilidade ético-política. A partir dos preceitos da tradição marxista voltados à elaboração de uma nova realidade, quando destacamos que a luta por uma nova cultura ao longo da história se manifesta também na produção de práticas culturais, entendemos que não se trata apenas de uma nova forma, e sim de uma luta por um novo conteúdo (Gramsci, 2000). A esse conteúdo relaciona-se a possibilidade de uma organização, uma direção intelectual e moral, política e cultural da classe trabalhadora, da população negra e pobre desumanizada pelo capital.

## Referências

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e a crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm). Acesso em: 26 jul. 2024.

CELINA. 2019. “**Angela Davis**: oito frases marcantes da feminista negra em sua passagem pelo Brasil”. O Globo, 27/10/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/angela-davis-oito-frases-marcantes-da-feminista-negra-em-sua-passagem-pelo-brasil-24040267>. Acesso em: 22 ago. 2024.

COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução: Marina Vargas. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Düring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro de. **O corpo negro caído ao chão**: o sistema penal e projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977. 4v.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- KARAM, Maria Lúcia. Pela abolição do sistema penal. *In*: PASSETTI, Edson (org.). **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2020.
- KRENZINGER, Miriam. As expressões da violência no sistema prisional brasileiro. *In*: FACEIRA, Lobelia; FARIAS, Francisco Ramos de (org.). **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS: **INFOPEN Painel interativo** – dezembro de 2019. Brasília – DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTlkZGJjODQtNmJlMi00OTJhLWFiMDktNzRlNmFkNTM0MWI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 26 jul. 2024.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2019.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 52. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 6. ed. Curitiba: ICPC, 2014.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

# CONTRATO RACIAL, COLONIALIDADE DO CUIDADO E SOFRIMENTO PSÍQUICO DAS MULHERES NEGRAS

Cibele da Silva Henriques

## Introdução

O presente capítulo tem como objetivo desvelar como a modernidade gestou as bases para a construção do contrato sócio-racial-afetivo-sexual e de gênero, no qual as mulheres negras se tornaram territórios coloniais de cuidado e máquinas sexuais-reprodutivas do sistema de acumulação de capitais, com a expropriação e desterro de seu corpo-território da sua nação originária para a experiência de despotencialização da ação política coletiva de gestar as formas de cuidar-existir-resistir e a produção do sofrimento/adoecimento psíquico.

A partir disso, traçamos como objetivos específicos, entender como funciona a engrenagem da transferência do trabalho do cuidado e do trabalho doméstico para as mulheres negras na formação social brasileira, assim como refletir qual o custo social-racial-afetivo-sexual para as mulheres negras nas sociedades colonizadas e generificadas com a constituição de privilégios políticos, econômicos, afetivos e sexuais.

Conjecturar sobre a construção dos novos pactos constitutivos racializados que sustentam a exploração do cuidado e as colonialidades reprodutivas que asseguram o *branko-estar*<sup>1</sup> nomeado como um conjunto de privilégios conscientes e inconscientes que constituem em capital político-econômico-afetivo-sexual do grupo identitário da branquitude diverso em sua filiação de classe.

Para tanto, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental a partir de interlocuções com intelectuais do pensamento social negro marxista decolonial para pensar a dialética de construção/desconstrução do contrato sócio-racial-sexual-afetivo e de gênero que se renova por meio da funcionalidade do racismo, sexismo e generificação da divisão social e técnica do trabalho.

Realizamos uma análise interseccional por meio de entrevistas empíricas<sup>2</sup> que conformaram a tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/ESS/UFRJ) no ano de 2020, as quais substantivam a nossa análise teórico-prática a partir do relato de trabalhadoras negras.

Esperamos que tais estudos críticos possam subsidiar a confecção de uma agenda política decolonial do cuidado no Brasil com a construção de políticas de reparação social para a diáspora negra e originária que erigem as relações de cuidado no Brasil.

---

<sup>1</sup> Termo cunhado pela autora no processo de militância junto aos movimentos negros e movimentos de mulheres negras em interação com os estudos elaborados na presente pesquisa, que objetivou nomear como o conjunto de privilégios produzidos pelo trabalho do cuidado no Brasil, realizado em sua maioria por mulheres negras de modo remunerado, não remunerado e ou análogo ao processo de escravização, produziu o bem-estar público, social e psicológico da branquitude às custas da produção do sofrimento psíquico das cuidadoras.

<sup>2</sup> Pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 02026918.7.0000.5582.

Inicialmente, destacamos a importância de refletir que a modernidade não alcançou patamares civilizatórios, tampouco os ideais de liberdade e igualdade pelos quais as mulheres pudessem decidir livremente sobre a sociedade, o território e o seu corpo, pelo contrário, num pacto generificação construiu um edifício de desigualdades entre mulheres brancas e não brancas com a posse de seus corpos nas várias nuances de cor da exploração.

O pacto racional civilizatório produziu confinamentos, interdições, cárceres, tortura e escravização física-psíquica-sexual das mulheres nas sociedades colonizadas com tons diferenciados de desumanização progressiva e crescente da experiência corpórea cisgenerificada e normatizada dos povos não brancos.

Carole Pateman (1993, p. 21) menciona que nesse paradigma do “livre acordo” idealizado pelos contratualistas brancos, as mulheres não nascem livres, não existe liberdade natural para as mulheres, pois estão numa relação de sujeição com os homens, os quais as colocaram como objeto desse contrato social, no qual se constituíram num “bem comum” que os homens podem se apropriar e usar segundo a sua vontade.

No caso das mulheres negras foram colocadas como abjetos e objetos do processo de acumulação capitalista. Essa aceção de posse construída na diferença sexual contribuiu para que o trabalho feminino ‘no lar’ fosse tido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de exploração no contrato colonial, no qual é assegurado que as mulheres brancas sejam posse de seus maridos, enquanto as mulheres negras e originárias sejam cativas do Estado, das mulheres brancas e homens brancos que as exploram triplamente — racial, social e sexual — como ensina Gonzalez (1988). Assim as mulheres negras que foram desterradas e escravizadas não tiveram direito à liberdade natural propalada pela acumulação de capitais, que pode ser produto de herança e/ou culto à feminilidade. As descrições clássicas de Estado Natural também contêm um tipo de sujeição — entre homens e mulheres. Com exceção de Hobbes, os teóricos clássicos argumentam que as mulheres naturalmente não têm os atributos e as capacidades dos homens.

A partir dos fundamentos da teoria racial crítica podemos elucubrar que as mulheres negras não participaram do contrato social através do qual os homens transformam sua liberdade natural em liberdade civil. As mulheres negras foram colocadas como abjeto e objeto do contrato civil com o consentimento tácito das mulheres brancas. Nesse sentido, o contrato sexual é racial para as mulheres negras, pelo qual os homens transformam seu direito natural de liberdade em violação sobre os corpos das mulheres negras com a anuência do direito patriarcal civil e as mulheres brancas instilaram o amor materno e a maternidade intensificada a partir da exploração do cuidado negro com o culto da “mãe preta” (Pateman, 1993; Gonzalez, 1988).

Assim, o contrato racial-sexual-afetivo e de gênero que é nomeado como “contrato social” pelos pensadores contratualistas, nada mais é do que a escravização físico-psíquica-afetiva-sexual das mulheres negras como cuidadoras, no qual está intrínseca, compulsoriamente, a servidão do trabalho doméstico. Tal contrato para as mulheres brancas contém a servidão físico-psíquica-afetiva-sexual com o privilégio da escolha.

Logo, as mulheres que ousaram romper com o *ethos* da escravização e da servidão foram tidas como ‘rebeldes’, ‘putas’, ‘bruxas’ e ‘loucas’ e lhes restou a perseguição, a força, a fogueira, o açoite, o tronco, a hospitalização, a demonização e a interdição. Para as mulheres negras acresce-se a morte em vida, na vida, da capacidade reprodutiva e da

maternagem com seus filhos, a satanização da sua existência e a negligenciação das suas práticas sociais, costumes e hábitos de (r)existência.

Esse processo foi denominado por Federici (2017) como “caça às bruxas”, que ocorreu tanto com as mulheres europeias — tidas como livres — como com as mulheres negras e indígenas das colônias da América do Sul, que foram forçadas a obedecerem às regras desse triplo contrato social, racial e afetivo-sexual.

A chamada “acumulação primitiva” (Marx, 2006, T. 1, p. 939) foi um processo que, além da expropriação para a acumulação primária de capitais, produziu hierarquizações de gênero, raça, etnia, afetivo-sexuais e de território que estruturam a divisão sexual-racial e de gênero do trabalho.

Mills (2013) acrescenta que o “contrato sexual” é também racial, pois é constituído por relações de poder que são desiguais no que se refere ao gênero e à raça. Nesse contexto, a igualdade humana do estado de natureza se torna a não natural desigualdade “política” de uma sociedade de classes regulada pelos ricos. Todavia, esse Estado plutocrático não deve ser pensado como o resultado de uma escolha livre e esclarecida entre indivíduos simetricamente posicionados. Pelo contrário, esse Estado é o resultado da colusão de um grupo social com influência muito maior que a da própria agenda de interesses individualistas. Os reais “contratantes”, no sentido de aqueles que estão controlando as coisas e sabem o que está acontecendo, são os ricos.

De modo similar, no contrato sexual-racial- social, homens e mulheres brancos, por meio de um misto de força e ideologia, subordinam homens e mulheres negros sob a égide de um contrato supostamente consensual. Os últimos são as vítimas, os abjetos e objetos, do “contrato” resultante, em vez de sujeitos, partes livremente contratantes, e são oprimidos pelas instituições sociopolíticas decorrentes (Mills, 2013, p. 31).

O contrato social em seu disfarce como contrato de dominação apreende essas realidades “descritivas” fundamentais, ao mesmo tempo que, enfatizando sua gênese “artificial”, as faz ultrapassar a fronteira conceitual do domínio do natural para o domínio do político. A sociedade de classes, o patriarcado e a supremacia branca são, por si sós, “não naturais” e são tão “políticos” e opressivos como a regra (formal e claramente política) absolutista do homem branco (por exemplo, como defende Sir Robert Filmer), baseada na hierarquia masculina branca e na desigualdade moral, que é o alvo exclusivo dos teóricos contratuais hegemônicos e cuja abolição é prescrita pelo sistema do contrato social. Passemos agora ao lado normativo/prescritivo. O problema, obviamente, não é que o igualitarismo moral entre os seres humanos seja um ideal moral pouco atrativo, mas, sim, que o igualitarismo nunca esteve presente nesses contratos reais. Pateman (1988) e diversos outros teóricos do feminismo ao longo 40 das últimas três décadas têm documentado as formas como as mulheres têm sido vistas como desiguais por praticamente todos os teóricos homens do cânone clássico, incluindo (com a exceção limitada e ambígua de Hobbes) os próprios teóricos do contrato social que, como teóricos paradigmáticos da modernidade, tão veementemente proclamaram a igualdade humana como o seu pressuposto fundacional (Mills, 2013, p. 34).

É a partir do diálogo entre os autores supracitados que inferimos que o ‘contrato social’ foi um ‘contrato de dominação étnico-racial, sexual-afetivo e de gênero’, no qual as mulheres e, em maior intensidade, as mulheres indígenas e negras foram duplamente expropriadas — do seu corpo-território, afeto-existência-sexual não generificada para a constituição da generiracialização societária.

A partir desse pacto sócio-racial-sexual-afetivo desigual, constitutivo das sociedades políticas modernas autoritárias, os povos não brancos foram animalizados e expropriados da sua condição político-existencial, ou seja, da sua condição de constituir-se como “ser social” — sujeitos políticos que constroem sua história a partir da transformação da natureza.

É a partir desse pensamento decolonial de matriz sociocultural e epistêmica não branca que pretendemos entender qual o custo social-racial-sexual-afetivo da acumulação generificada de capitais pelo sistema moderno colonial (Lugones, 2014), que foi capitalizado pelos escravizados, principalmente pelas mulheres negras desterradas da “Matricialidade Congo-Angola, Bantu e Iorubana” e condenadas ao “Matriarcado da Miséria” (Carneiro, 2011, p. 127), as quais experimentaram a apropriação e a violação de seu corpo, do seu útero, do seu saber, até a apropriação da vida de seus filhos, tidos como miseráveis mercadorias a serviço do capital — “oferenda viva para o solo fértil do capitalismo”.

### **A carne mais barata no mercado é a negra: a construção social do cuidado como colonialidade para as mulheres-negras-mães trabalhadoras.**

A carne mais barata do contrato sócio-racial-afetivo-sexual e de gênero é a carne negra, cuja raiz está na modernidade que se constituiu como um poder de controle sobre territórios e sobre pessoas — colonizadas/os — foi e é exercido como “colonialidade” (Quijano, 2005) na contemporaneidade que se transmuta na exploração do cuidado e trabalho doméstico. Erigindo-se como uma matriz fundante da dominação mundial na ordem competitiva, promoveu a classificação racial e étnica da sociedade e impôs a falácia da cultura eurocêntrica como sendo superior às demais.

Para Lugones (2014), Quijano não define quem são os sujeitos aos quais se impõem mais violentamente as opressões. Logo, não percebeu que quem sentiu tais opressões foram as mulheres negras e originárias, que ainda experimentam e carregam em seus corpos, na sua consciência e no seu inconsciente o sofrimento da violação de si mesma, o sofrimento de serem colonizadas para servir material e sexualmente o outro, e ainda prover emolumentos para o capital.

A estudiosa supracitada aponta como necessário a nomeação de “um sistema moderno/colonial de gênero” para que possamos olhar e ler as opressões da colonialidade do poder e, ao mesmo tempo, desvelar as imposições coloniais destrutivas sobre o corpo, a sexualidade e o próprio gênero, que incidem todos de modo mais intensivo sobre as mulheres racializadas com a imposição do cuidado e do trabalho doméstico não como uma escolha da servidão.

O cuidado como colonialidade se constitui como uma estratégia capitalista de subordinação das mulheres negras na divisão social-racial de gênero do trabalho, seja pelo baixo acúmulo de capitais, quer seja pela colonialidade jurídica das leis que imputam aos corpos e corpos negros que gestam e maternam o cuidado como normativo e o não cuidado como negligência, entendida esta última como inação, a partir de uma métrica avaliativa racializada que disciplina corpos para a exploração desde da instituição da Lei do Ventre Livre para o trabalho.

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras — e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial”. Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica. Seguindo Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser, chamarei de não modernos tais formas de organizar o social, o cosmológico, o ecológico, o econômico e o espiritual (Lugones, 2014, p. 935).

Audre Lorde (2019) em seu livro “Sister Outsider” nomeia as mulheres negras como o “o outro do outro”, pois nunca podem ser “si mesma”, nunca podem negar o uso do seu corpo, que é um nicho de satisfação e de desejo da/o “outra/o” que se expressa na disponibilidade compulsória para a prestação do cuidado não remunerado ou remunerado.

Essa mácula do colonialismo que nomeamos como colonialidade do cuidado, se apresenta como uma hidra de opressões de raça, de classe, de gênero, de sexualidade, religiosa e territorial. Lorde (2019) reivindica que as mulheres negras da diáspora quebrem o silêncio da intersecção sem hierarquização dessas opressões, pois a neutralidade não ajuda a reversão dessas marcas coloniais de subordinação das mulheres negras ao *ethos* da exploração do cuidado.

Gonzalez (1984) evidenciou a produção da inferioridade, da dependência e das formas de dominação das mulheres negras a partir da elocubração de como o racismo e o sexismo transformaram o corpo das mulheres diaspóricas e das suas descendentes em um “corpo público”, um corpo sexualizado de iniciação sexual dos brancos, que está sobre o olhar e vigilância de todos, que é infantilizado, que não pode parar de trabalhar, pois é apropriado intermitentemente de si mesmo para ser usado pela/o “outra/o”.

As mulheres negras ao gritarem suas dores denunciavam a invisibilidade de seus corpos inscritos numa territorialidade de violência produzida pela colonialidade masculina e branca, e da compulsoriedade do cuidado que produziu submissões sexuais e servis ao mesmo tempo que gerou insubmissões como a “neguinha atrevida”, como nomeou a rebeldia e resistência dessas mulheres a intelectual militante Lélia Gonzalez (1984), que era essa “neguinha atrevida”, que foi insubmissa, percebeu desde sua infância ao sentir o peso das “colonialidades” e, por conseguinte, da classificação racial feita pelos brancos que reafirmam para ela lugares e papéis coloniais do cuidado remunerado, mesmo sendo letrada.

Ratts e Rios (2010) ao escreverem a bibliografia de Lélia relatam que quando menina, Lélia chegou a trabalhar como babá dos filhos do dirigente de um clube de futebol em que seu irmão Jaime jogava no Rio de Janeiro. Contudo, na medida em que seu irmão, jogador de futebol profissional, foi auferindo sucesso na carreira futebolística, ela pôde ir reagindo e recusando convites que iam desde “trabalho de ganho como babá” até sua ida



sem volta para a casa dos dirigentes de futebol como “cria da casa”. Foi em meio a essas “colonialidades” que Gonzalez pôde então estudar “da infância à juventude” em colégio público no Rio de Janeiro.

Contudo, a menina Lélia mal sabia que ia se deparar com outro inimigo, a colonialidade do cuidado que impusera seu lugar na divisão social-racial e de gênero do trabalho, assim como direcionava como devia ser sua formação e seu autocuidado, como um preparo para o disciplinamento para a exploração, conforme explicitado abaixo:

Fiz escola primária e passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra. E claro, passei pelo ginásio científico, esses baratos todos (alisava o cabelo) (Gonzalez, 1988 apud Ratts; Rios, 2010, p. 31).

Partindo desses pressupostos podemos compreender que as ‘colonialidades’ estruturam as relações sociais, raciais, educacionais e institucionais, promovendo uma série de barreiras físicas- psíquicas às/aos negras/os que asseguram para o capital a extração de mais valor e a constituição de um estoque racial negro precarizado, formado em sua maioria por mulheres negras jovens e pobres que estão muito distantes de um perfil de trabalhador assalariado fordista e, portanto, se assemelham mais às/aos trabalhadoras/es de ganho, atualmente nomeadas como uberizadas ou empreendedoras que trabalham com o cuidado, babás e/ou o autocuidado das pessoas.

Braga (2018) compara o mercado de trabalho no Brasil pós-reforma trabalhista de 2017 à atual situação do mercado de trabalho na África do Sul, na qual há um processo avançado de precarização das condições de vida e trabalho e, por conseguinte, o aumento da violência estrutural nos centros urbanos e no interior do país que atinge a todos com qualificação básica e também com diplomação.

A colonialidade do cuidado e do autocuidado incide nas mulheres negras trabalhadoras a partir do entrecruzamento da raça, gênero, classe, sexualidade e território. Portanto, as estratégias de mobilidade social pelo aparato educacional e ou da inserção qualificada no mercado de trabalho não livra e não liberta as mulheres negras de serem colocadas no lugar de “cuidadoras” e do não direito ao autocuidado, quer seja quando desempenham funções braçais ou até mesmo intelectuais, pois são corpos disciplinados pela estrutura societária racista e sexistas como aqueles que não podem parar de trabalhar e ou descansar, com gozo de outras possibilidades além do trabalhar e cuidar para o bem-estar de outros.

A informalidade do trabalho ainda estrutura e é estruturante das relações raciais de trabalho experimentadas pelas/os negras/os desde os idos coloniais, o que se acentuou com o capitalismo moderno, pois as funções domésticas e de cuidado, como por exemplo babás, vendedoras, recaem sobre as mulheres-mães-trabalhadoras, que deixam de cuidar de seus filhos e da sua família para prover o cuidado das crianças e dos idosos das famílias brancas e/ ou institucionalizados pelo Estado.

Essa realidade das mulheres negras periféricas foi retratada por Carolina de Jesus, mulher negra, solteira, catadora de lixo e mãe de três filhos: João, Carlos e Vera, que antes da elucubração contestatória de Lélia Gonzalez (1988), denunciou em seu livro “Quarto de

despejo: o diário de uma favelada”, a vida na periferia de São Paulo na década de 1950, na favela do Canindé, rua A, barraco nº 9.

A escrivência de Carolina de Jesus deu visibilidade mundial à realidade vivida e sofrida pelas mulheres negras nas grandes cidades, que desde a extinção da escravização experimentaram a fome, a dor, a solidão, o abandono, o difícil dia a dia do trabalho de ganho nas ruas com os filhos, a falta de remuneração fixa e a falta de serviços públicos que as liberassem do cuidado com os seus filhos e lhes fornecessem alimentação e acesso à saúde e à moradia.

Carolina de Jesus (1960) tinha consciência da sua condição de mulher negra, e sua escrita expressou a ‘rebeldia viva’ da mulher negra periférica que para sobreviver tinha que aprender a lutar diariamente. Ainda teceu críticas importantes ao racismo e ao sexismo cotidianos que sofreu ao criar os filhos como mãe solteira no Canindé. Sua fala contestatória denunciou a “cor amarela” da fome, o descaso dos políticos que promoviam uma modernização do país para as elites brancas ao mesmo tempo que produziam privações alimentares para negras/os diaspóricas/os pobres que residiam em barracos nas periferias das grandes cidades.

A obra de Carolina de Jesus é uma experiência do vivido. Relata as mazelas da colonização, a herança de um legado escravocrata. Pioneiramente, de dentro da favela, Carolina de Jesus ousou promover descolonizações do conhecimento ao ser uma “negra-vida” (Ramos, 1995) que não se deixou imobilizar pelas colonialidade da fome e construiu transgressões ao discurso político de que as/os negras/os comeriam a fatia do bolo da modernização acelerada brasileira.

Enfim, a instituição do sistema moderno colonial de gênero e sexo que sustentou a construção de um sistema de privilégios nomeados como o “salário público e psicológico” para a branquitude, se efetivou sob um pacto de transferência do trabalho do cuidado e doméstico para as mulheres negras afim da liberação dos encargos das relações sociais/familiares para a inserção qualificada no mercado de trabalho de mulheres brancas, que se reatualiza na contemporaneidade por meio da exploração do cuidado, no qual mulheres negras são recrutadas com baixa remuneração para cuidar, lavar, limpar e sustentar a construção social da reprodução.

## **O custo social, racial, afetivo-sexual da colonialidade do cuidado para as mulheres negras trabalhadoras: o sofrimento/adoecimento psíquico**

A pergunta central nas entrevistas empíricas realizadas com mulheres- mães-trabalhadoras foi qual custo social, racial, afetivo-sexual e psíquico da colonialidade do cuidado? É importante destacar que os relatos apresentados das entrevistadas são um pequeno retrato da realidade social concreta experimentada pelas mulheres-mães-trabalhadoras negras que são provenientes de famílias pobres, usuárias das políticas sociais, mães solas e moradoras das regiões periféricas no Rio de Janeiro.

Das 15 entrevistas realizadas, duas entrevistadas relatam ser as primeiras da família a romper com o ciclo geracional da colonialidade do cuidado como experiência de formação e trabalho profissional ao cursar uma faculdade pública. Apontam terem a experiência geracional de familiares de primeiro grau (pai ou mãe) com ensino fundamental

completo. Portanto, as entrevistadas conseguiram obter maior escolaridade que os genitores com ensino fundamental incompleto e puderam elaborar suas vivências de modo crítico, desvelando as opressões sofridas.

A entrevistada Aqualtune, 41 anos, negra e moradora de uma favela na Zona Norte do Rio de Janeiro, mãe solo de 2 filhos, conta suas experiências como diarista nas casas em que era contratada para exercer trabalhos domésticos que definiu como abusiva, produtora de mal-estar em prol do cuidado de outros, mas de um não cuidado de si.

*Estudei em colégio público [...] Trabalhei muito. Dei aula, dei aula pra fora, fui manicure durante muitos anos. Tudo isso para ajudar a família e também ajudar nos meus estudos. Vendi roupa pra fora (risada). Casa de família eu só fiquei uma semana, que eu não aguentei não, acabei deixando a louça da mulher lá e vim embora, que era muito abuso. Trabalhar pra pobre é pedir esmola pra dois (Aqualtune, 2020, grifos nosso).*

A segunda entrevistada, chamada Dandara, 33 anos, negra e moradora de uma região periférica na Baixada Fluminense, relata que seu itinerário como trabalhadora doméstica era proveniente da necessidade familiar de provisão alimentar e que era uma realidade geracional que produzia um sofrimento psíquico coletivo, mas tinha esperança em ser interrompido pelo acesso à educação superior e à possibilidade de um processo de formação e trabalho profissional que não remetia ao legado da exploração com a imposição do cuidado como ofício constitutivo do seu próprio adoecimento psíquico.

*Eu comecei a trabalhar de carteira assinada com 14 anos, numa empresa distribuidora [...] representante de uma indústria de tecnologia Panasonic. E minha mãe foi pra substituir uma cozinheira na casa, minha tia trabalhava pra esses japoneses e minha mãe foi cotada pra substituir uma empregada por 10 dias, acabou trabalhando por 10 anos, né. Sim, foi necessidade mesmo. Eu já tenho a carteira assinada desde os 15 anos. Eu não me graduei, mas sempre trabalhei. Trabalhei muito nova, bem precocemente já tive que entrar no mercado de trabalho (Dandara, 2020).*

O processo de ensino-aprendizagem destinado para o trabalho de negras/os diaspóricas/os no Brasil se mostrou como uma experiência que plantou as memórias da colonização (Kilomba, 2019), pois mulheres negras são vistas/os como mentes e corpos de escravizados. O racismo nas relações sociais de raça no Brasil é o que faz com que as mulheres negras experimentem o mal-estar psíquico.

Bertin (2006) explica que a produção do mal-estar psíquico faz parte da construção da territorialidade negra. Nos serviços públicos se deu inicialmente pelo recrutamento do Estado colonizador, que utilizou negras/os forras/ os e libertas/os nas instituições públicas para que pudessem realizar o trabalho pesado, em atividades de infraestrutura, cuidado e limpeza.

Com o passar dos anos, tal recrutamento continuou a ser feito por meio da Igreja Católica, que preparou quadros profissionais para a operacionalização do cuidado aos doentes, recrutou negras/os para ocupar postos de trabalho racializados — auxiliares de enfermagem e visitadoras sociais, os quais os/as brancos/as letrados/as não ocupavam por ter maior escolaridade. Assim, a constituição dos trabalhos do cuidado foram historicamente impostos à população negra desde a escravização como trabalhos de ganho,

carregadores de cargas, amas de leite, lavadeiras, engomadeiras, os quais na experiência assalariada continuaram a ser exercidas por mulheres negras com diferentes denominações: babás, cozinheiras, alfaiates, cuidadoras de idosos e pessoas com deficiência, carroceiros, domésticas e uberizadas, todas ocupações que ainda produzem o sofrimento psíquico pelas relações abusivas que vão desde da falta de regulamentação estatal até mesmo a experiência do racismo cotidiano (Kilomba, 2019).

Antunes (2018) afirma que o processo de “uberização do trabalhador” é a precarização das relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do trabalho do prestador de serviços, dos trabalhos desprovidos de direitos mediatizados pelos aplicativos de serviço (Uber, Cabify, 99, Rappi), os quais são realizados por jovens negras/os periféricos. A uberização também se estende às mulheres negras que realizam “trabalhos por ganho” como diaristas, babás e ou secretárias do lar, a partir da livre demanda mediatizadas por aplicativos e ou plataformas digitais que regulam seu tempo e espaço.

Ao retomarmos a pergunta que ensejou essa sistematização, qual o custo social, racial, afetivo-sexual e psíquico da colonialidade do cuidado? Podemos inicialmente destacar que às mulheres negras são imputadas o ônus do cuidado a partir da negação do seu próprio cuidado e autocuidado, que inclui a constituição das condições objetivas e subjetivas para a sua reprodução social e de seus filhos, em prol do bem-estar de outras pessoas, que tem um custo afetivo da transferência da maternagem dos filhos para outras mulheres, a interdição da sociabilidade com seus filhos e a invalidação do prazer enquanto sexualidade experimentada pelas relações afetivo-sexuais.

Fanon (2008, p. 106) afirma que o negro chega ao mundo querendo se reconhecido como sujeito, “ser homem entre os outros homens”, mas descobre-se como objeto, “objeto em meio a inúmeros outros objetos”. Tal feito é produto do esquema colonial e patriarcal, no qual apenas o homem branco tem status de sujeito, ser universal e humano, enquanto negros se constituem em um “não ser”.

Enfim, as mulheres negras têm sido imbuídas dos custos da colonialidade do cuidado a serem colocadas em abismos psíquicos que suas dores, gritos não são escutados e em zonas de invalidação social, cuja luta antirracista seja um mirante importante para a sua não mortificação em vida a partir da fissura do pacto colonial do sofrimento/adoecimento psíquico a partir da exploração do cuidado.

## **Considerações finais**

É diante desse paradigma histórico, político e social que realizamos algumas considerações sobre o contrato racial, a colonialidade do cuidado e a produção do sofrimento psíquico para as mulheres negras-mães-trabalhadoras no Brasil.

Então, compreendemos que o pacto social nos moldes ocidentais se revelou como um pacto de poder que opera sofrimento e destruição para a diáspora negra, principalmente para as mulheres que sentem a carga das colonialidades em vidas estruturadas pelas violências da falta de acesso às condições dignas de reprodução social, nas quais são responsabilizadas duplamente pela construção do cuidado a partir da experiência da solidão, quer seja pela exploração do cuidado, quer seja pela vivência solo do cuidado dos filhos.

A partir das reflexões realizados sobre a construção social do cuidado enquanto categoria política e de quem cuida no Brasil, compreendemos que construção do contrato sócio-racial-afetivo-sexual e de gênero, no qual as mulheres negras se tornaram territórios coloniais de cuidado e máquinas sexuais-reprodutivas do sistema de acumulação de capitais, foi consubstanciado por diferenciações e hierarquizações de raça, classe, gênero e sexualidade no que tange à expropriação.

Desse modo, gestou as bases ideológicas e materiais do processo de hierarquização da divisão sócio-racial-sexual e de gênero do trabalho que se deu tanto pelo uso do chicote e da força como também pela desmatriarcalização da sua organização social do cuidado e autocuidado, na qual as mulheres negras foram violentamente forçadas a deixar de ser as responsáveis pela organização social e pela gestão das atividades comunitárias de seu povo, como bem exemplifica o provérbio africano “ É preciso um aldeia inteira para cuidar de uma criança” para que pudessem ser exploradas para fins de acumulação de capitais. Tal processo de ‘desmatriarcalização’ promoveu a reorganização social das/os negras/os diaspóricas de várias etnias nas terras coloniais a partir de um modelo patriarcal no qual as mulheres negras trabalhadoras foram tidas como ‘objeto de troca, prazer e posse’ e, a partir do processo de colonização, foram inferiorizadas em relação às mulheres brancas e aos homens negros diaspóricos.

Ademais no que tange ao exercício da maternagem foram interditas quer seja pela colonialidade do cuidado, quer seja pela construção do não cuidado tomado como algo privado, de responsabilidade individual, passível de culpabilização e punição por parte do Estado com relação a terceiros, a qual nomeia como negligência.

Para tanto, realizamos interlocuções com intelectuais do pensamento social negro marxista decolonial para pensar a dialética de construção/desconstrução do “pacto sócio-racial-sexual e de gênero” que se renova por meio da funcionalidade do racismo, sexismo e racialização da divisão social e técnica do trabalho.

Dentre os objetivos traçados podemos elucidar que a transferência do trabalho do cuidado e do trabalho doméstico para as mulheres negras na formação social brasileira se constituiu com uma estratégia da branquitude para garantir seus privilégios que Du Bois (1935, p. 700) nomeou como “[...] the public and psychological wage [...]”. Traduzimos literalmente como salário público e psicológico, que é ofertado às/aos brancas/os, como, por exemplo, o acesso aos melhores equipamentos educacionais, aos cargos públicos com maior prestígio e remuneração, enquanto para negras/os eram ofertados a manutenção dos graus de inferioridade e os insultos públicos no acesso aos serviços sociais tidos como benesses em vez de direitos sociais.

Refletir qual o custo social-racial-afetivo-sexual para as mulheres negras nas sociedades colonizadas e generificadas com a constituição de privilégios políticos, econômicos, afetivos e sexuais é pensar sobre as vantagens públicas e psicológicas presentes nas divisões social e técnica do trabalho a serviço da branquitude para compensar os baixos salários recebidos, como a transferência do trabalho doméstico e do cuidado para as mulheres negras a fim de fomentar o trabalho assalariado com proteção social de homens e mulheres brancas.

A cultura da branquitude que explicita de modo sorridente e feliz a experiência de ter como posse “minha babá” ou “a moça que faz comida para todos da família” e ou “mão de ajuda” erigiu o edifício de mazelas psíquicas e sociais para as mulheres mães-

trabalhadoras-negras que vai desde a racialização hipersexualizada de seus corpos, o aprisionamento na colonialidade do cuidado, a interdição das relações afetivo-sexuais e a constituição de uma maternagem solo com a sombra permanente da possibilidade real e concreta da violência obstétrica, violência doméstica e violência sexual.

Assim, conjecturar sobre a construção histórica e a sofisticação contemporânea dos pactos branquimanicomiais (Henriques, 2023) constitutivos que sustentam a exploração do cuidado e o *branko*-estar das famílias que exploram o trabalho doméstico e de cuidado é pensar sobre as tramas ocultas das relações sociais de classe, raça, gênero e afetivo-sexuais que circunscrevem o conjunto de privilégios conscientes e inconscientes do grupo identitário da branquitude diverso em sua filiação de classe.

A pesquisa bibliográfica, documental em interação com as experiências empíricas à luz do pensamento social negro marxista decolonial para pensar a dialética de construção/desconstrução do contrato sócio-racial-sexual-afetivo e de gênero que se renova por meio da funcionalidade do racismo, sexismo e generificação da divisão social e técnica do trabalho, ensejou novas indagações, dentre as quais podemos destacar para quem é onerado com os custos da exploração doméstica e do cuidado no Brasil? Qual a raiz da construção da produção do sofrimento/adoecimento psíquico para as mulheres negras mães trabalhadoras no ofício de cuidadoras e trabalhadoras domésticas? Qual a cor mais cortante nas casas de famílias e ou nos condomínios residenciais da classe média e classe média alta?

A racialização e intensificação do sofrimento psíquico das mulheres negras mães trabalhadoras são importantes chaves de análises interseccionais para pensar o adoecimento psíquico das trabalhadoras domésticas que estão limpando casas, cuidando de crianças e de idosos enquanto seus filhos estão sofrendo racismos e sendo mortos pelas operações policiais nas favelas e nas periferias.

É importante destacar que não respondemos à todas as perguntas, nem tampouco foi esse o intuito, mas de promover nossas reflexões, estudos, pesquisas e debates sobre as relações sociais de exploração que incidem no processo de trabalho e formação da população negra, em específico, das mulheres negras mães trabalhadoras.

Esperamos que tais estudos críticos possam subsidiar a confecção de uma agenda política decolonial do cuidado no Brasil na construção da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados que foi produzido a partir das discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial (2023) no atual governo Lula, para a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados (GTI-Cuidados), coordenado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) e pela Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres (SENA-EC/Mulheres).

Enfim, as reflexões iniciais tecidas coadunam para que se inscreva uma agenda decolonial e interseccional na formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados com a transformação do cuidado em objeto de política pública, cujo grupo prioritário sejam as mulheres negras mães trabalhadoras, as quais têm que *pretagonizar* as diretrizes instituídas e estratégias de ação para minorar a produção da colonialidade do cuidado e por conseguinte a produção estrutural sistêmica do adoecimento e sofrimento psíquico.

## Referências

- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BERTIN, E. **Os meias-caras cara. Os africanos livres em São Paulo no século XIX**. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2006.
- BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in the United States**. San Diego: Harcourt Brace, 1935.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação produtiva**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v.1, n. 92-3, p. 69-81, jan./jun, 1988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br> . Acesso em: 24 abr. 2024.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, V.3, n.2, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://anpocs.org.br/> . Acesso em: 10 ago. 2024.
- HENRIQUES, C. A branquimanicomialização da política de saúde mental brasileira. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 220-230, set./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br> . Acesso em: 05 abr. 2024.
- JESUS, M. **Quarto de despejo — diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, São Paulo: Ática, 1960.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LORDE, A. **A Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Tradução: Esthefanie Borges. Ed. Autêntica, 2019. Disponível em: <https://www.suplementopernambuco.com.br/edições-antteriores/67-bastidores/2315-stephanie-borges-fala-sobre-o-esforço-de-traduzir-audre-lorde.html>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- LUGONES, M. Rumo ao Feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: V. 22, n. 3. p 320, set-dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 05 abr. 2024.
- MILLS, C.H. O contrato de dominação. **Revista Meritum**. Belo Horizonte: v. 8, n. 2, p. 15-70, jul-dez. 2013. Disponível em: <http://revista.fumec.br> . Acesso em: 25 jan. 2024.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso — Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RATTS, A; RIOS, F. **Retratos do Brasil Negro:** Lélia Gonzalez. Coordenação: Vera Lucia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2010.



# ESTRATÉGIAS DAS DOCENTES NA CONCILIAÇÃO DO TEMPO DO TRABALHO: esfera pública e privada

Rosimar Souza dos Santos Borges  
Ludmila Fontenele Cavalcanti

## Introdução

O presente capítulo pretende contribuir para o debate acerca das estratégias utilizadas pelas docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na conciliação do tempo de trabalho nas esferas pública e privada. O estudo faz parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado intitulada “Impacto do trabalho na saúde das docentes do ensino superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, realizada com 36 docentes. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, na modalidade temática, a partir de entrevistas semiestruturadas com as docentes da UFRJ. Os resultados apontam que essa conciliação acarreta inúmeros desafios para as docentes e diferentes impactos nos processos de adoecimento.

A segunda metade do século XX, marcou profundas mudanças na situação social das mulheres que conquistaram a inserção na vida pública e, conseqüentemente, sua emancipação, representando para Bruschini (1994, p. 63) “uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde os anos 1970”. Isso provocou reconfiguração nas relações de gênero e alteração nos modos tradicionais e hierárquicos da família, como: arranjos conjugais, mudanças na composição familiar, formas de organização e articulação entre vida familiar e trabalho remunerado (Araújo; Veiga, 2017).

No entanto, estas novas formas de organizar a vida familiar e articulá-la à vida profissional têm sido profundamente alteradas. As mulheres se encontram submetidas às condições precárias no mercado de trabalho, visto que estão sobrecarregadas e adoecidas pela dupla jornada que exercem.

De acordo com Cisne (2015), observa-se que, mesmo a mulher alcançando a esfera pública, isso não resultou em ruptura com as responsabilidades domésticas. Pelo contrário, as atividades permanecem direta e indiretamente a cargo delas, seja por meio de uma jornada intensiva e extensiva de trabalho ou pela terceirização do cumprimento de sua obrigação.

Equilibrar as jornadas de trabalho não tem sido tarefa fácil, pois muitas mulheres se vêem obrigadas a gerir as atividades operacionais da esfera privada, o que demanda longas e cansativas horas de trabalho, sem contar aquelas que são mães de crianças menores e cuidadoras de idosos.

Segundo Noor (2002), as horas de trabalho das mulheres aumentam muito mais do que as dos homens, levando em conta que as horas de trabalho correspondem a soma das horas despendidas na esfera pública e na privada. Na educação, onde as atividades são majoritariamente exercidas pelas mulheres, não é diferente. As docentes precisam adaptar sua rotina laboral e conciliar a atividade profissional com os trabalhos domésticos, com o

cuidado dos filhos e das pessoas idosas, e, mesmo que elas não executem diretamente essas atividades, em razão do apoio de outras pessoas, têm a obrigação de gerenciá-las.

Para Zanello (2018), essa naturalização coloca a mulher em situação de intensa sobrecarga e inviabiliza o seu trabalho. Isto porque a sociedade machista e patriarcal ainda vislumbra as atividades domésticas como atribuições femininas, o que gera adoecimento. No entendimento de Santos *et al* (2020):

É preciso considerar que conciliar todas as funções já citadas, como o cuidado com a família, com a casa, a presença dos filhos em casa pela impossibilidade de retorno à escola neste momento, a vida laboral, entre tantas outras possibilidades, produz mais impactos na saúde mental e no desenvolvimento acadêmico das mulheres se comparado com os homens (p.1).

Nesse sentido, apesar dos grandes avanços conquistados nas últimas décadas pelas mulheres, torna-se cada vez mais evidente a persistência de desigualdades sociais entre homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada.

## **Estratégias na conciliação das esferas pública e privada**

De acordo com as docentes entrevistadas, encontrar estratégias na conciliação entre as esferas nem sempre é possível, pois mesmo que as mulheres consigam conciliar as tarefas, permanecem sofrendo uma sobrecarga que é invisibilizada (Salas, 2020). Não se pode negar que, na maior parte dos casos, são elas as responsáveis pelo trabalho mental da organização doméstica. A lógica do mérito e da competência que o universo acadêmico exige faz com que as docentes trabalhem além da carga horária prevista, levando tarefas para casa, o que extrapola a capacidade de conciliar as esferas pública e privada.

Marcondes (2014) entende que “esse dilema de conciliar o inconciliável marca a inserção das mulheres no mundo do trabalho, tanto nas atividades ditas produtivas, quanto nas reprodutivas, uma vez que são as mesmas indissociáveis” (p. 81).

## Compartilhar tarefas domésticas e criar rotinas

De acordo com o relato das docentes, dividir as tarefas domésticas com alguém ajuda muito, contudo, elas precisam se desdobrar para dar conta de tudo, mesmo tendo apoio. A rotina é bem pesada, precisam ministrar aulas, realizar atividades de gestão, corrigir trabalhos e provas, realizar pesquisas, produzir artigos, participar de eventos, orientar alunos, participar de projetos de extensão, além de buscar atualização constante de novos conhecimentos. Equilibrar todas essas atividades, conjuntamente com as atividades domésticas, provoca um volume de trabalho que as obrigam a fazerem malabarismo para conciliar.

Os estudos de Neto, Tanure e Andrade (2010) demonstram que, mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, as tarefas domésticas e os cuidados com as pessoas (filhos, idosos e doentes) permanecem a cargo delas. Ainda que não executem diretamente tais tarefas, estão sempre no gerenciamento delas. Isso demonstra o quanto estão sujeitas às desigualdades da divisão sexual do trabalho.

Observou-se nos depoimentos das docentes que, na ausência de uma empregada doméstica, os homens têm assumido algumas atividades, ainda que de maneira muito tímida. Sobre isso, Coltrane (2000) explica que, embora tenhamos atualmente uma maior participação dos homens nas tarefas domésticas, as mulheres permanecem trabalhando muito mais do que eles, cumprindo atividades rotineiras dentro de casa. Para esse autor, essa situação gera, por um lado, insatisfação com o casamento por parte delas, depressão e sentimentos de injustiça, e, por outro lado, implica na insatisfação conjugal.

De acordo com o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, sobre indicadores sociais das mulheres no Brasil, aponta-se um panorama das desigualdades de gênero nas áreas da educação, saúde, participação na vida pública, direitos humanos e economia. Os dados evidenciam que as mulheres se dedicam 70% a mais de horas com os cuidados ou tarefas domésticas do que os homens. Ao olhar para recortes regionais e raciais, essa desigualdade se torna ainda maior.

Nesse sentido, observou-se na fala das docentes entrevistadas que, por mais que contem com a ajuda de seus companheiros e/ou de outras pessoas, permanecem dedicando muito mais horas nas tarefas domésticas e no cuidado com filhos e idosos, comprometendo a conciliação entre as esferas pública e privada, além de evidenciar uma sobrecarga de trabalho. No entendimento de Carlotto (2002), “a sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas” (p. 202).

Para Nascimento (2006), as novas dinâmicas familiares ainda não propiciaram a transformação do papel dos homens na esfera da reprodução. Eles permanecem sendo coadjuvantes nas atividades que envolvam esses cuidados, sem contar que prevalece a tendência de que a esfera pública é destinada aos homens e a esfera privada às mulheres (Kergoat, 2009). Dessa forma, entende-se que, apesar das mulheres terem assumido atividades remuneradas na esfera pública e terem as atividades domésticas, em alguns casos, compartilhadas com o companheiro, permanece a lógica de que a mulher é a principal gestora das atividades na esfera privada.

Quando se trata da conciliação de tarefas com a esfera privada, não necessariamente se trata de uma conciliação entre homens e mulheres, mas de como elas se reinventam para dar conta de tudo. Segundo Ávila e Ferreira (2014), “a conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo é, via de regra, uma preocupação restrita às mulheres” (p. 74).

No contexto da dupla jornada, elas se mobilizam e conseguem articular estratégias para cumprir as tarefas que lhe são impostas. Tais estratégias são, em linhas gerais, a prática de “se virar”, através do acúmulo de tarefas (Hirata, 2002), e da rede de outras mulheres que vai se formando, seja através das relações familiares, de amigos, ou até mesmo pela contratação de outras mulheres.

Muitos são os meios que as docentes têm adotado para conseguir executar as tarefas domésticas. Durante as entrevistas, uma delas relatou que utilizou, na pandemia, uma “pochete” para acompanhar as reuniões online e, de forma concomitante, realizar as tarefas de casa. Tais dificuldades têm as levado a tentarem conciliar o inconciliável, para dar conta de uma jornada desgastante.

Outra estratégia relatada pelas docentes na conciliação das esferas é criar rotinas. As docentes utilizam-se da criação de alguns ritos, que as permitem organizar melhor o dia. “(...) o que eu faço é definir horário, depois das 18h eu paro de trabalhar e faço as coisas da casa, fim de

*semana também faço as coisas da casa*”. Percebe-se, desse modo, que criar rotinas tem sido fundamental para algumas docentes equilibrarem a jornada extensa, já que a reestruturação da educação tem exigido delas maior responsabilização e, por conseguinte, maior desgaste laboral.

No entanto, entende-se que nem sempre isso oferece respostas para as demandas diárias, pois a cada dia elas se apresentam de forma diferente, ainda mais depois do legado que a Covid-19 nos deixou, que foi o trabalho remoto. *“Eu tento equilibrar, mas as coisas se confundem, nesse mundo on-line, eu já abdiquei da ideia de tentar dividir as coisas e todo dia é um dia, vai fazendo como dá?”*.

Segundo Silva (2015), o desequilíbrio entre trabalho e vida pessoal acarreta problemas físicos e emocionais, além de produzir um efeito negativo na produtividade e nas relações interpessoais. Talvez, por estas razões, muitas mulheres têm abandonado suas carreiras profissionais, por realmente não conseguirem conciliar trabalho e vida pessoal. Ao mesmo tempo em que algumas docentes conseguem cumprir as tarefas, seja através da ajuda de outras pessoas ou criando rotinas, outras apresentam dificuldades para isso.

### Ausência de fronteiras entre o público e o privado

A ausência de barreiras entre as esferas pública e privada acentuou-se ainda mais após a pandemia de Covid-19. O trabalho remoto como modelo laboral para o contexto pandêmico foi incorporado na rotina dos trabalhadores. A chamada dupla jornada que já era enfrentada pelas mulheres, após a pandemia, agravou-se. Todo tempo passou a ser tempo para tudo; não há mais barreiras entre as duas esferas, o que traz à tona inúmeros conflitos e adoecimentos.

Para Davis (2016), o trabalho feminino, de uma era histórica a outra, permanece associado ao ambiente doméstico e, muitas vezes, o esforço exercido é aceito como natural, assim como as obrigações maternas de uma mulher, o que torna seu trabalho “invisível, repetitivo, exaustivo e improdutivo” (p. 225).

As mudanças ocasionadas na rotina de vida e de trabalho das docentes têm fomentado um excesso de demandas e as levado a vivenciar novos desafios. De acordo com Ávila (2004), a questão do tempo sempre foi algo que fugiu do controle das mulheres. E, se já era complicado conciliar o tempo, após o legado da pandemia ficou inconciliável. As docentes não conseguem mais se limitar à carga horária destinada à universidade porque o tempo extrapolou a vida privada e ambos se mesclam e podem se confundir. Federici (2019) aponta que:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro — amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo (p. 68).

Para a autora, o trabalho doméstico é imposto às mulheres como algo próprio da sua psique e da sua personalidade, oriundo da natureza feminina e transformado em um atributo natural pelo capital. Conforme Ávila (2004): “Inseridas no mundo do trabalho remunerado e responsáveis pelo trabalho doméstico, elas transitam de um espaço a outro

arcando com todas as incompatibilidades da divisão do tempo social e sujeitas à divisão sexual do trabalho” (p. 5-6).

Assim sendo, a divisão sexual do trabalho demarca o que é trabalho de homens e de mulheres na sociedade. Segundo reportagem de Rodrigues da Agência Brasil (2021), “no Brasil, em 2019, as mulheres se dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas semanais contra 11,0 horas)”.

O relatório da Oxfam (Lawson *et al*, 2020) apontou que, no mundo, as mulheres são responsáveis por 75% do trabalho doméstico, incluindo os cuidados. Ou seja, são mais de 12,5 bilhões de horas diárias despendidas por mulheres e meninas para esta tarefa, a nível global. Em se tratando do quesito raça/cor, as mulheres negras representam mais da metade daquelas que são responsáveis pelo trabalho doméstico, conforme dados do IBGE (2017).

Analisando apenas os casos em que trabalham fora de casa, observa-se que elas cumprem em média 8,2 horas a mais em obrigações domésticas comparadas aos homens. Esses dados ratificam o quanto tais atividades permanecem sob responsabilidade individual das mulheres. De acordo com Davis (2016), as atitudes sociais de varrer a casa, limpar o chão, cozinhar e lavar a roupa, permanecem associadas à eterna condição feminina.

Para Ávila e Ferreira (2014), a divisão sexual do trabalho ordena as mulheres o compromisso com o trabalho doméstico, incluindo os cuidados com crianças, através das gerações. As autoras afirmam que as avós, por exemplo, utilizam o tempo disponível para os cuidados com os/as netos/as, quando as mães não podem fazê-los, o que representa uma “obrigação estendida as mulheres, e sempre as mulheres” nos diferentes arranjos familiares. Logo, “a divisão sexual do trabalho se reordena e permanece” (p. 22).

No tocante às ferramentas tecnológicas, observa-se que apesar de se apresentarem como indicadores de progresso e de desenvolvimento para a sociedade, elas favorecem a ausência de fronteiras entre o público e o privado. Boniatti (2011, p. 102) sinaliza que “os espaços privado e público passaram a fazer parte um do outro, o que por si nos confunde e desnorteia”. Essa ausência de fronteiras provocam a reflexão sobre o modo como as novas tecnologias da informação redefinem e misturam a permanência, lugares e atividades.

De acordo com as entrevistadas: “*Isso é muito cansativo mentalmente (...), porque as pessoas querem falar com você pelo WhatsApp o tempo todo, os e-mails triplicaram (...)*”. Para Arocena (2004), a tecnologia tem potencial de multiplicar e transformar de forma qualitativa o poder de produzir e destruir, de curar e depredar, de ampliar a cultura dos seres humanos e de gerar riscos para a vida.

Outro recurso utilizado pelas mulheres são as redes de solidariedade comunitária ou familiar, na qual elas trocam entre si o cuidado com as crianças e aproveitam para fazerem outras tarefas. São, portanto, “as redes que se formam entre mulheres que garantem a inserção delas nos espaços da vida social” (Ávila, 2004, p. 9).

Neste contexto, as docentes se vêem exaustas e adoecidas com tanta conectividade e multiplicidade de tarefas. Para Silva (2017), “ensinar, agora, para além do conteúdo, é estar conectado a esta nova realidade. Surge, então, uma nova cultura, que ocupa nosso lar, nosso trabalho e a vida das pessoas” (p. 42).

Isso provoca muita exigência para as docentes que precisam ter habilidades para desempenhar várias tarefas simultaneamente junto ao trabalho doméstico, que embora seja essencial para a reprodução da força de trabalho, não é reconhecido, é visto como

“trabalho invisível”. Recentemente, um relatório divulgado pela Oxfam, sobre “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, revelou que apesar de o trabalho doméstico ter extrema importância para o funcionamento da sociedade, os cuidados da casa e da família permanecem sendo ignorados na construção de indicadores econômicos e agendas políticas (Lawson *et al*, 2020).

Nas palavras de Costa (2018):

Hoje as mulheres lidam com o que se achava impossível antigamente: multitarefas, sendo mães, esposas, viúvas que conciliam casa e trabalho, mesmo quando os filhos são pequenos, e tecem assim a complexa rede de responsabilidade doméstica, familiar e profissional (p. 443).

E, quando se trata da mulher negra, há uma exigência maior. Ela precisa provar que é capaz de estar em determinados espaços, além de ser muito cobrada, pois tem de fazer mais do que outras mulheres para não ficarem na invisibilidade. A única visibilidade que acabam tendo é nos afazeres domésticos, visto que são as mais demandadas para essas atividades e carregam um duplo fardo, de trabalhar dentro e fora de casa.

Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalham até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência — pelas quais as mulheres negras têm sido frequentemente elogiadas, mas mais comumente censuradas — são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa (Davis, 2016, p. 233).

Nesse sentido, Lorde (2019) aponta que: “somos mulheres negras nascidas em uma sociedade de arraigada repugnância e desprezo por tudo o que é negro e que vem das mulheres” (p. 194). Por conseguinte, Crenshaw (1994) demonstra que as experiências vividas pelos sujeitos devem ser pautadas pelo prisma da interseccionalidade, pois só assim enxergaremos as particularidades e vivências de cada grupo em sua totalidade.

A questão da produtividade acadêmica também passa a ser afetada em decorrência de muita exigência para as mulheres. De acordo com o *Jornal Gênero e Número* (Boueri; Assis, 2018), para um cientista ser valorizado, nacional e internacionalmente, por seus pares e por comitês de avaliação e seleção para financiamento de pesquisa, deve produzir publicações em revistas científicas e livros acadêmicos. Entretanto, as exigências que são postas às mulheres no mercado de trabalho e na esfera reprodutiva, as impedem de gerar o mesmo número de produções que os homens.

Com as exigências que foram sendo impostas às mulheres, tornou-se muito difícil manter a submissão regular em periódicos, em especial, para aquelas que são negras e mães, e são diretamente afetadas pela falta de tempo, decorrente da sobrecarga de trabalho e do produtivismo desigual. A pesquisa realizada pela *Revista Dados* (Candido; Campos, 2020), mostra uma variação relevante de artigos submetidos por mulheres no período pandêmico.

Metade das professoras consultadas informou que conseguiu submeter artigos durante a pandemia. Entre homens, a proporção chega a 68%. Quando a pesquisa cruza gênero, raça e parentalidade, as diferenças são gritantes. Enquanto 46% das docentes negras com filhos conseguiram submeter seus trabalhos durante o período, entre homens brancos sem filhos a proporção chega a 77%. Vale apontar que a diferença entre mulheres negras com e sem

filhos é de apenas dois pontos percentuais, enquanto entre mulheres brancas ela chega a onze pontos (Bruno, 2020, s/d).

Esses dados sinalizam que a pandemia acentuou ainda mais os desafios enfrentados pelas pesquisadoras, sobretudo, negras e mães, cuja produtividade acadêmica sofreu maior impacto (Bruno, 2020). Para Dejours (2004b), “[...] o trabalho não é, como se acredita frequentemente, limitado ao tempo físico efetivamente passado na oficina ou no escritório. O trabalho ultrapassa qualquer limite dispensado ao tempo de trabalho; ele mobiliza a personalidade por completo (p. 30).

Em meio ao cenário de dificuldades que as pesquisadoras enfrentam, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), principal agência federal de fomento à pesquisa, realizou uma inovação no mês de abril de 2021, uma demanda antiga de mulheres pesquisadoras. Possibilitou-se, através do formulário sobre a vida acadêmica dos pesquisadores, o registro dos períodos de licença-maternidade. Isso foi um grande avanço, pois as pesquisadoras passaram a contar com uma nova seção dentro da plataforma. Essa medida proporcionou às cientistas que tiveram filhos, registrar suas interrupções decorrente da maternidade em determinado período, justificando a produção acadêmica e evitando prejuízo, por exemplo, na concorrência por bolsas de pesquisa. Sem dúvida, isso é fundamental para elas permanecerem na concorrência por bolsas e outros fomentos.

Há de se registrar também que, em 2019, a Universidade Federal Fluminense (UFF) lançou um edital de financiamento para incentivar as mães pesquisadoras, e em dezembro de 2020, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) publicou um Ato Executivo de Decisão Administrativa ampliando o período de contagem de pontos no processo seletivo para o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (PROCIÊNCIA). Esse incentivo visa adicionar um ano para contabilizar as produções acadêmicas para as docentes que entrarem em licença-maternidade até cinco anos da seleção, válido para mães biológicas, adotivas e não gestantes em união homoafetiva.

### Refúgio nas atividades domésticas

O trabalho doméstico é compreendido como aqueles incontáveis afazeres, como: lavar, passar, cozinhar, arrumar a casa, ir às compras, varrer o chão, entre outros. Essas atividades ocupam, em média, de três mil a quatro mil horas do ano de uma dona de casa (Davis, 2016). Além de serem tarefas penosas e invisíveis, são percebidas apenas quando não são realizadas.

De acordo com Hildete Pereira de Melo, em entrevista realizada para a Folha de São Paulo em 2011, as atividades domésticas são “condições de trabalho marcadas pelo estigma herdado socialmente de desvalorização do trabalho feminino na realização das tarefas de reprodução da vida” (Melo, 2011, p.1).

No entanto, nota-se que, apesar do trabalho doméstico ser caracterizado como repetitivo, improdutivo, exaustivo, nada criativo e ter aumentado consideravelmente durante a pandemia, as entrevistadas vislumbraram a possibilidade do trabalho doméstico como escape. *“Eu sempre usei as tarefas domésticas como uma forma de desopilar. Eu acho que é isso, para quem não tem muitos problemas em casa é tranquilo usar as tarefas domésticas”*.

Observa-se que o trabalho doméstico, em alguns casos, tem funcionado como uma tentativa de se desligar da rotina pesada docente. A migração para o ensino remoto, apresentou novas habilidades, exigindo criatividade e produtividade para além do habitual. Ter que atender a todas as demandas provocou, segundo Duarte (2011), uma sensação de perda de identidade e de questionamento da capacidade entre as professoras.

Por conseguinte, ao se refugiarem nas atividades domésticas, elas não percebem o quanto podem estar em sofrimento. Sabe-se que o trabalho doméstico nunca foi concebido como prazeroso, pelo contrário, sempre foi considerado como elemento essencial da opressão feminina (Davis, 2016).

De acordo com Ávila e Ferreira (2014), o trabalho doméstico sempre foi imputado às mulheres e para todas as classes. Atualmente, elas estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, sem que ocorra uma mudança na sua relação com o trabalho doméstico, demonstrando uma contradição entre autonomia financeira e sobrecarga de trabalho. No entanto, para Melo (2011), o trabalho doméstico é um eterno refúgio para as mulheres pobres por não terem outra saída, já que possuem baixa escolaridade.

A pesquisa realizada pelo Observatório da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e pelo Instituto de Pesquisas Sociais e Políticas Econômicas (IPESPE) revelou uma intensificação do trabalho doméstico no período da pandemia que se estendeu até os dias atuais (Mello, 2020), refletindo no aumento da sobrecarga no trabalho das mulheres. Assim, entende-se que as docentes que concebem o trabalho doméstico como escape podem estar em processos de sofrimento em razão da conciliação entre as esferas.

Os estudos de Diniz (2004, p. 114) indicam que: a saúde mental das mulheres não deve ser compreendida como algo individual ou isolado, mas como “resultado da inter-relação dinâmica entre processos de naturezas diversas”. Desse modo, pode-se afirmar que o excesso de trabalho derivado das multitarefas, associa-se ao escape que o trabalho doméstico proporcionou às entrevistadas. Em seus depoimentos constatou-se que elas se sentem exaustas, cansadas e adoecidas.

Para Hargreaves (1998) essa intensificação leva à redução do tempo de relaxamento durante o dia de trabalho, do tempo para almoçar e para atualização profissional. “*Meu sentimento é de sobrecarga e de tensão, de extremo cansaço...*”. Pinho e Araújo (2012) destacam que o demasiado volume de trabalho torna as mulheres mais suscetíveis do que os homens a desenvolverem sintomas de angústia psicológica e de desordens depressivas. Barros (2019) concorda com os autores e explica que a situação do isolamento social, do número de mortes, do excesso de cobranças e de tarefas, configura um indicador de doenças psíquicas, como: “[...] ansiedade generalizada, depressão, pânico e distúrbios de somatização” (p. 81), o que contribui para a precarização do trabalho docente.

No entanto, vale sinalizar que, de acordo com os estudos de Pontes e Rostas (2020), o adoecimento e a sobrecarga de trabalho não surgem com a Covid-19; a pandemia apenas evidenciou esses fatores. Logo, este cenário de “novos” padrões de trabalho, tem gerado “instabilidade emocional e psicológica com efeitos psicossomáticos no organismo, atingindo diretamente o professor, que apesar do trabalho essencialmente intelectual sobrecarrega-se ao limite” (p. 279). Assim, o relato das docentes aponta que elas não têm mais horas de descanso, de lazer e de cuidado de si. Ficam confinadas em suas casas, com a responsabilidade da reprodução social da vida, do cuidado e de manter os padrões de produtividade.



## Considerações finais

Nota-se que a divisão sexual do trabalho permanece latente na docência do ensino superior e, que apesar dos avanços conquistados pelas mulheres nos últimos anos, o seu trabalho continua desvalorizado comparado ao dos homens. A pandemia foi um exemplo de quanto as desigualdades de gênero e de raça ainda persistem na área da educação, visto que as docentes além de terem que dar conta das atividades laborais, foram as mais requisitadas para os trabalhos domésticos, para o cuidado dos filhos e dos familiares idosos. Foram também as que menos produziram e as que mais adoeceram com a dupla jornada de trabalho.

A questão do acúmulo do trabalho remunerado com as atividades domésticas têm sido um ponto-chave nos processos de adoecimento entre as docentes. Elas expressaram uma desigual distribuição de responsabilidade na produção e reprodução social da existência, além da desvalorização de seus trabalhos.

Assim, pode-se dizer que a sobrecarga de trabalho que tem sido imposta às docentes, em razão do acúmulo de atividades, potencializa o adoecimento e propicia o desenvolvimento de determinadas doenças laborais. No entanto, mesmo relatando sofrimento e desafio de ter que lidar com a divisão sexual do trabalho, elas se sentem realizadas com o trabalho que realizam na docência, ainda que estando cansadas e sobrecarregadas.

Não se pode negar que a desvalorização da profissão também é um dos fatores que impactam nos processos de adoecimento. Por tratar-se de uma atividade profissional que exige muita dedicação, as docentes acabam se envolvendo a tal ponto que não percebem que estão adoecidas. E quando percebem, em alguns casos, já é tarde demais.

Sendo assim, pode-se afirmar que as muitas demandas, tanto do trabalho produtivo quanto do reprodutivo, a carga horária excessiva e sem limites, as dificuldades nas relações interpessoais, a falta de tempo para o planejamento e o aperfeiçoamento do fazer profissional, a competitividade por produção e a falta de tempo para o cuidado de si, são desafios enfrentados cotidianamente pelas entrevistadas e que, conseqüentemente, têm impactado na sobrecarga de trabalho e no adoecimento das docentes do ensino superior. As falas das docentes nos preocupam e nos revelam que o desenvolvimento de algumas doenças, como *Burnout* e a depressão, comprometem o exercício profissional e a própria vida delas.

## Referências

AROCENA, R. R. Cambio técnico y democracia en el subdesarrollo. In: LUJÁN, J. L.; ECHEVERRÍA, J. (Orgs.). **Gobernar los riesgos: ciencia y valores en la sociedad del riesgo**. Madrid: Biblioteca Nueva/Organização dos Estados Ibero-americanos, p. 207- 223, 2004.

ÁVILA. M. B. Vida Cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, set. 2004.

- ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, **Instituto Patrícia Galvão**, 2014.
- BARROS, B. S. **Saúde Mental do Professor**: uma questão de sobrevivência profissional. Goiânia: Editora Philos, 2019.
- BONIATTI, I. M. Transitando entre o público e o privado: estratégias ficcionais de Ana Cristina César. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 16, n. 3, set./dez. 2011. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1264/888>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BOUERI, A. G.; ASSIS, C. Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 20 jun. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/sem-considerar-maternidade-ciencia-brasileira-ainda-penaliza-mulheres/>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BRUNO, M. M. Pandemia acentua dificuldades para acadêmicas negras e mães. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/pandemia-dificuldades-pesquisadoras-negras-maes>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- BRUSCHINI, C. Trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. *In*: SAFFIOTTI, H. I. B.; MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília, D.F.: Unicef, 1994, p. 539-541.
- CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, 2002. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm). Acesso em: 27 dez. 2018.
- CANDIDO, M. R.; CAMPOS, L. A. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. **Blog DADOS**, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2ª. ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.
- COLTRANE, S. Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. **Journal of Marriage and the Family**, n. 62, p. 1208-1233, 2000.
- COSTA, F. A. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Minas, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986/13632>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- CRENSHAW, K. W. **Mapping the Margins**: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. 1994. Disponível em: <https://supportnewyork.files.wordpress.com/2018/04/mapping-the-margins.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, França, v. 14, n.3, p. 7-34, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/V76xtc8NmKqDWHd6sh7Jsmq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2024.

DINIZ, G. Mulher, trabalho e saúde mental. *In*: CODO, W. (org.). **O trabalho enlouquece?** Um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 138-195.

DUARTE, A. M. C. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C. (org.). **Políticas públicas e educação**: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 161-182, 2011.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

HARGREAVES, A. **Os professores em tempos de mudança** – O Trabalho e a Cultura dos Professores na Idade Pós-Moderna. Lisboa: McGraw Hill, 1998.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** um olhar voltado para empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: **Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 25 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD: mercado de trabalho brasileiro**, 4o trimestre de 2017. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos). Acesso em: 13 nov. 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações de sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.

LAWSON, M.; BUTT, A. P.; HARVEY, R.; SAROSI, D.; COFFEY, C.; PIAGET, K.; THEKKUDAH, J. Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. **Documento informativo da OXFAM**, jan. 2020. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120\\_Tempo\\_de\\_Cuidar\\_PT-BR\\_sumario\\_executivo.pdf](https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf). Acesso em: 29 jul. 2021.

LORDE, A. **Irmã outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica editora, 2019.

MARCONDES, M. M. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização, 2014. *In*: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patrícia Galvão, 2014.

MELO, H. P. Trabalho doméstico é eterno refúgio de mulheres pobres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2011. Edição especial, seção mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2002201115.htm>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MELLO, D. Famílias apontam aumento do trabalho doméstico durante a pandemia. **Agência Brasil**. São Paulo, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/familias-apontam-aumento-do-trabalho-domestico-durante-pandemia>. Acesso em: 25 jul. 2024.

NASCIMENTO, C. R. R. Masculino e feminino no contexto da família: representações sociais e práticas educativas em famílias de classe popular. 2006. 249 f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

NETO, A.; TANURE, B.; ANDRADE, J. Executivas: Carreira, maternidade, amores e preconceitos. **RAE elétron**. São Paulo, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482010000100004>. Acesso em: 09 set. 2020.

NOOR, N. M. Work-family conflict, locus of control, and women's well-being: tests of alternative pathways. **The Journal of Social Psychology**, Malásia, v. 142, n. 5, 2002, p. 645-662. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2002-18372-007>. Acesso em: 08 ago. 2024.

PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: Covid-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, [S.l.], v.18, edição especial, 2020, p. 278-300. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso em: 08 ago. 2024.

RODRIGUES, L. Estudo revela tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Fatores como afazeres domésticos trazem limitações. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 4 mar. Economia, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03>. Acesso em: 10 set. 2021.

SALAS, P. O malabarismo de ser mãe e professora na quarentena. **Revista Nova Escola**, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19529/dupla-jornada-os-desafios-das-professoras-que-sao-maes-durante-a-quarentena>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SANTOS, I.; COSTA, L.; MEIRELLES, L.; LIMA, M. Algumas palavras...sobre a sobrecarga das mulheres em tempos de pandemia. Ministério da Educação: Brasília, **Instituto Federal de Brasília**, 2020. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/24084-algumas-palavras-sobre-a-sobrecarga-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SILVA, E. P. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. **Revista de Psicologia: Teoria e Prática** (Online), São Paulo, v. 17, n. 1, p. 61-71, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v17n1/06.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SILVA, R. Construção de indicadores para gestão de tecnologia de informação e comunicação na educação: um Estudo de Caso. 2017. **Tese** (Doutorado) - Programa de

Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnologia, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

# CÂNCER DO COLO DO ÚTERO E RACISMO: implicações socioeconômicas

Daniel Silveira Lopes

A voz de minha bisavó ecoou criança  
nos porões do navio.  
(Conceição Evaristo)

## Introdução

Este trabalho discute as implicações do racismo estrutural na saúde das mulheres com câncer de colo de útero, a partir da discussão dos dados extraídos de entrevistas semiestruturadas realizadas enquanto assistente social residente entre os anos de 2020 e 2022, a partir de uma pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética do INCA e pela Plataforma Brasil, na qual se problematizou dados estatísticos coletados no arquivo do Hospital II do Instituto Nacional de Câncer (INCA HCII). Discussão essa que foi revista aprimorada para ser apresentada no presente texto.

De acordo com INCA (2006), no Brasil, tem-se observado elevadas taxas de incidência de tumores, geralmente associados à pobreza, como os cânceres do colo do útero, de pênis, estômago e de cavidade oral que se sobressaem no cenário da saúde pública, identificados como resultantes de fatores ambientais relacionados à industrialização que gera consequências em termos de exposição a agentes químicos, físicos e biológicos. associado às precárias condições de vida de grande parcela da população do país, refletindo no processo de adoecimento das populações as desigualdades sociais experimentadas.

No bojo do tema das desigualdades sociais, discute-se as particularidades das mulheres negras. No Brasil, os negros compõem 55,5% da população (IBGE, 2023) e até 2018, segundo o IBGE (2019) e a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (2019) 80% deles só contavam com o Sistema Único de Saúde (SUS). A partir disso, é possível considerar que no âmbito da assistência à saúde em instituições públicas, os assistentes sociais tendem a ter pessoas negras como principal público sobre o qual devem realizar sua intervenção profissional. Um dado que elucida essa realidade está nos registros hospitalares acessados no Hospital do Câncer II, no qual a maioria das usuárias matriculadas com câncer do colo do útero se autodeclara negra.

Há de se reconhecer que “a pobreza no Brasil tem um profundo recorte étnico-racial, produzindo uma distinção dentro da população brasileira, mais especificamente entre negros e brancos” (Veríssimo, 2019, p. 8). E a pobreza possui inerente relação com os baixos níveis de saúde que determinados segmentos de uma dada população apresentam. Nesse sentido, fruto da luta do movimento de Reforma Sanitária, o conceito ampliado de saúde foi reconhecido como e direito constitucional, regulamentado através da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Esta legislação “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, contém em seu artigo terceiro:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (s/p).

Por sua vez, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída pela Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, marca o reconhecimento do Estado brasileiro sobre os impactos das desigualdades sociais que acomete esta população na sua saúde, partindo do pressuposto de que suas condições de vida resultam dos injustos processos sociais, culturais e econômicos presentes na história do país. Nessa política, a necessidade atenção ao câncer do colo do útero na especificidade da condição da mulher negra está contemplada nas estratégias de ação. Apesar dos avanços em termos de reconhecimentos da realidade e das particularidades que a circunscrevem pela referida política, estes ainda não significaram alteração da realidade de vida da população negra brasileira, nem tampouco alterou os indicadores de saúde, pois essa parcela da população continua figurando como maioria nos piores indicadores sociais (Veríssimo, 2019).

Partindo de uma perspectiva materialista histórico-dialética, Almeida (2016) expõe que o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais e da formação dos sujeitos. E que se trata de uma forma de racionalidade e de compreensão das relações, introjetadas na estrutura social no campo de três dimensões fundamentais da vida social: economia, política e subjetividade.

Veríssimo (2019) por sua vez, aponta que o racismo no Brasil gerou uma realidade adversa vivenciada pela população negra brasileira, que foi marginalizada, discriminada socialmente e corre mais risco de sofrer violências e doenças na sociedade. Certamente as condições impostas pela estrutura social fazem com que essa parcela da população sofra com os diversos tipos de violência social de forma mais arraigada, mas não sem resistências e vitórias contra isso tudo.

Historicamente o movimento negro brasileiro, em sua diversidade, contestou as condições de vida impostas à população negra, reivindicando políticas públicas que reduzam a desigualdade e ampliem a equidade do acesso aos bens e serviços sociais, (Veríssimo, 2019). Contudo, a autora também aponta que a situação dos negros até hoje não foi alterada de forma significativamente. Afirma que as políticas sociais brasileiras não têm sido capazes de garantir direitos iguais a toda a população brasileira, em face de uma extrema desigualdade de classe e de raça. Que as políticas sociais universais, apesar de cruciais, não conseguem por si só efetivarem a superação das desigualdades raciais, tendo em vista a valorização da política econômica em detrimento do social por parte do poder político.

Na particularidade da realidade das mulheres negras, Leal, Gama e Cunha (2005) mostraram que o grau mais baixo de escolaridade que alcançam, retrata uma maior desigualdade no acesso e permanência no sistema educacional, fato que gera um pior desempenho no mercado de trabalho. Sua pesquisa também apontou que “dentro do nível de instrução mais elevado manteve-se menor a proporção de mulheres negras com emprego formal em relação às brancas, evidenciando a possível existência de preconceito no mercado de trabalho” (s/p).

Em relação ao câncer do colo do útero em mulheres negras, Amorim, Barros e Cézar (2006), em estudo no município de Campinas, identificaram significativas desigualdades sociais e raciais na realização do exame de Papanicolau. Em interlocução com os resultados da literatura nacional e internacional, constataram que, quanto menor é o patamar socioeconômico das mulheres, maior aparece a prevalência de não serem cobertas pelo exame. Ademais, apontam outros indicadores socioeconômicos que interferem na realização do exame, tais como “menor renda familiar mensal per capita e posse de menor número de bens duráveis” (s/p).

Já em uma pesquisa de 2003, nomeada “Cobertura do exame citopatológico na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil”, levantou-se apontamentos importantes, como o fato das mulheres não brancas terem 29% de probabilidade de não realizar o exame em relação às brancas, além de outros recortes como o que aponta que as mulheres de classe social mais baixa, mais velhas, viúvas ou solteiras estão entre as que não consultam o médico com certa frequência (Dias-da-Costa; Olinto; Gigante, 2003).

A partir das referências utilizadas, com base em dados estatísticos da situação das mulheres negras com câncer de colo de útero entrevistadas no HCII, propomos desenvolver o texto que segue, de forma a buscar contribuir com a discussão dos dados desagregados por cor/raça sobre quantidade de usuárias, estadiamento e óbitos. Os resultados da pesquisa de campo no INCA refletem a realidade problematizada no presente capítulo.

## Desenvolvimento

Na escolha metodológica adotada, foram realizadas (20) vinte entrevistas estruturadas com usuárias negras maiores de 18 anos com câncer de colo de útero, no fluxo de atendimento do ambulatório, entre o período de outubro e dezembro de 2021, na recepção integrada do HCII – unidade de referência no tratamento de cânceres ginecológicos no Estado do Rio de Janeiro.

Os procedimentos respeitaram a Declaração de Helsinki e a resolução do Conselho Nacional de Saúde n. 196, de 10/10/96, que aprova no Brasil “as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos” (s/p). Além disso, foram colhidos dados no arquivo do hospital oncológico sobre número de usuárias,

Foram analisados os dados das entrevistas e os números totais sobre estadiamento, isto é, o grau de disseminação do câncer na paciente, além da análise por cor/raça de 2017 a 2019 coletados no Setor do Arquivo do hospital. Conforme “Condutas Diagnósticas Terapêuticas do INCA” (2000), a fase inicial do câncer é aquela compreendida pelos estadiamentos *in situ* e I (e suas variações IA1; IA2; IB1; IB2), mas, vale mencionar, no arquivo hospitalar do HCII aparecem formas diferentes para designar os estágios iniciais como: 1A, IB, 1, no qual o tratamento é cirúrgico e de tipo menos invasivo. As fases mais avançadas podem ser compreendidas por termos como: II (IIA; IIB), III (IIIA; IIIB) e IV (IVA; IVB) que representam os casos em que a conduta terapêutica proposta é mais invasiva, ou seja, geralmente se usa mais as formas de radioterapia e a quimioterapia<sup>1</sup>. A

---

<sup>1</sup> Para uma apropriação mais aprofundada sobre os tipos de tratamento oncológico, ver: Brasil. INCA. Radioterapia: orientações aos pacientes. Rio de Janeiro: INCA, [2011]. Disponível em:



designação pelo número 99 normalmente representa que o grau de disseminação do câncer na paciente é desconhecido, sendo notado algumas vezes no registro hospitalar.

O levantamento das informações das vinte entrevistadas apresentou o seguinte panorama: somente duas encontravam-se no estágio 1B, considerado estágio inicial. Doze mulheres estavam em estágios mais graves da doença, das quais três no estágio 2B, três mulheres no 3B e três mulheres no 3C; uma no estágio 2A, uma no estágio 3A e uma no estágio 4 – sendo esse último considerado o de maior gravidade da doença. Cabe destacar que nas entrevistas não foi possível identificar o estadiamento de seis usuárias por motivos diversos, entre eles podemos elencar: médico ainda não definiu o estadiamento, a usuária não sabia ou não estava descrito no prontuário eletrônico, todavia é possível notar que a maioria dessas pacientes se encontrava em piores fases, necessitadas de se submeter a procedimentos mais invasivos e com potenciais maiores de efeitos colaterais.

Considerando o levantamento de dados dentro do período de 2017 a 2019, houve redução das matrículas de casos de câncer inicial, tanto para mulheres negras como para as mulheres brancas. Entre as mulheres negras, esta regressão foi de 15,0% em 2017 para 3,4% em 2019. Entre mulheres brancas, de 12,5% para 2,7%. Também foi observado no estágio 4B, um dos mais graves, um aumento de casos para as mulheres brancas no mesmo período, de 2,4% para 10,7%.

Nesse levantamento geral sobre o grau de disseminação do câncer na paciente, pode-se inferir que entre os determinantes presentes nesse processo, a ofensiva neoliberal compareça através dos ataques realizados contra a política de saúde no Brasil. As consequências produzidas impactam todas as mulheres, demonstrando que mesmo contando com um Sistema Único de Saúde (SUS) universal, público, gratuito e integral, que garante o direito à participação da sociedade em seu controle, conforme consta os artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal (Brasil, 2016), ele sofre um processo de sucateamento pelo desfinanciamento e subfinanciamento promovido pelos governos federais, através de medidas como a aprovação da EC 95 de 2016, por exemplo. Esta emenda congelou por 20 anos os investimentos em despesas primárias, impactando a saúde e a educação no país, entre outras medidas governamentais com intensos rebatimentos para a sociedade em geral, e as mulheres negras em particular, objeto da pesquisa. Cabe apontar que essas medidas se intensificaram durante os governos Temer e Bolsonaro.

Dentro deste cenário, as consequências dos processos de ataque às políticas públicas, tendencialmente, atingem a população negra em maior grau e com mais intensidade, pois lhe foram impostas as piores condições de usufruto a bens e serviços ao longo da formação social brasileira, restando-lhe, na maioria absoluta dos casos, acessar os ofertados pelos sistemas e políticas públicas.

Entre o total de matrículas realizadas entre os anos de 2017 a 2020, tivemos 1885 admissões, sendo 63.71% composta por usuárias negras, 36.02% por brancas, 0.16% de amarelas e 0.11% por indígenas. Esta maioria significativa de mulheres negras pode refletir

---

<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//radioterapia-2010.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024. Brasil. INCA. Radioterapia. Brasília: gov.br, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tratamento/radioterapia>. Acesso em: 10 ago. 2024. Brasil. INCA. Quimioterapia. Rio de Janeiro: gov.br, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tratamento/quimioterapia>. Acesso em: 10 ago. 2024.

um agravamento das condições de vida e de acesso à saúde das mulheres negras em uma sociedade estruturada pelo racismo.

Dois detalhes importantes merecem ser colocados. O primeiro é que, no caso dos dados de 2020, contabilizou-se 138 matrículas até março, não sendo possível divulgar os números totais até o fechamento da pesquisa, em função do impacto da pandemia<sup>2</sup> sobre a força de trabalho em geral, conseqüentemente, sobre os processos de trabalho no INCA, particularmente no HCII.

Durante a pandemia de coronavírus, muitos profissionais foram afastados devido à infecção e alguns por estarem enquadrados na lista de pessoas com comorbidades que poderiam gerar agravos em caso de contração da doença, por isso precisavam de se submeter a cuidados redobrados. Esse afastamento trouxe como consequência o atraso da finalização do registro de dados hospitalares no referido ano.

O segundo é que, no período dos quatro anos, identificou-se mulheres autodeclaradas amarelas e indígenas em porcentagem pequena. Diante disso, verifica-se a importância de uma análise mais aprofundada sobre essas populações, considerando a diversidade da composição étnico-racial da região metropolitana do Rio de Janeiro. A seguir será colocado os números de óbitos das usuárias por cor/raça na soma dos anos de 2017, 2018 e 2019.

Na soma dos números de óbitos por cor/raça, num recorte de anos entre 2017 e 2019, tivemos um total de 814: as mulheres negras foram 65.84%, as brancas 33.91% e as indígenas 0.25%. Ao longo dessa série, percentualmente falando, houve um aumento de óbitos entre mulheres brancas em 10,56%, ao passo que houve uma diminuição dos óbitos entre as mulheres negras, um percentual de 10,71%, menor, contudo, as mulheres negras permaneceram afetadas pela mortalidade em maioria significativa.

O ano de 2019 se destaca pelo alto índice de mortalidade, o que exige uma reflexão acerca das consequências do agravamento do desemprego e das condições e garantias das políticas e direitos sociais na fase de radicalização neoliberal do capital, contemporânea a vitória de um governo declaradamente ultraneoliberal. É alarmante o fato de praticamente metade das mulheres com matrícula em 2019, dos dois grupos, negras e brancas, terem ido a óbito no ano de 2019. Dentre as usuárias brancas, 94 foram a óbito e 93 não. Entre as negras, 144 foram a óbito e 148 não.

O aprofundamento da crise econômica global, assim como as que atingem, particularmente o país, traz implicações diretas sobre as condições de vida da população em geral. Isso engloba, indissociavelmente, a qualidade da prestação dos serviços de saúde via política social. Os recursos financeiros diminuem e com isso os recursos materiais e humanos da saúde pública são afetados, principalmente quando se associam a uma grave pandemia, como observou-se na experiência recente da emergência sanitária em função da COVID-19.

Assim, a assistência à saúde piora de qualidade quando há poucos recursos para a sua estruturação, o que vem ocorrendo com o SUS. Devido à dinâmica do racismo

---

<sup>2</sup> No dia 11 de março de 2020, a chamada COVID-19 – “uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, inicialmente identificada na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019, foi caracterizada pela OMS como uma pandemia devido a sua distribuição geográfica. Ou seja, essa designação reconheceu a existência surtos da doença em várias regiões e países do mundo (OMS, 2024; MS, 2024).

estrutural, a população negra permanece sendo a que mais sofre os efeitos das crises, ou seja, de uma forma mais acentuada e em maior escala. Os dados levantados pela pesquisa exposta no presente trabalho, demonstram mais particularmente essa acentuação das expressões da questão social, bem como das precárias respostas dadas a ela por parte do Estado e sociedade na vida das mulheres negras.

A questão do transporte se mostra primordial na garantia do acesso aos serviços, sendo um dos maiores desafios no tratamento de longa duração, em particular na oncologia. A experiência vivenciada no cotidiano profissional aponta uma dificuldade no acesso ao transporte, sobretudo na viabilização de transporte das usuárias que residem fora do município do Rio de Janeiro, ou seja, as que utilizam o Vale Social. O Vale Social é um cartão que pode ser utilizado em ônibus, trem ou barcas, dependendo do caso, possibilita o direito à acompanhante e inclusão na gratuidade para o Metrô Rio por meio da concessão de outro cartão. Está inserido na lei nº 4.510 de 13/01/2005, que dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros por ônibus do Estado do Rio de Janeiro para, além de estudantes de toda a educação básica, portadores de doença crônica de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de vida, entre outras providências.

Segundo o art. 1-A da Lei nº 7123/2015, o Vale Social para os portadores de doenças crônicas deve ser concedido num prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, entretanto, verifica-se nos atendimentos muitas reclamações em relação a atrasos para acesso ao benefício. Em consequência disso, muitas vezes o benefício saía após o início e até mesmo no final do tratamento curativo, ou seja, dificultava o acesso a um período de terapêutico importante. Os pacientes, quando passavam por esse atraso, conseguiam usufruir o Vale Social apenas na fase de controle da doença, que é o momento de acompanhamento da evolução do quadro dos usuários, para evitar o ressurgimento do câncer, quando os períodos de idas e voltas do hospital oncológico são mais esporádicos.

No Riocard Especial, outra modalidade de passe para transporte, o acesso ao direito costuma ser mais rápido. Trata-se de um cartão para ser utilizado nos ônibus do município do Rio de Janeiro e que, dependendo do caso, também pode garantir acompanhante e acesso ao cartão de gratuidade do Metrô Rio. Uma pessoa que possui o Vale Social também pode solicitar o RioCard Especial nos casos em que o laudo médico e a avaliação social para a concessão do benefício consideram necessários para garantir o acesso ao tratamento dos usuários e usuárias com deficiências no seu conceito ampliado, todavia, notava-se, na experiência no campo, também reclamação de usuárias que tiveram esperas longas ou a negação desse direito.

Outra política de apoio ao tratamento é o transporte sanitário municipal, baseado na Portaria nº 2.563, de 3 de outubro de 2017, contudo se constitui em um grande desafio quando se faz necessário o encaminhamento dos pacientes para seu usufruto, pois com o sucateamento dos recursos e falta de interesse político em melhorá-lo, tornam o acesso extremamente difícil para os usuários da saúde. Neste cenário, a judicialização tem sido uma alternativa para a população que apresenta limitações clínicas para o acesso ao transporte público. Já o Tratamento Fora de Domicílio - TFD, proporciona, dentre a mobilidade urbana, outras formas de acesso e apoio ao paciente como pagamento de diárias para tratamento fora do município e traslado de corpos, em caso de óbito. Pode funcionar por meio de concessão do direito de utilização de van, carro de passeio ou

ambulância, dependendo da necessidade específica do usuário, e foi instituído pela Portaria de número 55, de 25 de fevereiro de 1999.

O acesso costuma ser garantido, embora em alguns momentos e casos também haja reclamações, como quando a usuária termina as sessões de quimioterapia e/ou de radioterapia e ainda não acessou o recurso, trazendo um prejuízo na adesão/efetivação do tratamento. Isso pode ocorrer, principalmente em momentos de transições políticas municipais pós-eleições. Em caso de tratamentos que demandem uma quantidade considerável de idas ao hospital, como quimioterapia, radioterapia e braquiterapia, essa situação se agrava, tendo em vista a frequência e a urgência do início das sessões e ciclos de tratamento.

No caso específico das usuárias do tratamento no INCA HCII, sobre o município de moradia, a maioria das entrevistadas residiam na cidade do Rio de Janeiro, totalizando 16 dezesseis pessoas, enquanto o restante residia em São João de Meriti, São Gonçalo, Duque de Caxias e Belford Roxo. Isto é uma pequena amostra de que o INCA HC II atende principalmente às usuárias da cidade do Rio e sua região metropolitana. No registro hospitalar, observa-se que esta região é predominante.

A maioria delas indica que acessa o hospital por meio de transporte público: (11) onze delas; (04) quatro utilizam veículo próprio ou de familiar/amigo e outras (04) quatro usam táxi/Uber/e outros. A usuária Flor de Laranjeira, que mora relativamente próximo ao hospital, tem a opção de ir a pé. Uma outra usuária que mora longe do hospital, não soube dizer como se planejava no acesso, pois utilizou a ambulância no primeiro atendimento e ainda não sabia como seria seu acesso ao hospital durante a sequência do processo.

Quanto à mobilidade/acesso a transporte público próximo do domicílio: (15) quinze mulheres contam com opções próximas, (05) cinco não contam - dentre elas Lavanda, que relata morar no morro e ter de ir até o mototáxi para acessar o ponto de transporte. Não contar com disponibilidade de ônibus, de vans e outros tipos de transporte próximo ao domicílio pode configurar situação extremamente dificultadora do acesso às unidades de saúde, sobretudo para as mulheres que dependem de transporte público para seu deslocamento. Essas mulheres em muitos casos sofrem com dores físicas devido à doença ou com os efeitos colaterais de processos como quimioterapia, radioterapia e braquiterapia e outras situações de cunho clínico (idosas, pessoas obesas e com deficiência), situações essas que podem ser agravadas por dificuldades em relação à forma de deslocamento até o hospital.

Neste sentido, uma medida que pode favorecer as usuárias é a disponibilização de pontos de transportes públicos mais próximos dos seus locais de moradia, além da anteriormente referida necessidade de garantir a melhoria e ampliação das políticas de transporte, como o transporte sanitário, o TFD, os cartões de gratuidade de passagem, a fim de propiciar o transporte seguro e com o máximo de conforto necessário às usuárias nas idas ao hospital e nas voltas para casa.

Na intervenção do Serviço Social, quando realizamos encaminhamentos, os direitos sociais são orientados e busca-se problematizar as expressões da questão social presentes na vida dos pacientes e as formas de enfrentamento possíveis por meio das reivindicações pelo alargamento e aprimoramento das políticas de transporte para tratamentos em saúde. As usuárias do hospital, em situações emergenciais, ainda podem solicitar o auxílio-transporte, através do INCAvoluntário, uma instituição de terceiro setor que atua nas

unidades do Instituto Nacional do Câncer, encaminhado pelo Serviço Social para suporte financeiro no pagamento de transporte, de forma integral ou parcial, de acordo com a avaliação do profissional sobre a necessidade concreta das usuárias.

No que se refere à faixa etária das usuárias da pesquisa, elas se constituíam de nove (09) mulheres entre 41 e 50 anos; cinco (05) têm entre 51 e 59 anos; quatro (04) têm entre 31 e 40 anos, uma (01) tem entre 26 e 30 anos e outra tem mais de 60 anos. Isto demonstra que a maioria das usuárias estão em idade ativa para o trabalho, o sugere, em face das lacunas das políticas de proteção social, considerando uma visão integral das necessidades, que o adoecimento e o processo de tratamento interferiram na situação socioeconômica dessas mulheres, piorando seus níveis de condições de vida. Em relação ao estado civil das participantes, quinze (15) são solteiras, três (03) casadas e duas (02) divorciada e viúva, respectivamente. Embora a grande maioria fosse solteira em termos de estado civil, na situação conjugal essas mulheres tinham um companheiro, mas isso não garante a participação do homem no cuidado. Não raras vezes, na área do câncer de colo de útero, observa-se relatos de mulheres que apontam a mudança da configuração conjugal após o descobrimento da doença e/ou o início do tratamento.

Em nível de escolaridade dessas mulheres: sete (07) possuem ensino fundamental incompleto; seis (06) ensino médio completo; duas (02) possuem ensino fundamental completo, duas (02) o ensino médio incompleto e duas (02) ensino superior incompleto, existindo apenas uma (01) com ensino superior completo. Este é um dado que reflete a realidade da situação desfavorável dessas mulheres no acesso à educação e, conseqüentemente, pode funcionar como uma barreira para o acesso ao mercado de trabalho, em funções de melhor remuneração, como um dos reflexos da desigualdade de classe, de raça e de gênero.

Na esfera do trabalho, os tipos de profissão e ocupação das mulheres refletem questões históricas de sua inserção no mercado de trabalho, sobretudo quando falamos das mulheres negras. Sobre isso, apareceu o seguinte: quatro (04) delas eram diaristas, três (03) do lar, duas (02) cuidadoras de idosos, duas (02) eram empregadas domésticas; uma (01) costureira, uma (01) cabeleireira, duas (02) técnicas de enfermagem. As outras ocupavam profissões no comércio como envelopista, balconista, garçomete e operadora de caixa, e uma (01) não referiu uma profissão. Nesta análise, observa-se que a maior parte delas tinha ocupação no âmbito doméstico e na dimensão do cuidado, com profissões de baixa remuneração e escolaridade, condições precárias de contrato, em sua maioria, refletindo a imbricação das desigualdades sociais.

Na esfera da ocupação, cabe destacar que duas (02) não estavam trabalhando porque estavam em auxílio-doença e outras duas (02) estavam em gozo do seguro-desemprego. Essa realidade demonstra que após o adoecimento muitas mulheres correm o risco de perder seu emprego ou passar por situações de diminuição da renda, uma vez que, ainda que acessem benefícios sociais, o valor auferido por essas é menor do que o que era acessado pelo trabalho. Logo, é possível dizer que o tratamento de uma doença como o câncer têm implicações na piora das condições de vida dos usuários dos serviços de saúde, em particular das mulheres.

Quanto ao vínculo previdenciário, nove (09) não estavam contribuindo/não tinham vínculo formal de trabalho, sete (07) estavam contratualmente em Regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), três (03) eram contribuintes individuais e uma (01) era

pensionista. Quando observado o vínculo dos outros membros da casa, verificou-se que a maioria não tinha vínculo com a Previdência Social. Um dos benefícios direcionados ao cônjuge de usuários em tratamento de câncer é o saque do Programa de Integração Social (PIS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como aos próprios usuários, necessitando de ambos serem segurados pelo vínculo CLT.

Em momentos de adoecimento por câncer, as mulheres que não estão asseguradas pela Previdência Social em nenhuma modalidade, portanto não podendo acessar ao auxílio-doença nem saque do PIS e FGTS, dependendo de enquadramento em alguns critérios, são encaminhadas para solicitar o Benefício de Prestação Continuada (BPC)/Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)<sup>3</sup>. Contudo, a garantia desses direitos envolve muitas dificuldades relacionadas com a conjuntura atual do capitalismo brasileiro. A rede de serviços ofertados no âmbito do precário e desarticulado sistema de proteção social brasileiro não tem garantido em alguns casos, em outros não garante com celeridade, o acesso dos usuários às políticas sociais necessárias a este momento tão delicado de tratamento de um câncer.

O avanço do neoliberalismo tem gerado cada vez mais entraves à concretização do acesso aos direitos sociais, percebidos na prática profissional cotidiana. É importante sinalizar, de acordo com Behring, Cislighi e Souza (2020), que o Brasil vive um processo de ajuste fiscal permanente desde a redemocratização do país, que se chocou com a legislação social formalizadora de direitos e garantias sociais da Constituição de 1988, o que resulta em ataques do capital, em sua fase de hegemonia das finanças, de uso fundo do público brasileiro em socorro ao privado, tirando direitos dos trabalhadores repassando-os aos interesses de reprodução do capital. Ainda de acordo com as autoras, o desemprego estrutural e o desmonte das políticas sociais se intensificou após o golpe político de 2016 que colocou Michel Temer no Governo Federal, situação acentuada a partir de 2018 pelo neofascismo do governo Bolsonaro, com consequências mais severas sobre a população negra, particularmente sobre as mulheres negras no que tange ao desemprego.

O advento da pandemia da COVID-19, iniciada nos primeiros meses de 2020, que vitimou inúmeras pessoas em mortes completamente evitáveis devido ao comportamento e ações irresponsáveis e insuficientes do líder do Governo Federal à época, ampliou ainda mais o desemprego, deixando a população brasileira ainda mais dependente da precária política de Assistência Social existente. Entre outras coisas, isso impactou na capacidade de atendimento e qualidade dos serviços das políticas sociais e no nível de renda da população mais pobre do país.

---

<sup>3</sup> O Benefício de Prestação Continuada para ser deferido necessita de perícia médica para averiguar o grau de limitações geradas pela doença, que dificultem a usuária na realização de suas atividades diárias, além de uma avaliação pelo Serviço Social do INSS; realização de cadastro no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), para as usuárias que ainda não tiverem, ou para atualização do cadastro quando for o caso, ou que precisam de outras orientações e encaminhamentos por parte do CRAS, para passarem por avaliação a fim de inclusão em benefícios da Política de Assistência Social e outros correlatos, como Bolsa Família, o Auxílio Brasil (que na reta final da pandemia se transfigurou em Bolsa Família), desconto da conta de luz por meio da Tarifa Social etc.; para encaminhamento também para instituições filantrópicas, preferencialmente na área próxima de moradia das pessoas, para acesso a cestas de alimentos, perucas, doação de roupas, fraldas descartáveis e absorventes etc. Em relação à recriação do programa Bolsa Família, ver: BRASIL. Câmara dos Deputados. Governo publica medida provisória com regras do novo Bolsa Família Famílias beneficiadas pelo programa receberão um valor mínimo de R\$ 600, com um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. Brasília: Câmara dos Deputados, [2023]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/942301-governo-publica-medida-provisoria-com-regras-do-novo-bolsa-familia/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Em relação à renda individual, na entrevista com as usuárias negras, oito estão sem renda alguma e oito possuem uma renda entre (1) um e (2) dois salários-mínimos, além de quatro que ganham no máximo (1) um mínimo. As limitações e privações das condições de vida e acesso à saúde tem como um dos fundamentos a baixa renda pessoal, que, em contextos de intensa crise econômica como a vivenciada no país, intensificam mais os níveis precários de acesso a bens, serviços e alimentação para subsistência física. Os baixos rendimentos não aumentam muito quando se olha para a renda familiar dessas mulheres.

Sobre a renda familiar, em nove casos, esta renda está entre (1) um e 2 (dois) salários-mínimos, e entre (2) dois e (3) três mínimos em sete casos. Em outros dois, a renda é de até um salário e em outro não há renda familiar segundo a usuária. E ainda duas não relataram a sua renda familiar. É importante sinalizar que estes patamares de renda estão associados a mulheres que vivem, em sua maioria, em casas com (2) dois, (3) três, (4) quatro, (5) cinco e até (6) seis pessoas - apenas duas das entrevistadas relataram morar sozinhas. Então, diante da realidade brasileira, principalmente em tempos de grave crise econômica, é possível notar que esses níveis baixos de renda familiar impõe uma situação de precariedade nas condições de subsistência dessas famílias, que se agrava em um momento de adoecimento de câncer frente às dificuldades da proteção social brasileira.

Na questão da inclusão em programas da Assistência Social, cabe destacar que (4) quatro usuárias não estão incluídas em programas da Assistência Social. (1) Uma possui cadastro no CRAS, mas ainda não recebe nenhum benefício. (4) Quatro usuárias estão incluídas nestes programas e (1) uma não tem direito ao acesso por ser pensionista.

Um achado da pesquisa, se refere à uma mulher em conflito com a lei, que está em situação de liberdade condicional. Ela vive na casa da nora, está sem renda própria e a renda total da casa onde vive é de no máximo 1 salário-mínimo. Nesta moradia, não contam com coleta de lixo regular. A usuária em questão possui cadastro no Centro de Referência da Assistência Social, mas não estava incluída na data da entrevista em nenhum programa da Assistência Social. Durante o atendimento, Girassol foi prontamente encaminhada para a solicitação de acesso a direitos no âmbito da política de Assistência Social e orientada sobre os possíveis suportes do voluntariado que atua dentro do INCA - assim como todas as outras usuárias receberam as orientações e encaminhamentos pertinentes ao seu caso específico, na identificação de critérios para acesso a direitos sociais e apoio do Terceiro Setor.

Quatro (04) usuárias já estavam acessando algum tipo de direito da Assistência Social, uma (01) com o Auxílio Brasil (extinto e recriado como Bolsa Família) e três (03) com o Bolsa Família. Considerando a renda familiar dessas mulheres negras, é baixo o número delas inseridas em programas de Assistência Social, o que traz como inferência a situação de falta de informação adequada sobre os direitos sociais da política de Assistência Social alcançando essas mulheres.

Na situação habitacional e de condições de moradia, um número significativo de mulheres tem casa própria, porém quase metade ainda não tem a garantia de moradia, o que associado à baixa renda individual e familiar da população estudada, pode indicar problemas nas condições de vida e acesso a bens e serviços. (11) Onze das mulheres entrevistadas vivem em casa própria, (04) quatro em alugadas, (04) quatro em casas cedidas e (01) estava financiando um apartamento, refletindo que há uma precariedade no acesso à política de habitação, sendo um dado preocupante na medida em que (04) quatro mulheres

moram de aluguel, (04) em casas cedidas, dependendo de terceiros. Nesta composição familiar, destaca-se a quantidade de pessoas residindo na mesma casa: a maioria (11) onze vive em casas com 2 a 3 integrantes, (04) quatro vivem com mais de 6 integrantes, (03) três moram sozinhas e (02) duas moram em um grupo familiar entre 4 e 5 pessoas.

É possível constatar, a partir dos dados sobre adoecimento, óbitos e perfil socioeconômico das usuárias, o quanto o racismo estrutural, na sua imbricação com as desigualdades de gênero e classe, possui implicações reais sobre a vida da população negra, particularmente das mulheres negras. O fato de em 2019 praticamente metade das mulheres negras e brancas matriculadas para tratamento do câncer do colo de útero terem ido a óbito, além da grande diminuição observada de mulheres que chegam ao tratamento com o câncer inicial e do grande aumento de mulheres brancas no estágio 4B, leva a uma reflexão sobre a piora das condições de vida e acesso à saúde gerais imposta pelo neoliberalismo no Brasil, que foi se agravando intensamente a partir do ano de 2016 e se aprofundando ano após ano até o presente momento, sobretudo, certamente, com a pandemia. E dentro desta dinâmica, as mulheres negras permanecem como mais afetadas.

Veríssimo (2019) chama a atenção para o fato de que a discriminação racial e de gênero gera barreiras para o acesso e a permanência das mulheres negras nos serviços de saúde, não sendo uma questão restrita a iniquidades em práticas individuais, mas também sendo um problema presente nas normas e rotinas institucionais. A autora aponta ainda que isso concorre como um delineador de um panorama desfavorável na área da saúde para esse segmento da população, como resultado de desigualdades sociais estruturais que colocam a grande maioria das mulheres negras abaixo da linha da pobreza e com o dobro de taxa de analfabetismo quando comparada a das mulheres brancas. A pesquisadora ainda argumenta que essa realidade reflete um menor acesso aos serviços de saúde qualificados por parte das mulheres negras, conseqüentemente elevando o risco de elas contraírem e morrerem de determinadas doenças em relação às mulheres brancas. As práticas institucionais de cunho racista fazem reproduzir a extrema desigualdade racial enraizada na economia e na política das sociedades modernas, conforme coloca Almeida (2018), indicando que

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem:

- a) Promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade;
- b) Remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição;
- c) Manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais;
- d) Promover o acolhimento (p. 32).



As resistências se fazem presentes. Veríssimo (2019) considera a equidade como forma de garantir a efetivação da assistência em saúde na interlocução com outros princípios norteadores do SUS, como a universalidade e a integralidade. Dos três chamados princípios doutrinários do SUS, a já citada universalidade depende de uma garantia de acesso “independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais” (Ministério da Saúde, 2024, s/p). A Equidade objetiva diminuir desigualdades, partindo do reconhecimento de que,

[...] embora todas as pessoas possuam direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior (Ministério da Saúde, 2024, s/p).

A integralidade, por sua vez,

[...] considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos (Ministério da Saúde, 2024, s/p).

Nota-se que os princípios dialogam, se associam num objetivo comum de prestação de serviços democráticos, completos e justos dentro das especificidades de cada pessoa. No cenário dessa luta, as questões referentes à saúde da população negra, em especial das mulheres negras, constituem uma problemática que tem sido reconhecida e politizada.

Na perspectiva de explicitar o problema da discriminação e suas repercussões sobre a vida da população negra, as organizações de mulheres negras estão em reivindicação permanente “pelo estabelecimento de estratégias de enfrentamento ao racismo institucional na saúde, entendido como determinante na qualidade do atendimento que é oferecido à população negra” (Nascimento, 2018, p. 101). Os movimentos sociais, e sua ação nos mais diversos espaços de saúde, militam e produzem trabalhos científicos sobre o racismo estrutural na saúde, contribuindo para o avanço da pauta na agenda pública sobre o combate às iniquidades raciais no setor.

Negar as implicações da discriminação ao qual a população negra foi historicamente exposta é reproduzir “históricas posturas racistas que inviabilizam uma atenção consistente à saúde dessa população” (Nascimento, 2018, p. 101). Conforme Senna e Lima (2012), existem muitos autores preocupados com a organização dos serviços e cuidados, sob um ponto de vista das práticas integrais e igualitárias que enfocam a possibilidade de elaboração de cuidados inscritos no encontro entre equipe de saúde e usuários. Porém, sinalizam que tais autores não se atentam para o fato de que o contexto desse encontro está imerso em relações racializadas.

As autoras colocam que as relações são internalizadas socialmente e, ao mesmo tempo, negadas através de uma ideologia de apaziguamento das tensões étnico-raciais, onde as relações racializadas permanecem sendo tratadas de maneira ambígua e, ao não serem evidenciadas, impedem a possibilidade do estabelecimento de uma concreta equidade que, conseqüentemente, pode proporcionar a integralidade nas práticas de saúde. Dessa forma,

elas apontam que ocorre uma naturalização da pobreza no cotidiano de saúde, ou seja, as condições precárias de vida e saúde de pessoas negras e a forma pelo qual essas condições se representam raramente são objeto de reflexão pelas equipes. Concluem que isso obstaculiza a percepção ampliada das necessidades, relegando os danos das múltiplas formas de violência.

## Conclusão

Os dados levantados e discutidos reforçam que as expressões da desigualdade de classe, de gênero e raça que, em dinâmica interseccional, impõe limites à qualidade de vida, e dentro disso saúde, das mulheres negras. Necessita-se da ampliação dessa discussão na agenda pública a fim de mobilizar agentes públicos, sobretudo políticos e gestores de políticas públicas e sociais, na adoção de ações, programas, projetos e políticas antirracistas. Esse movimento está de acordo a promoção da equidade, este princípio tão caro à profissão do Serviço Social como também ao projeto de Reforma Sanitária do SUS, o qual a profissão hegemonicamente optou por defender.

Vale colocar que essa ampliação da pauta e materialização de políticas para atendê-las depende das lutas sociais, o que foi demonstrado que elas ocorreram historicamente e ainda ocorrem. Elas sempre irão ocorrer enquanto existir humanidade em qualquer parte do mundo. Vale sempre muito exaltar as resistências e avanços alcançados. Além de alertar para a necessidade de nunca se contentar com as vitórias que muitas vezes são parciais.

Os direitos sociais, duramente conquistados pelos movimentos sociais, dentro os quais o negro deu enorme contribuição, podem ser retirados se as organizações e movimentos sociais não permanecerem atentos aos processos políticos e econômicos da sociedade. Retirados por aqueles que não querem um país mais justo, democrático e livre de toda forma de exploração e opressão. A luta é árdua, mas, a alegria e a consciência tranquila de se estar do lado certo da história não tem preço. Entre essas lutas, está a das mulheres negras contra as implicações do racismo estrutural na saúde, contemplando o combate ao câncer do colo do útero no Brasil e no mundo.

## Referências

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMORIM, V. M. S. L *et al.* Fatores associados à não realização do exame de Papanicolau: um estudo de base populacional no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. 2006; 22(11): 2329-38. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006001100007>.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL. Declaração de Helsinki. **Associação Médica Mundial**. De Helsinki, Finlândia, em junho de 1964 a Edimburgo, Escócia, em outubro de 2020. Disponível em: [https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/declaracao\\_de\\_helsinque.pdf](https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/declaracao_de_helsinque.pdf). Acesso em: 26 maio 2024.

BEHRING, E. R; CISLAGHI, J. F; SOUZA, G. **Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: Impactos sobre o Orçamento Público e a Política Social.** Rio de Janeiro, 7 dez. 2020. Disponível em: [https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6\\_8f992804cafa49fe8d87d1af095a9171.pdf](https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_8f992804cafa49fe8d87d1af095a9171.pdf). Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Brasil, [1988]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Lei/L13365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13365.htm). Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Brasil, [1990]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm). Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html). Acesso em: 26 mai. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DIAS-DA-COSTA J. S *et al.* Cobertura do exame citológico na Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública.** 2003; 19:191-7.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4.510 de 13/01/2005.** Dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros por ônibus do Estado do Rio de Janeiro, para alunos do ensino fundamental e média da rede pública estadual de ensino, para as pessoas portadoras de deficiência e portadoras de doença crônica de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção no tratamento possa acarretar risco de vida, e dá outras providências.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 7123/2015.** Altera a lei nº 4.291, de 22 de março de 2004 e dá outras providências. Rio de Janeiro: Governo do

Estado do Rio de Janeiro, [2015]. Disponível em:  
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/ea811489bf72f8b283257f18005843a8>. Acesso em: 10 ago. 2024.

IBGE. **Censo Panorama 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2024.

IBGE. Conheça o Brasil. População: Cor ou Raça. **Portal IBGE Educa**, 2019. Conheça o Brasil - População - Cor ou Raça. Disponível em:  
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 14 mar. 2021.

INCA. A Situação do Câncer no Brasil. **Coordenação de Prevenção e Vigilância – Conprev**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:  
[https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/situacao\\_cancer\\_brasil.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/situacao_cancer_brasil.pdf). Acesso em: 3 jul. 2021.

INCA. Hospital do Câncer II. Dados sobre as Pacientes com Câncer de Colo de Útero Matriculadas entre 2017 e 2020: Raça/Cor, Estadiamento e Óbitos. **Registro hospitalar do INCA HCII**. Rio de Janeiro, 2021.

INCA. **Câncer do Colo do Útero. Rio de Janeiro**: INCA, [2000]. Disponível em:  
<https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/2415/1492>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LEAL, M. C; GAMA, S. G. N; CUNHA, C. B. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001, 2005. **Revista de Saúde Pública**. 2005; 39:100-7.

OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. OPAS, [2024]. Disponível em:  
<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 09 ago. 2024. BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19. Brasília: Ministério da Saúde, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em: 09 ago. 2024.

OMS, 2024. MS, 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE (SBMFC). Discussões sobre o Impacto do Racismo na Saúde da População Negra reúne mais de 400 pessoas em São Paulo. **SBMFC**. Rio de Janeiro, 22 mai. 2019. Disponível em:  
<https://www.sbmfc.org.br/noticias/discussoes-sobre-o-impacto-do-racismo-na-saude-da-populacao-negra-reune-mais-de-400-pessoas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 31 maio 2021.

VERÍSSIMO, S. M. L. **A invisibilidade do câncer de mama em mulheres negras**. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Augusto dos Santos. 2019. 101 f. **Dissertação** (Mestrado). Curso de Pós-Graduação Strictu Sensu em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2019.

# O TRABALHO REPRODUTIVO E A VIDA DAS MULHERES NO CAPITALISMO

Beatriz Lima Benjamim  
Luana de Souza Siqueira

## Introdução

O presente capítulo é resultado da análise do papel fundamental do trabalho reprodutivo e da apropriação do corpo da mulher na produção e reprodução da vida social e material no capitalismo. Dessa forma o objetivo é compreender como a exploração do trabalho reprodutivo, através dos cuidados domésticos, com os filhos, com os maridos e a família, em um sentido amplo, foi imprescindível para a estrutura societária vigente. Assim, abordaremos: a centralidade do trabalho no modo de produção capitalista; os aspectos da divisão sexual do trabalho e do trabalho reprodutivo; a apropriação do corpo feminino; a família e suas relações historicamente construídas.

Trata-se de uma pesquisa exploratória bibliográfica e documental sobre a temática do trabalho, a produção de valor, o controle do corpo feminino e as divergentes análises sobre o trabalho reprodutivo.

Sendo assim, nossa proposta é refletir sobre as raízes históricas do trabalho reprodutivo na estrutura social como um processo necessário e contínuo na socialização das mulheres e a apropriação de seus corpos dentro do modo de produção capitalista. Esse fenômeno foi e continua sendo fundamental para produção e reprodução da vida material - inclusive para a expansão, ampliação e acumulação do capital – e social.

O materialismo histórico-dialético é quem nos dá a base para pensarmos sobre as diversas categorias do cotidiano, entendendo o capitalismo enquanto modo de produção produz e reproduz relações sociais diversas e se apropria das dimensões de gênero, raça, classe que são interligadas na dinâmica social, permitindo diferentes formas de exploração e opressão.

Entendemos que a vida não acontece de uma maneira linear e que diferentes fatores sociais são capazes de alterar o cotidiano de acordo com os tempos vividos, como guerra, industrialização, contexto cultural, globalização, entre outros, e tudo isso traz impactos nas relações sociais, como Yamamoto (2014) nos explica:

Deve-se, ainda, apenas marcar que o processo de produção capitalista não é só um processo de reprodução de relações sociais, mas de produção de relações. Enquanto as relações sociais se renovam em alguns ramos produtivos, a expansão da acumulação vai abrangendo novos ramos, provocando alterações substanciais na maneira de produzir, ou seja, no processo técnico de trabalho e nas relações sociais de produção, ante a subsunção real do trabalho ao capital. Porém, a expansão do capital não é linear. Verifica-se, historicamente, que o movimento mesmo de reprodução no conjunto da sociedade produz relações sociais de produção não capitalistas, como meio de extração de trabalho excedente pelo capital. Não se trata de mera sobrevivência de relações próprias de modos anteriores de organização da sociedade, porque são redimensionadas no seu significado histórico ao se subordinarem ao movimento expansionista do

capital. Trata-se da produção capitalista de relações de produção não capitalistas (p. 75).

O desafio assumido é de apresentar as nuances do trabalho reprodutivo, aprimorar a teoria da reprodução social através de um viés crítico e entendendo que as bases do capitalismo que permitem sua existência reinventam as aparências ao logo do tempo e que muitas (senão todas) das lutas que a teoria feminista defende hoje em dia como acesso a emprego, políticas públicas de educação, saúde, materno-infantil, demandas de violências contra a mulher e o enfrentamento ao patriarcado passam pelo entendimento dessas categorias.

Essa lente também expande nossa visão de luta de classes. Sem estar voltada exclusivamente a ganhos econômicos no ambiente de trabalho, como contratos justos ou salário-mínimo, ocorre em diversos terrenos sociais e não apenas por meio de sindicatos e organizações oficiais de trabalhadores. Para nós, o ponto crítico e a chave para compreender o presente é que a luta de classes inclui batalhas em torno da reprodução social: por sistema de saúde universal e educação gratuita, por justiça ambiental e acesso a energia limpa, por habitação e transporte público. Para isso, são igualmente primordiais as lutas políticas pela libertação das mulheres, contra o racismo, a xenofobia, a guerra e o colonialismo (Arruzza, 2019, p. 55).

## **O trabalho no modo de produção capitalista**

Para pensar em trabalho reprodutivo é preciso antes de tudo refletir sobre o significado de trabalho no capitalismo, o que ele envolve quais são as suas especificidades e o que diferencia o trabalho neste modo de produção para assim conseguir entender qual a dinâmica do trabalho reprodutivo.

Para definir trabalho será utilizado o conceito de Marx (2013, p. 326): “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, ou seja, o trabalho por si só precede o modo de produção capitalista.

Atividades como pesca, agricultura, caça, já eram trabalho e fundamentavam a organização societária de cada época, os homens trabalhavam para suprir suas necessidades básicas e assim garantiam sua subsistência ao mesmo tempo em que modificavam a natureza e assim o trabalho é consolidado como o elemento principal para o desenvolvimento de relações sociais.

Ainda em sua obra Marx (2013) explica como o trabalho humano se diferencia dos processos puramente biológicos conhecidos na natureza, a chamada capacidade teleológica, que segundo o autor pode ser definida como uma habilidade intrínseca ao homem de realizar uma atividade orientada, com um fim pré-determinado e com um objetivo, é o que distingue o homem dos animais e o eleva na construção do processo social, o autor usa o exemplo de aranhas e abelhas que realizam atividades como a produção da teia e da colmeia por instintos puramente irracionais de sobrevivência, enquanto em uma atividade humana há a projeção do resultado desejado.

Assim a capacidade teleológica é o que diferencia os homens dos animais e o que os tira da categoria de um ser biológico e sendo categorizado como um ser social e o trabalho aparece como categoria fundante deste ser, uma vez que é através dele na relação

do homem com a natureza, que outras relações são construídas. O desenvolvimento dos processos de trabalho é o que permite que o homem crie novos desejos, novas necessidades e construa relações humanas que despontam em relações sociais que alteram a política, a economia, a cultura, a arte e tantas outras coisas.

O trabalho não é uma ação exclusiva do capitalismo, o que muda profundamente é razão pela qual os trabalhadores passam a produzir. Se nas sociedades pré-capitalistas a produção era coletiva e para promoção da sobrevivência, no mundo regido pelo capital sua existência é fundamentada pela extração de mais-valor.

No capitalismo produção não é mais socializada, mas sim concentrada nas mãos das classes dominantes – a burguesia em ascensão - que controla agora os meios e recursos de produção, e determinam o funcionamento para a produção direta e indireta de valorização do capital. O capital se valoriza por meio da circulação de mercadorias e da produção de mais-valor vinda da exploração da força de trabalho. Marx (2013) define mercadoria como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” e que essas mercadorias têm um valor atribuído a elas que o autor traz como: valor de uso e valor de troca.

Dito de outra forma, o trabalho por si só produz valor de uso porque ele resulta em uma mercadoria que atende a alguma necessidade humana e determina um valor a ela, o que acontece no capitalismo é que o desenvolvimento das forças produtivas cria novas relações de produção e novas necessidades sociais e que o valor de troca de uma mercadoria, que é o valor atribuído a ela na circulação de consumo – compra e venda - é determinado pela quantidade de trabalho nela atribuída.

Marx (2013) define o trabalho na sociedade capitalista através do seu duplo caráter, ao qual ele denomina de trabalho concreto que é entendido como trabalho útil, produtor de valores de uso e trabalho abstrato que é o entendido pela força de trabalho gasta na produção de valores de troca de uma mercadoria o que cria uma divisão social do trabalho. A partir desses conceitos é possível pensar na determinação do trabalho reprodutivo, porque aqui a principal questão é a apropriação da força de trabalho pelo capital. O trabalho existe isso é um fato, mas é na sociedade regida pelos interesses do capital que ele ganha seu contorno de exploração.

O capital não tem uma forma física definida, ele não é visível aos olhos nus, mas ele é o retrato de uma formação histórica particular de um tempo que se estrutura através da produção de mais-valor pela exploração da força de trabalho. A propriedade privada cada vez mais concentrada nas mãos da burguesia que cresce, os trabalhadores ditos livres pelo fim de um processo de servidão, mas que não tinham qualquer poder de decisão sobre os meios de produção, sobre os processos de trabalho. O mundo passou a ser governado em função do lucro, e se essa lucratividade significasse mais exploração assim seria feito.

Contudo, o capitalismo não se reproduz apenas pelo trabalho fabril, são necessárias muitas outras determinações para que o sistema se estruture e isso se dá também pelo trabalho reprodutivo, pensar em trabalho no capitalismo não se pode restringir puramente nos processos fabris, manufatureiros mas pensar que enquanto modo de produção o capitalismo não funciona de maneira estática mas sua existência e manutenção estão ligadas a inúmeros fatores sociais que acontecem concomitantemente e propiciam ora de maneira conjunta ora de maneira isolada pilares para sua perpetuação.

Um modo de produção, como fenômeno histórico que é, não surge inteiramente acabado. Em cada uma de suas concreções singulares, o tempo exigido para sua plena realização varia em função de numerosos fatores socioculturais específicos de cada sociedade. Podem observar, entretanto, certas invariâncias no que tange à absorção retardada e nunca plenamente realizada de determinados contingentes populacionais pelas relações de produção típicas das sociedades capitalistas (Saffioti, 2013. p. 58).

E aqui entra o trabalho reprodutivo, Marx em sua obra destrincha todo o processo de acumulação do capital e entende que o trabalho é uma manifestação da práxis humana e que ele engloba tanto a vida material, quanto outras como a economia, o contexto social, político, cultural isso porque pelo olhar do materialismo histórico a vida não acontece em uma determinação, mas sim por uma sucessão de fatores que estão interligados uns aos outros de acordo com o tempo histórico vivido. Só que há um limite também do autor sobre como o capitalismo passa a operar na vida das mulheres, Marx (2013) até chega a falar sobre a exploração da mão-de-obra entre mulheres e crianças nas fábricas, mas não chega a se dedicar profundamente sobre o tamanho do impacto do capitalismo na vida feminina e aqui retomamos a uma mesma situação, uma visão dedicada ao processo de trabalho de um trabalhador assalariado, ele por exemplo não se direciona a importância do trabalho reprodutivo na questão biológica de formação de novos trabalhadores, para o autor a reprodução de filhos era algo muito natural e inerente ao ser humano, que acontecia sem grandes forças sociais por trás.

A vida das mulheres foi alterada no modo de produção capitalista, mudando estruturalmente a dinâmica do trabalho feminino. Portanto, ao refletir sobre a divisão social do trabalho é imprescindível a análise da divisão sexual do trabalho, do trabalho reprodutivo e do controle das mulheres, para a compreensão do processo histórico que determina um papel invisibilizado às mulheres e muitas vezes retirando-as da vivência enquanto classe trabalhadora, por não reconhecer suas funções enquanto trabalho.

## **Trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho**

Segundo Saffioti (2013), nas sociedades pré-capitalistas as relações se organizavam hierarquicamente, mas de uma maneira mais comunitária, correspondendo ao desenvolvimento societário de cada época, a comunidade era o principal centro de produção das necessidades básicas e com isso todos os seus membros trabalhavam para o sustento inclusive as mulheres. O que não significa que elas estavam em algum espaço de poder ou em algum tipo de paridade jurídica com os homens, porém não vamos nos estender sobre especificidades do modo de vida das sociedades que antecedem ao capitalismo porque o foco do estudo é entender sobre os desdobramentos do trabalho reprodutivo já na era do capital.

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares a tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as



crianças desempenharam um papel econômico fundamental (Saffioti, 2013, p. 61,62).

Entretanto, é importante entender como se davam as bases sociais do trabalho, que ocorria de uma maneira coletiva pela necessidade de subsistência, a mão-de-obra de um maior número de pessoas era importante uma vez que a capacidade de produção era muito lenta, marcada pelos processos artesanais, extremamente demorada e comparada com a capacidade produtiva de uma máquina era bem inferior.

A tradição da submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui se o seu papel econômico lhe assegurava posição social compensatória de sua submissão ao centro de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, de indagar-se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas (Saffioti, 2013, p. 63).

O surgimento do capitalismo se apoia em bases já pré-existentes e o desenvolvimento das forças produtivas traz novas questões para o trabalho feminino e que o novo modo de produção acarreta uma sentença para a maioria da população, que vê a instalação da propriedade privada exterminando sua autonomia nos espaços e processos de trabalho e uma sentença especial sobre as mulheres, uma vez que, o sistema se aproveita de contextos sociais e culturais que já tinham uma forma desenhada para efetuar a marginalização de diferentes grupos da sociedade para a manutenção e ampliação do capital.

Para a classe burguesa que crescia e se firmava enquanto dominadora da recente ordem social essa nova organização era necessária, pois somente com o controle social em diferentes contextos que seria possível expandir o capital e quando falamos sobre organização se trata também de como os aparelhamentos institucionais foram e continuam sendo norteadores do padrão comportamental esperado pelas mulheres.

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contraria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Saffioti (2013) explica que o fator sexo foi primordial para o desenvolvimento das novas formas produtivas, isso porque, mesmo que agora a produção não fosse mais concentrada na família e no trabalho artesanal com a utilização de máquinas e o aumento exponencial da capacidade produtiva, a subalternidade da mão-de-obra feminina permaneceu como um ponto basilar para o desenvolvimento social ao condicionar diferentes formas de exploração do trabalho. O capitalismo enquanto um modo de

produção produz e reproduz - seja na perspectiva macro ou micro social - diversos mecanismos que auxiliam na produção e reprodução de espaços de poder e o fator sexo sem sombra de dúvidas se torna um dos principais porque através dele todo um processo de inferiorização e subalternização feminina se torna possível em diferentes formas, seja na exploração da mão-de-obra, no pagamentos de salários mais baixos ou na construção da responsabilização feminina sobre a família e o cuidado.

Por trabalho reprodutivo entendemos todo o trabalho realizado pelas mulheres no espaço doméstico como atividades de reprodução e manutenção da família e classe trabalhadora como limpar a casa, fazer comida, a reprodução tanto biológica quanto social de gerar, criar e educar os filhos, lavar e passar as roupas, atividades sexuais e que esse trabalho é de muito valor ao capital. Mesmo que ele ocorra dentro das casas da classe trabalhadora e seu resultado não se limita ao espaço do ambiente doméstico, muito pelo contrário, já que os beneficiados por ele (de forma especial falando dos homens da classe trabalhadora) estão inseridos na chamada esfera produtiva. Sendo assim, o trabalho reprodutivo garante a existência da mercadoria mais importante do capitalismo que é a força de trabalho e sem ele não existiria reprodução da vida, biológica quando pensamos na reprodução humana, quanto mais a possibilidade de reprodução social da força de trabalho e expansão do capital por meio da acumulação de trabalho não pago das mulheres.

Esse modo de produção se realiza por meio da exploração patriarcal sobre o “trabalho desvalorizado” das mulheres, realizado não apenas nos limites da casa, mas, também, fora dela, como vimos anteriormente. Em outras palavras, as esferas produtivas e reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe, “raça” e sexo (incluindo sexualidade), podemos denominá-lo de modo de produção racista-patriarcal-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformados por essas relações - mediações e contradições - que são dialeticamente “consustanciais” e “coextensivas” (Cisne, 2018, p. 96-7).

Com isso, o trabalho reprodutivo se estrutura como um processo altamente lucrativo para o modo de produção capitalista, já que, as mulheres exercem uma série significativa de trabalho não remunerado que é aproveitado pelo capital. E pensar e definir essa questão do trabalho feminino como um trabalho subvalorizado e com menos importância na pirâmide social exige que passemos por outras questões.

Para isso é preciso pensar na divisão sexual do trabalho e como ela regulamentou todo um processo histórico de apropriação da força de trabalho feminina tanto pelos homens, quanto pelo Estado reverberando em questões institucionais e no modo de existir das pessoas. Kergoat (2009) explica que a divisão sexual do trabalho é fruto das relações sociais de sexo na sociedade e que por ter essa característica ela se expressa historicamente de acordo com o momento vivido.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção - ou duas coleções - de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009, p. 67).

Dentro do modo de produção capitalista, a divisão sexual do trabalho funciona como um aparelhamento ideológico que atua em conformidade com a lei geral de acumulação pelo fato de que como o objetivo principal do capital é a produção e expansão do lucro, assim quando ele se depara com a oportunidade de extrair ainda mais-valia do trabalho realizado por mulheres através da subalternidade e inferiorização das atividades destinadas a elas o *modus operandi* da divisão sexual do trabalho converge diretamente com as intenções do capital. No caso do trabalho doméstico, as mulheres trabalham sem que suas atividades sejam remuneradas e nas situações que as mulheres ocupavam algum cargo na esfera produtiva ou fora de suas casas a desvalorização da mão-de-obra. E isso é entender que a atribuição do trabalho doméstico às mulheres não é algo aleatório, mas sim fruto de um processo de socialização e de relações historicamente construídas e que juntamente com a construção da sociedade de classes e apropriação da mão-de-obra de maneira geral, a exploração e controle das atividades ditas como femininas, vai ao encontro da linha da propriedade privada.

A exploração da mulher é um elemento da exploração da classe, de apropriação do valor socialmente produzido, pois auxilia na redução do tempo de trabalho necessário e também recebe menor remuneração pelos frutos do seu trabalho. Primeiramente, vislumbramos que o trabalho feminino doméstico colabora com a redução do valor diário da força de trabalho, já que a classe trabalhadora em vez de adquirir certos bens no mercado ou contratar determinados serviços como lavanderias, restaurantes, impôs à mulher essas responsabilidades. Para as mulheres, destina-se um cotidiano de trabalho intensivo, extensivo e intermitente, sendo parte dele não remunerado (Tenório, 2018, p. 72).

Assim a divisão sexual do trabalho historicamente realiza essa separação entre homens e mulheres através do direcionamento da esfera produtiva (trabalho fabril, trabalho científico, funções públicas) aos homens e a esfera reprodutiva às mulheres e como consequência as funções realizadas por elas passam a ter menor valor agregado no mercado de trabalho.

## **Trabalho reprodutivo - produtor ou não de valor**

O debate em torno do trabalho reprodutivo circunda em torno da sua capacidade de produzir valor. Partindo da lógica que a principal finalidade do capitalismo é criação de lucro e que esse lucro se dá pela exploração do trabalho.

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional. Não se trata, portanto, de modo nenhum de uma relação de duas grandezas entre si independentes – de um lado, a grandeza do capital e, de outro, o tamanho da população trabalhadora –, mas antes, em última instância, da relação entre os trabalhos não pago e pago da mesma população trabalhadora (Marx, 2013, p. 843).

Ao pensar na produção e ampliação de mais-valor pela exploração de trabalho não-pago devemos pensar na expropriação desse trabalhador e o que é o trabalho reprodutivo se não uma imensa gama de trabalho não remunerado, realizado dentro do ambiente

doméstico, em que as mulheres servem incansavelmente, de maneira quase que ininterrupta, mas não exercem nenhum tipo de controle, posse ou autoridade sobre esse ambiente. Discutir a produção de valor pela visão do trabalho reprodutivo é entender que a principal mercadoria do capitalismo é a força de trabalho, só que ela não pode ser produzida na esfera produtiva, muito pelo contrário à sua reprodução acontece no ambiente doméstico, na família da classe trabalhadora.

Vogel (2022) identifica que a família da classe trabalhadora é o local de produção e reprodução da força de trabalho e que para a autora mesmo o trabalho doméstico não sendo um trabalho mercantilizado – para ela produz apenas valores de uso e não valores de troca – ele sustenta a dinâmica do capitalismo e que a chave do problema aqui não está no trabalho doméstico por si só, mas no seu significado para o capital.

Em outras palavras, as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, tampouco por um impulso patriarcal trans-histórico que coloca os homens contra as mulheres (embora tais atitudes, evidentemente, persistiram ao longo do tempo e do espaço). As raízes sociomateriais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica para produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração (Vogel, 2022, p. 69).

Federici (2021) fala sobre a expropriação corpo feminino e a centralidade do trabalho reprodutivo com a destinação das mulheres para a procriação humana, garantindo assim a reprodução da mão-de-obra trabalhadora e a responsabilização pelos cuidados com a reprodução social dos trabalhadores.

Descobrir a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação do capital também fez emergir a questão de como seria uma história do desenvolvimento capitalista se observada não do ponto de vista da formação do proletariado assalariado, mas do ponto de vista de cozinhas e quartos em que a força de trabalho é produzida em termos diários e geracionais.

A necessidade de uma perspectiva de gênero sobre a história do capitalismo – para além da “história das mulheres” ou da história do trabalho assalariado – foi o que me levou, entre outras coisas, a repensar o retrato feito por Marx da acumulação primitiva e descobrir as caças às bruxas dos séculos XVI e XVII como momentos fundadores da desvalorização do trabalho das mulheres e da ascensão de uma divisão sexual do trabalho especificamente capitalista (Federici, 2021, p.82).

Por isso, para a autora, não é possível falar sobre produção de valor e reprodução social da força de trabalho sem falar sobre o controle dos corpos femininos. Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação do trabalho. Neste sentido, é bem-merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos – maternidade, parto, sexualidade -, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres (Federici, 2017).

Com o entendimento de que o trabalho reprodutivo e o corpo passam a ser cruciais para a manutenção do capitalismo, Federici (2017) fala como a capacidade feminina de procriação se converteu em um meio de exploração em massa das mulheres. Todo o saber que era passado de geração em geração a respeito do conhecimento do corpo foi sendo destruído em nome do capital. A autora pontua sobre algumas formas de controle e coerção que as mulheres passaram a enfrentar neste período para garantir a reprodução biológica de novos trabalhadores, dentre elas podemos destacar: mulheres começaram a ser processadas por aborto e infanticídio; a entrada de homens nos partos, como forma de fiscalização; prioridade à vida do feto à vida materna. A maternidade transformou-se então em um trabalho obrigatório, mulheres foram esvaziadas de sua humanidade e ganharam a imagem de úteros a serviço do Estado e em prol da acumulação capitalista. “Produzir filhas e filhos para o Estado” é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho” (Federici, 2017).

A questão da reprodução biológica no trabalho reprodutivo é de interesse do capitalismo também pelo fato de que a garantia de novos trabalhadores é o que mantém também o que conhecemos por exército industrial de reserva, uma vez que, pela imensa gama de trabalhadores desempregados, as questões envolvidas como salário e pauperismo, permite ao capitalista ter o domínio completo das relações, conseguindo assim organizar e ampliar sua lucratividade. A existência de um enorme contingente de desempregados permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo. Trata-se de um poderoso instrumento para que o capitalista incremente a exploração da força de trabalho – pode-se afirmar que, grosso modo, “os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (id., p.204).

A existência do exército industrial de reserva cumpre mais que essa importantíssima função; por exemplo, ela oferece ao capital um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento, recrutado para um ramo de produção que experimenta uma conjuntura favorável até mesmo deslocado geograficamente, em processos migratórios, inclusive para atender a demandas de empreendimentos capitalistas temporários. Assim, se esse exército industrial de reserva inicialmente resulta da acumulação capitalista, torna-se em seguida indispensável ao prosseguimento dela; por isso mesmo, constitui um componente ineliminável da dinâmica capitalista (Netto, 2012, p. 147).

É indispensável que o capitalismo crie e imponha condições para a manutenção da classe trabalhadora, como diz Netto (2012) “a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários”. Nesta nova ordem social o controle do corpo feminino e de todo o saber acumulado ao longo dos anos foi parte central para a consolidação do Modo de Produção Capitalista, uma vez que, o disciplinamento da classe trabalhadora não condizia mais com as antigas formas de sociabilidade. Não por coincidência que o chamado Caça às bruxas é contemporâneo a esse momento.

A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social. Neste sentido, de um modo similar ao ataque contemporâneo à “cultura

popular” e ao “Grande Internamento” de pobres e vagabundos em hospícios e workhouses [casas de trabalho], a caça às bruxas foi um elemento essencial da acumulação primitiva e da “transição” ao capitalismo (Federici, 2017, p. 294).

## Breves Considerações

Muitos são os debates acerca deste tema, no mundo contemporâneo, discussões sobre maternidade, exaustão feminina e sobrecarga doméstica, fomentados de forma especial pelo avanço de movimentos feministas, que condensam o retrato da história humana que é a história da luta de classes, onde através do acesso das mulheres aos espaços de estudo e poder, foi possível inserção da temática feminista em pautas políticas e sociais, ampliando o alcance dela. Entretanto, para que esse debate seja efetivamente consolidado de forma séria e capaz de propor mudanças concretas na sociedade é preciso ir além do que se vê e entender que essas aparências escondem uma discussão ainda mais profunda que é a exploração do trabalho por meio do capital, aqui com destaque a exploração do trabalho reprodutivo realizado por mulheres. Sendo assim, o nosso principal intuito foi mostrar que a apropriação da força de trabalho feminina é um elemento constituinte do modo de produção capitalista, as questões enfrentadas pelas mulheres têm uma razão de ser e fazem parte de um processo histórico que invisibilizou, subalternizou, explorou e controlou o trabalho e o corpo feminino em todos os níveis e vem se apresentando de diferentes maneiras durante os processos históricos e pensar no trabalho reprodutivo como uma categoria de exploração, para além de atual é profundamente necessário, ainda que o capitalismo se mascare e reinvente com muita excelência em suas formas de ser, a existência do modo de produção só se sustenta pela exploração do trabalho e os impactos dessa exploração sempre recaem com mais força na vida das mulheres.

Identificar o trabalho reprodutivo e as atividades de reprodução social e biológica como centrais é o que nos permite questionar qualquer outra pauta que apareça na luta feminista. Entender que mulheres estão desde os primórdios na responsabilização pelo cuidado, pela geração de novos trabalhadores, nos cuidados desses trabalhadores, sejam eles seus filhos, seus maridos, que é no ambiente doméstico que toda uma gama de trabalho não-pago sustenta relações de opressão de classe e gênero.

Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo tempo que trata o dinheiro como essência e finalidade supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação – não apenas para os proprietários do capital, mas também para trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas (Arruzza, 2019, p. 52).

Isso significa que as transformações societárias ao longo dos séculos modificaram a forma que o capitalismo se apresenta no mundo, foram profundas e intensas transformações políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, sociais, religiosas, inúmeros eventos que revolucionaram a dinâmica das relações sociais, não mudaram a lei que rege o modo de produção capitalista, a acumulação de capital por meio da contradição capital x trabalho.

A centralidade do trabalho consequentemente a exploração do trabalho reprodutivo segue sendo sustento das relações capitalistas, mesmo que marcada por esses séculos de transformação e de forma mais recente pela reestruturação produtiva e a chamada globalização econômica, e a ideia de trabalho apareça cada vez mais mistificada, em razão de um neoliberalismo desenfreado que impacta diretamente nas relações sociais humanas.

## Referências

ARRUZZA, Cinzia, 1976 – **Feminismo para os 99%: um manifesto** / Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcio**. Lisboa: Combate, 2010.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil** / Mirla Cisne. - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** / Silvia Federici. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e a luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 41. ed. - São Paulo: Cortez 2014.

KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena. et al. [Org.] **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Unesp, 2009.

MARX, Karl. **O Capital (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TENORIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção: entre a polícia e as políticas**. Campinas: Papel Social, 2018.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

# MULHERES REFUGIADAS E A PRECARIZAÇÃO DA INSERÇÃO LABORAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Marisa Andrade  
Lília Guimarães Pougy

## Introdução

O presente capítulo é resultado de pesquisa da tese de doutorado intitulada, “Mulheres Refugiadas x Mercado de Trabalho: análise da inserção nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo”, defendida no programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, sob a orientação da Profa. Dra. Lília G. Pougy.

Neste artigo apresenta-se parte da pesquisa de campo realizada na cidade do Rio de Janeiro no período de 2017 a 2020, anos em que se vivenciou mais intensamente o cotidiano das refugiadas por meio de visitas em suas residências e em seus locais de trabalho. Isso permitiu aplicar à totalidade da amostra o “formulário do google” e realizar entrevistas com algumas selecionadas.

Vivenciou-se ainda um longo período de resistência e sobrevivência ao vírus Sars-CoV-2, aos constantes ataques da classe burguesa contra a classe trabalhadora, com o total apoio da maioria governista, os políticos, o judiciário, os negacionistas, entre outros.

A referida pesquisa teve por mote central analisar a inserção de mulheres refugiadas, provenientes do continente africano no mercado de trabalho carioca e paulistano, considerando-se o tipo e as condições dessa inserção, como por exemplo: inclusão/exclusão no mercado de trabalho; formação/profissionalização/qualificação para a promoção da inserção; condições e formas de inserção (formal ou informal); precarização da inserção; inserção terceirizada; com qual remuneração e se ela lhes possibilitava condições dignas de sobrevivência, além de outras formas de informalização do trabalho como expressão da “modernização trabalhista”.

Outra questão que desencadeou o interesse desta pesquisadora na execução da pesquisa, refere-se ao que se considera como o maior desafio do deslocamento forçado além fronteiras da pessoa refugiada, que recai no reconhecimento efetivo de direitos humanos e fundamentais do sujeito refugiado pelo Estado-nação que o acolhe, haja vista que o sistema capitalista, cujo modelo de inserção se pauta na dialética exclusão integrativa precarizada, em que o sistema inclui seletivamente e promove exclusão em massa dos sobrantes, de fato disfarça suas práticas seletivas mediante procedimentos e ações pautadas em discursos “humanitários” e práticas assistencialistas, as quais perpetuam o mesmo modelo pseudoinclusivo.

A partir dessa realidade, optou-se por realizar, além da discussão teórica acerca da questão, uma investigação mais aprofundada sobre o tema, mediante pesquisa de campo, efetivada junto a esse grupo social com a aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas, tendo como foco a condição de vida e de sobrevivência da mulher refugiada na cidade do Rio de Janeiro, a partir da sua inserção no mercado de trabalho carioca.

Como subsídio à pesquisa de campo, realizou-se contatos com profissionais de



instituições que prestam atendimento direto a essas mulheres, tais como: o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

Na rede pública de atendimento contactou-se, na cidade do Rio de Janeiro, com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), além da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH-RJ). Nesses contatos, efetivados com a rede pública e privada de atendimento, buscou-se levantar os atendimentos, encaminhamentos e a existência de políticas públicas direcionadas às mulheres refugiadas.

Essas instituições auxiliaram com informações e dados para o contato com as investigadas, o que possibilitou selecionar uma amostra representativa de 45 mulheres refugiadas residentes na cidade do Rio de Janeiro.

Tomou-se por base, a fim de subsidiar a análise dos dados, a discussão crítica sobre a atual conjuntura no mundo do trabalho e os constantes dismantelamentos dos parques direitos trabalhistas, desenvolvendo a seguinte reflexão: a crise estrutural do capital, em escala global, provocou as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, tendo como consequência as mudanças nas relações e condições de trabalho, tudo em prol da satisfação dos interesses do capital, tendo em vista a acumulação de capital, isto é, um maior acúmulo de mais-valor. Esse processo resulta em mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, com a flexibilização trabalhista, das relações de trabalho e retiradas dos direitos trabalhistas, que tem produzido, de forma inequívoca, a precarização do trabalho via terceirização, subcontratação, trabalho intermitente, trabalho temporário, trabalho uberizado e sem vínculo formal, suprimindo direitos trabalhistas historicamente e arduamente conquistados pela classe trabalhadora.

A flexibilização do trabalho no século XXI, determinada por interesses do capital no mundo globalizado ultraneoliberal<sup>1</sup>, produziu a informalização e precarização do trabalho, legalizada e regulamentada no Brasil pelo novo arcabouço flexível da legislação trabalhista. A nova terceirização brasileira, regulamentada por meio da Lei nº 13.429 de 2017 e pela Lei nº 13.467 de 2017, nova Reforma Trabalhista, assim como pelas demais medidas provisórias do governo Bolsonaro, apresentadas como expressão da “modernização trabalhista”, são mecanismos do Estado ultraneoliberal brasileiro de dominação capitalista e precarização social do trabalhador, que atingem toda a classe trabalhadora, a despeito de fazê-lo de forma diferenciada e hierarquizada (Antunes, 2015; 2018; 2019).

---

<sup>1</sup> O termo ultraneoliberal (e suas derivações conceituais) fundamenta-se nas definições de autores que enfatizam ser este uma radicalização do neoliberalismo, marcado pela financeirização do capital, pela reestruturação produtiva global e por contrarreformas redutoras de direitos sociais, como consequência da crise estrutural do capital de 2008. Essa nova fase radical da contrarrevolução neoliberal tem como finalidade precípua o desmonte dos direitos sociais e da legislação do trabalho, com o fito de privatizar tudo o que ainda resta de empresa estatal, preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil, além de implementar a flexibilização total das relações de trabalho e a terceirização de tudo. Ver a esse respeito: ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.; BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes (org.). Políticas Sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia (MG): Navegando Publicações, 2020.

Nesse contexto neoliberal de desmonte da legislação trabalhista e do consequente desmanche dos direitos trabalhistas, que ocasionou retrocessos à classe trabalhadora, estão inseridas as trabalhadoras imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas, que além de se constituírem mais desfavorecidas globalmente e localmente, são objetivamente as mais exploradas da classe trabalhadora, razão pela qual necessitam de políticas públicas efetivas e concretas que de fato lhes possibilitem o acesso aos direitos básicos, permitindo-lhes condições dignas de trabalho, vida e sobrevivência, previstos nas normas e legislações nacionais e internacionais das quais o Brasil é signatário<sup>2</sup>, além da “Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias”<sup>3</sup>, não ratificada pelo Brasil até o presente.

O desmantelamento dos direitos trabalhistas atinge potencialmente os grupos sociais mais desprotegidos legalmente, assim como os menos qualificados profissionalmente, dos quais as imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas fazem parte, em especial as partícipes deste estudo, provenientes do continente africano, haja vista comporem um dos grupos mais precarizados, constituídos por trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho. A reestruturação trabalhista de 2017 impactou, impacta e impactará ainda mais nas condições e modos de trabalho, nas formas de contratação, nos tipos de inserção, nos ganhos salariais e outros fatores que afetaram diretamente as refugiadas investigadas, refletindo-se nas suas condições de vida e sobrevivência.

Assim, estruturou-se este artigo em seções, as quais visam expor e pormenorizar a pesquisa realizada, denominadas: Caracterização dos refugiados na cidade do Rio de Janeiro; Ação do poder municipal para os refugiados; apresenta-se ainda, parte do diagnóstico com os resultados da pesquisa de campo, dados coletados a partir do questionário aplicado às mulheres refugiadas advindas do continente africano, que à época residiam nas favelas, subúrbios e periferias da cidade do Rio de Janeiro. A coleta dos dados ocorreu durante o período de 2017 a 2020.

Para esse levantamento aplicou-se em 2020 um questionário, que em razão da crescente contaminação do vírus Sars-CoV-2, impossibilitou esta pesquisadora de estar pessoalmente com as mulheres refugiadas no Rio de Janeiro. Assim, foi encaminhado aos grupos de pessoas refugiadas um link<sup>4</sup>, contendo o questionário, juntamente com um Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE). Solicitou-se das informantes o preenchimento do formulário do Google e o contato, e dessa forma realizou-se a aplicação

---

<sup>2</sup> O Brasil é signatário das Convenções n<sup>o</sup> 97, 113 e 148 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para trabalhadores migrantes, além da Declaração de Nova York para refugiados e migrantes de 2016 (ACNUR, 2016).

<sup>3</sup> A “Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias” foi promulgada em 18 de dezembro de 1990, porém só entrou em vigor em 01 de julho de 2003. Em 2009 o presidente Lula da Silva assinou a referida Convenção e a encaminhou para o Congresso Nacional a fim de ratificá-la, porém até o presente (2023) isso não ocorreu. A maioria dos países da América Latina já ratificaram, exceto o Brasil. Ver a esse respeito: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Criada a Comissão Especial sobre a Convenção das Nações Unidas para a proteção a Trabalhadores Migrantes e seus Familiares. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/criada-comissao-especial-sobre-a-convencao-sobre-trabalhadores-migrantes>. Acesso em: 12 nov. 2022.

<sup>4</sup> LINK. Questionário disponibilizado para as mulheres refugiadas na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1SRQOBN-2aVRBjyEokzKhcudbgYx0GY1VjCEZu-PbLQ/edit#responses>. Acesso em: 23 abr. 2020.

do questionário às 45 refugiadas, que o responderam. Finalmente, apresenta-se as considerações advindas dos resultados deste estudo.

## **Caracterização dos refugiados na cidade do Rio de Janeiro**

A população refugiada<sup>5</sup> existente na cidade do Rio de Janeiro é composta por 3.500 pessoas de 73 nacionalidades (SMASDH, 2022). Segundo relatos das entrevistadas, por meio da pesquisa de campo, algumas partícipes informaram que o motivo de sua vinda para o Brasil se deu em razão dos constantes conflitos armados, perseguição política, perseguição religiosa, perseguição étnica, busca por uma vida melhor, assistência médica, educação escolar gratuita, qualificação profissional, trabalho assalariado, entre outras.

Esse grupo está inserido, em sua maioria, no comércio ambulante, atuando especialmente na região central da cidade, sem nenhuma segurança social, sem vínculo empregatício, dependendo tão somente de sua própria sorte.

Em relação aos locais de moradia, encontram-se distribuídas pelos diversos espaços da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo nas favelas, subúrbios, periferias, e um pequeno grupo está localizado na região central, ocupando os cortiços. Essa distribuição habitacional dispersa gera dificuldades a esse grupo social, uma vez que ocasiona desmobilização destes em relação à sua organização política no espaço urbano. Em termos práticos, significa ausência ou pouco contato para realização de reuniões, encontros, enfim, momentos que poderiam agregar força para lutarem por melhores condições de vida.

Conforme destacado pela maioria das mulheres refugiadas partícipes da pesquisa, os espaços que mais agregam esses grupos são: a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro; a Paróquia Santa Cecília em Botafogo (RJ) e a Congregação dos africanos da Assembleia de Deus – Igreja dos Africanos em Brás de Pina (RJ). Segundo as refugiadas, esses espaços servem de ponto de encontro para as pessoas recém-chegadas ao Brasil, reencontro entre aqueles que já estão há mais tempo na cidade e como espaço de reflexão e busca de apoio para resoluções de suas diversas demandas.

## **Ação do poder municipal do rio de janeiro para os refugiados**

Aqui, trata-se das ações do poder público municipal, voltado para a população refugiada e imigrante na cidade do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 2016 a 2022. Fazer essa investigação requereu muito tempo de buscas, pois muitas informações não estavam disponíveis e há pouca disponibilidade de dados públicos sobre a população refugiada.

Destaca-se, que a atuação da prefeitura, por meio de políticas públicas voltadas a esse grupo social, é quase inexistente diante das necessidades desse público e frente às obrigações de um órgão público. As ações realizadas ocorrem de forma pontual. Observou-se que a partir de 2022 a prefeitura desenvolveu algumas iniciativas voltadas para esse grupo social.

---

<sup>5</sup> Os dados mais pormenorizados da população refugiada feminina serão apresentados na subseção da Análise dos Dados.

Na área da saúde, por exemplo, em parceria com a Cáritas Arquidiocesana do Rio, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS)<sup>6</sup> realiza as chamadas “Feiras de Saúde”<sup>7</sup>. A Secretaria também lançou um livro intitulado “Recomeço”<sup>8</sup>, resultado das experiências de profissionais da saúde no atendimento aos refugiados. Em relação a outros atendimentos nessa área estão disponíveis para esse grupo as mesmas ações, mutirões e campanhas de acesso à população carioca em geral nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Clínicas da Família, por meio dos atendimentos realizados pelo programa de “Atenção Primária em Saúde” (APS).

Em virtude da atuação da Cáritas junto a esse grupo social, a SMS convidou profissionais da instituição para desenvolverem oficinas de capacitação para os profissionais da saúde, referente às especificidades dos diversos grupos que compõem a população refugiada, tanto na questão do idioma, quanto nas questões culturais, religiosas, entre outras.

Referente à pandemia, ocasionada pelo SARS-CoV-2, registra-se que a população refugiada acessou as ínfimas informações e obteve os mesmos atendimentos que a prefeitura disponibilizou à população brasileira. A situação dos refugiados só não foi pior em razão do apoio da Cáritas, que mesmo com poucos recursos prestou assistência financeira a quantos pode. Contribuiu com cestas básicas, doação de máscaras, álcool em gel, e a todos disponibilizou o teleatendimento, conforme vasta orientação em sua página. Não se tem registro preciso de quantos refugiados morreram, mas por meio dos contatos das partícipes da pesquisa estima-se que foram muitos, haja vista os relatos das informantes que disseram ter conhecido pessoas ou parentes que perderam a vida em decorrência da contaminação do vírus SARS-CoV-2.

Na área da Educação<sup>9</sup>, enquanto ação específica voltada a esse público, encontrou-se o registro da Deliberação nº 28, de 29 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Educação, atualizada pela Deliberação nº 32 de maio de 2019. O referido documento delibera sobre,

Procedimentos para atendimento aos refugiados no Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, atualizada pela Deliberação E/CME Nº 32, de 30 de maio DE 2019. Estabelece normas para matrículas, emissão de documentos escolares e reposição de atividades pedagógicas, nos casos que especifica, para alunos da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. (Deliberação E/CME nº 32, de 30 de maio de 2019. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal da cidade do Rio de Janeiro).

Entende-se que a referida Deliberação auxiliou no acesso desse público à rede municipal de educação. Observa-se que esse documento orientou os profissionais sobre os procedimentos básicos no ato da matrícula em relação à documentação e outros

---

<sup>6</sup> Secretario destaca a parceria entre a SMS e a Cáritas Arquidiocesana. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=7401475>. Acesso em: 27 dez. 2022.

<sup>7</sup> Cáritas RJ realiza Feira de Saúde. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/feiradesauden5.html>. Acesso em: 27 dez. 2022.

<sup>8</sup> Livro Recomeço, aborda a experiência da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro no atendimento aos refugiados. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=7401475>. Acesso em: 27 dez. 2022.

<sup>9</sup> A experiência de imigrantes e refugiados nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/13816-a-experi%C3%Aancia-de-imigrantes-e-refugiados-nas-escolas-municipais-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 28 dez. 2022.

encaminhamentos que se fizeram necessários para a garantia do acesso à educação. Esse documento assegurou que, no caso de ausência de determinado documento, a matrícula deveria ser efetuada, conforme disposto no Art. 2º do inciso 1º: “Em hipótese alguma a matrícula será negada por falta dos documentos previstos nos incisos I, II e III, entre outras providências”.

Por meio da pesquisa de campo, a partir do contato com profissionais que atuam nessa área, constatou-se que algumas escolas que têm em seu corpo discente refugiados e imigrantes, por uma questão de sensibilização de um ou outro profissional, realizam algum tipo de ação para integrar essas crianças, mas não há um programa da Secretaria Municipal que oriente ou determine as ações.

Outra constatação da pesquisa, relatada pelas partícipes, insere-se na ausência de vagas para crianças em idade da Educação Infantil (creche), realidade confirmada pela Defensoria Pública<sup>10</sup>, que em 2022 se manifestou sobre essa matéria por meio de um Relatório, no qual aponta a falta de vagas em creches, inclusive ressaltou que tal demanda é antiga na cidade,

Não se trata, portanto, de uma demanda nova, que exigiria da Prefeitura do Rio de Janeiro a adoção de medidas inesperadas. Ao contrário, a ausência de investimentos na área é algo que poderia ter sido suprido ao longo dos anos. (Defensoria Pública; D.O. Estado do Rio de Janeiro, 2022).

Essa persistente demora do ente público municipal em ofertar vagas em creches atinge diretamente as condições de vida dessa população, em especial da mulher refugiada e de seus filhos, haja vista esta não dispor de nenhuma rede de apoio de sua confiança para deixar os filhos em idade de creche, impossibilitando-a de realizar outras atividades que pudessem auxiliá-la, tanto em sua própria integração social, quanto na sua inserção no mercado de trabalho.

Na área do trabalho, segundo informações disponibilizadas no site da Prefeitura, as ações efetivadas ocorreram a partir de 2022, a exemplo da parceria entre a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda<sup>11</sup>, juntamente com a organização não governamental Recode e a Universidade Stanford, juntas criaram o Centro de Empregabilidade, localizado em três comunidades: Cidade de Deus, Campo Grande e no Jacarezinho, cujo objetivo foi o de capacitar os refugiados para o empreendedorismo. A esse respeito ainda não se tem informações sobre os resultados dessas ações.

Outra ação, esta pontual, foi realizada pela Secretaria Municipal Especial de Cidadania, que promoveu entre os dias 20 e 25 de junho de 2022 o evento “Refúgio em Foco”, o qual ofertou diversos serviços, entre eles o “Balcão de Empregos”, que viabilizou entrevistas de emprego, encaminhamentos para entrevistas e cursos profissionalizantes nas redes parceiras.

---

<sup>10</sup> Relatório: Perfil das pessoas atendidas pela Defensoria Pública na busca por vaga em creches no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/18184-Relatorio-da-DPRJ-revela-dificuldade-em-conseguir-vagas-em-creches>. Acesso em: 28 dez. 2022.

<sup>11</sup> A ONG Recode, Prefeitura do Rio e Universidade Stanford se unem para criar soluções de empregabilidade em comunidades da cidade. Disponível em: <https://prefeitura.rio/trabalho-e-renda/recode-prefeitura-do-rio-e-universidade-stanford-se-unem-para-criar-solucoes-de-empregabilidade-em-comunidades-da-cidade/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Na área da Assistência Social, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), em 2019 esta Secretaria lançou o “MigraRio” - Protocolo de Atendimento no Âmbito do SUAS aos Refugiados, Solicitantes de Refúgio e Migrantes<sup>12</sup>, como um mecanismo para direcionar e organizar o acolhimento e assistência às populações refugiadas e migrantes, por meio das unidades públicas estatais e não governamentais da rede socioassistencial na cidade do Rio de Janeiro.

Para a construção do Protocolo “MigraRio”, a SMASDH se pautou no documento chamado “O Papel da Assistência Social no Atendimento aos Migrantes”, da Secretaria Nacional de Assistência Social (2016), o qual, entre outras determinações, disciplinou sobre as responsabilidades dos entes federados em relação ao atendimento dos refugiados e migrantes.

O documento “MigraRio” destacou as competências específicas do Município e referendou a necessidade do trabalho multidisciplinar e intersetorial de esforço conjunto entre as subsecretarias, a fim de avançar no planejamento das ações de políticas públicas e estabelecer os fluxos de atendimentos efetivos e qualificados aos refugiados, migrantes e suas famílias no município do Rio de Janeiro. Também estabeleceu que a efetivação do disposto no Protocolo é de responsabilidade da Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH), a qual deve acompanhar as atividades e ações desenvolvidas, fazer as articulações intersetoriais com toda a rede socioassistencial pública e privada, assim como com as Intersecretarias e com órgãos internacionais, a exemplo: ONU, OIM, entre outros. A SUBDH também coordenará os estudos de casos dos acolhidos no Programa de Interiorização<sup>13</sup>.

Em 2022 observou-se diversas ações da Prefeitura do Rio de Janeiro, voltadas para a assistência tanto de refugiados, quanto de imigrantes, dentre as quais, destacam-se:

- O Decreto Rio nº 50.187 de 2022, que criou o Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro (COMPAR - Rio), de responsabilidade da Coordenação de Direitos Humanos da Secretaria de Cidadania, segundo informações da pasta, além das diversas secretarias que compõem o comitê, incluídos a Cáritas e o Acnur.

- O Decreto 50.274 de 2022, que institui o Programa de Auxílio ao Refugiado, que tem por objetivo garantir, em caráter temporário, recursos para refugiados que tenham sofrido violência em razão de sua condição.

---

<sup>12</sup> MIGRARIO. Protocolo de Atendimento no Âmbito do SUAS aos Refugiados, Solicitantes de Refúgio e Migrantes. Disponível em: <https://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/protocolo-migrario/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

<sup>13</sup> Em 2018, com o aumento do fluxo migratório dos venezuelanos para Roraima, o governo brasileiro precisou adotar medidas para melhorar as condições de vida de venezuelanos que buscavam o Brasil como refúgio. Com vistas ao atendimento a essa demanda foi criado o Programa de Interiorização, que consistia em levar esses migrantes, para outras cidades do país, onde eles poderão ter novas oportunidades de vida e de trabalho, sendo a cidade do Rio de Janeiro uma das capitais incluídas.

Viabilizado pelo governo federal e pela Organização das Nações Unidas (ONU), o processo de interiorização visava transportar por meio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), migrantes que optaram por ficar no Brasil. Para viabilizar a acolhida deles, foram garantidas vagas em abrigos de prefeituras, governos estaduais e na sociedade civil através do estabelecimento de convênios. Antes do deslocamento, todos são imunizados em relação a doenças como sarampo, caxumba, rubéola, febre amarela, difteria, tétano e coqueluche. Os venezuelanos passam por regularização migratória junto à Polícia Federal, seja por meio de solicitação de refúgio ou de residência temporária. (MIGRARIO - Protocolo de atendimento no âmbito do SUAS aos refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes no Município do Rio de Janeiro. SMASDH, 2019, p. 11-12).

A prefeitura e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) assinaram acordo de cooperação para apoiarem o Município no avanço das políticas públicas para a população migrante e articular ações conjuntas que ajudem a proteger, acolher e integrar essas pessoas. Essas políticas, uma vez criadas, certamente serão extensivas aos refugiados.

Um exemplo de boas iniciativas foi realizado por meio da atividade “Feira de Emprego” (2022), desenvolvida em parceria desses agentes, com apoio da Cáritas do Rio, sob coordenação da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, que desenvolveu atividades, além de cadastrarem migrantes e refugiados na plataforma “Emprega Rio”, que oferece acesso a vagas de trabalho.

Em dezembro de 2022 os vereadores da cidade do Rio de Janeiro aprovaram a Lei nº 7.730 de 2022, que institui princípios e diretrizes para a Política Municipal de Proteção dos Direitos da População Migrante e Refugiada.

No ano de 2023 a cidade do Rio de Janeiro fez parte da edição dos “Indicadores de Governança Migratória Local”, ferramenta que contribuirá para a visibilização das ações desenvolvidas pelo ente Municipal, cujo objetivo é a implementação de políticas de migração, de forma planejada, resultando em implementações efetivas e bem gerenciadas. Espera-se que os governantes utilizem efetivamente essa ferramenta em prol da construção de ações voltadas à população migrante e refugiada.

Destaca-se ainda, a inauguração do “Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI–RIO)”, localizado no prédio do Mercado Popular Leonel de Moura Brizola, na Gamboa, destinado ao apoio de refugiados, imigrantes e apátridas recém-chegados ao Rio de Janeiro, com a oferta de diversos serviços, entre eles a “Moradia Emergencial e Provisória”.

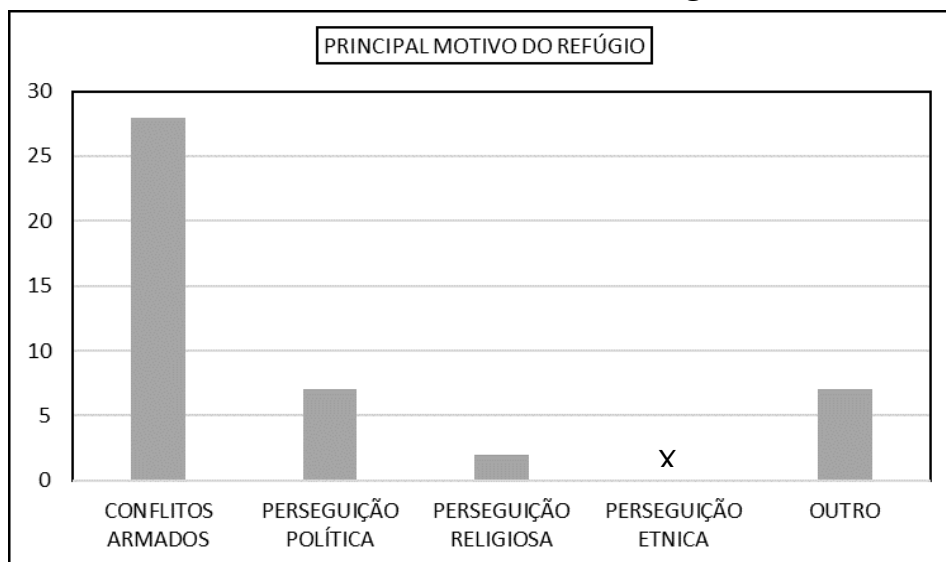
A partir do panorama supracitado sobre as políticas públicas voltadas para as/os refugiadas/os, e do relato sobre como o Município efetiva e viabiliza a acolhida e a inserção desse grupo social nos territórios em que estão inseridas/os na cidade do Rio de Janeiro, observou-se que o referido Município possui algumas políticas públicas importantes para esse público, porém estas são pouco efetivas visto que sua oferta é limitada, isto é, podem ser ampliadas e mais bem distribuídas na cidade.

Na seção a seguir, apresenta-se parte do diagnóstico com os resultados da pesquisa de campo, os dados coletados junto às mulheres refugiadas do continente africano na cidade do Rio de Janeiro.

## **A inserção de mulheres refugiadas no mercado de trabalho carioca: diagnóstico e resultados da pesquisa de campo**

Nesta seção, a partir da pesquisa de campo, apresenta-se a análise dos dados que permitiu identificar as condições de vida e de inserção no mercado de trabalho das informantes na cidade do Rio de Janeiro. O Gráfico 01, a seguir, apresenta os principais motivos do refúgio, que forçaram as investigadas da pesquisa a fugirem de seus países.

**Gráfico 01 – Motivo do refúgio**

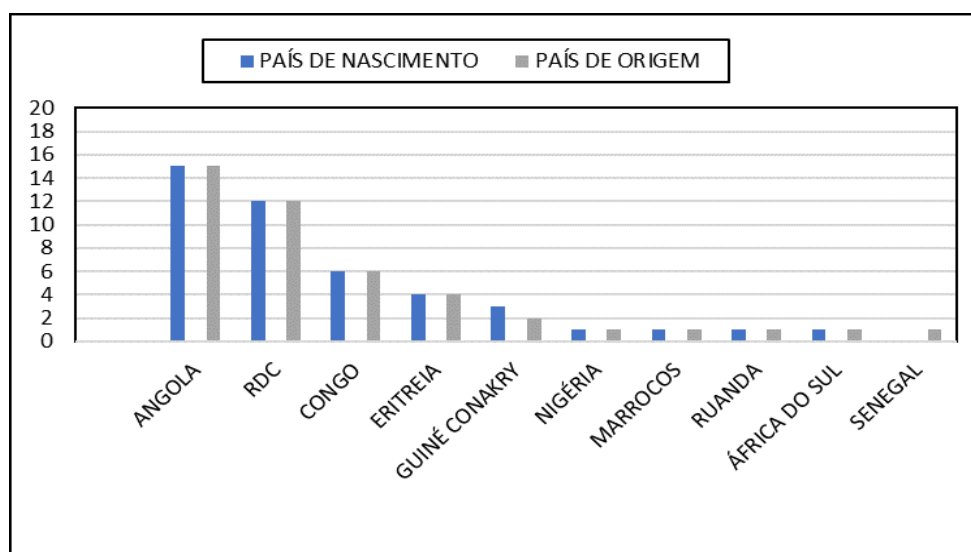


Fonte: Elaboração da autora (2020). Nota: “X” significa valor nulo.

Das 45 entrevistadas, 64% declararam que os conflitos armados forçaram sua saída do país, outras 16% informaram que sua fuga ocorreu em razão de perseguição política, 16% responderam que outros motivos provocaram a fuga e 4% disseram que fugiram em razão de perseguição religiosa.

Ainda em relação ao perfil das refugiadas, levantou-se o país de nascimento e o país de origem. Nesta questão, buscou-se identificar, além da nacionalidade das refugiadas residentes na cidade do Rio de Janeiro, a origem do grupo ao fugir, a fim de descobrir se saíram direto dos seus países de origem ou se fugiram para outro país intermediário antes de chegarem ao Brasil. No Gráfico 02, apresenta-se os dados referentes à esta questão.

**Gráfico 02 – País de nascimento e país de origem**



Fonte: Elaboração da autora (2020).



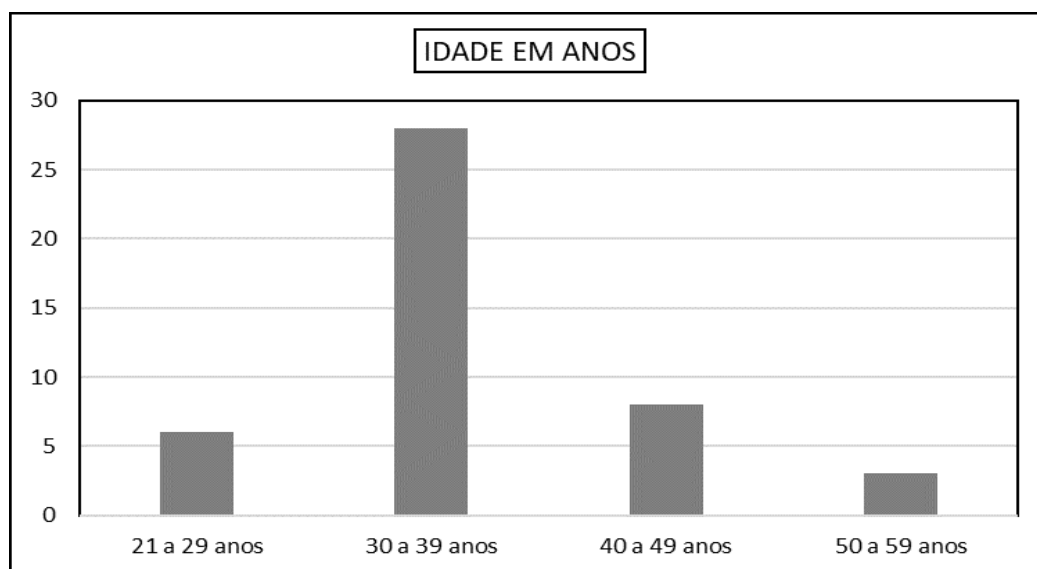
Nesse quesito, detectou-se que das 45 pesquisadas, 35% das refugiadas eram procedentes de Angola, 27% da República Democrática do Congo (RDC), 13% do Congo, 9% da Eritreia, 6% de Guiné Conakry, além de 8% provindas de outros países, dos quais pode-se identificar: Nigéria, Marrocos, Ruanda e África do Sul. Além dos dados supracitados, também se detectou que 2% do grupo encontrava-se em outro país antes de vir para o Brasil, proveniente de Guiné Conakry.

Os dados também revelaram que as refugiadas, em sua maioria, fugiram de seu próprio país para o Brasil sem passar por outros países. Ainda em relação à esta questão, mediante contatos posteriores por telefone, a maioria das informantes contatadas relataram que vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor, pois foram informadas, por atravessadores, pastores, entre outros, que o Brasil é um país onde não há conflitos e perseguições, diferentemente de seus países de origem.

Essas mulheres relataram também que desejam uma nova vida que lhes permita viver em segurança, no intuito de alcançarem estabilidade social e econômica, de modo que possam resgatar os demais membros da família das situações de conflitos e de miséria, que abandonaram. Portanto, elas trazem “na bagagem” a esperança de um dia reaproximarem toda a família novamente, oferecendo-lhes melhores condições de vida e de sobrevivência.

Compreender as causas dos deslocamentos forçados é fundamental para proceder à uma análise correta da conjuntura dos crescentes fluxos de pessoas, obrigadas a fugir de seus países. O Gráfico 03, identifica a faixa etária do grupo pesquisado.

**Gráfico 03 – Idade das mulheres refugiadas em anos completos**



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Conforme apresentado no referido Gráfico, dividiu-se o grupo em quatro faixas etárias, todos pertencentes à faixa etária de trabalhadoras em idade ativa (PIA), isto é, aptas à inserção no mercado de trabalho. O Gráfico 3 demonstra que o grupo das partícipes da investigação, residentes na cidade do Rio de Janeiro, é majoritariamente composto por mulheres em idade ativa (PIA). A partir das respostas, detectou-se que do total das investigadas, 63% se encontravam na faixa etária entre 30 e 39 anos, constituindo-se este o grupo mais expressivo. 18% das partícipes encontravam-se na faixa etária situada entre 40 e 49 anos, 13% situavam-se

na faixa etária entre 21 e 29 anos e somente 6% das partícipes encontravam-se na faixa etária entre 50 e 59 anos.

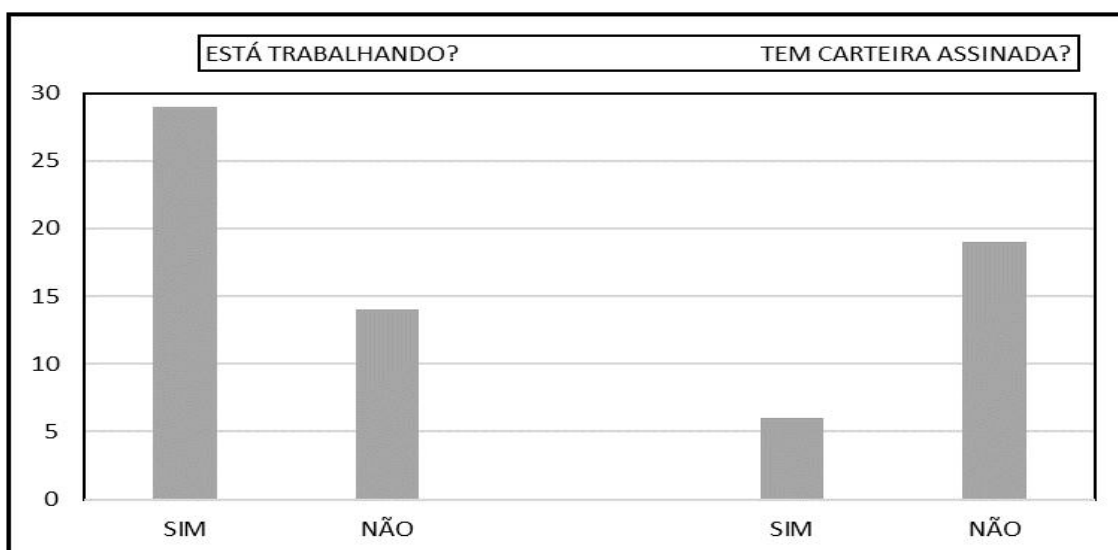
Observou-se, portanto, que todas as mulheres investigadas pertenciam ao grupo da população economicamente ativa, que na definição do IBGE (2022) enquadram-se no grupo da população em idade ativa (PIA), traduzindo para a lógica capitalista, elas são uma mão de obra com a qual o setor produtivo pode contar, ou seja, compõem o número de habitantes em idade e condições físicas para exercer algum ofício no mercado de trabalho.

Os referidos percentuais se apresentaram em conformidade com os dados apresentados pela Cáritas do Brasil no período de 2020, que registrou em seu banco de dados que 67% da população feminina refugiada, residente no Rio de Janeiro, encontrava-se com idade abaixo dos 50 anos. Estes dados, no entanto, revelaram-se diferentes dos dados apresentados pelo Relatório Anual do ACNUR, para o mesmo período identificou em nível mundial um percentual 83% de refugiadas entre a faixa etária entre 18 e 40 anos.

A presente pesquisa também detectou que entre as investigadas da cidade do Rio de Janeiro há um percentual de 63% de mulheres na faixa etária entre 30 e 39 anos e outro de 18% de mulheres refugiadas na faixa etária entre 40 e 49 anos, que somados perfazem um percentual de 81% e que constituem um grupo em idade ativa (PIA), como já afirmado, em condições de trabalhar e se inserir no mercado de trabalho carioca, como se pode observar.

A seguir, apresenta-se no Gráfico 04 as condições de trabalho formal/informal, desse grupo social.

**Gráfico 04 – Condição de trabalho - formal/informal**



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Para identificar a situação socioeconômica e as condições de vida e de sobrevivência que as refugiadas pesquisadas se encontravam, questionou-se sobre estarem ou não ocupadas, formalmente ou informalmente. Do grupo pesquisado, 64% declararam trabalhar, 31% responderam não trabalhar e 5% não responderam.

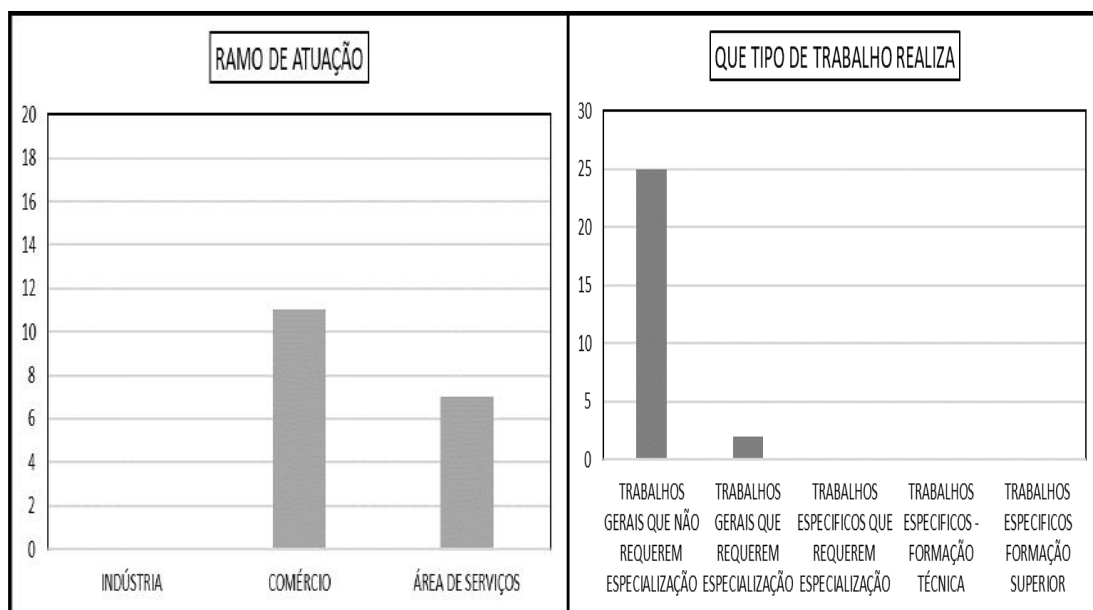
Em relação à inserção formal ou informal, isto é, com ou sem Carteira de Trabalho assinada, das 64% respondentes que informaram estar ocupadas 47% responderam trabalhar sem carteira assinada, mediante trabalho informal, e somente 17% relataram trabalhar com

carteira assinada, por meio de trabalho formal, ou seja, um percentual mínimo de refugiadas pesquisadas contam com alguma seguridade social e segurança trabalhista, enquanto que a expressiva maioria não tem carteira assinada e, portanto, não contam com nenhuma seguridade social, tampouco com qualquer segurança trabalhista.

A consequência da informalidade foi questionada nas conversas por telefone, visto que buscou-se descobrir se essas mulheres tinham consciência das implicações relacionadas à supressão de seus direitos trabalhistas, tais como: a perda do direito à aposentadoria, da seguridade social, às questões derivadas dos acidentes de trabalho, entre outros. Detectou-se que a maioria desconhece seus direitos trabalhistas, tanto as formalmente ocupadas, quanto as que atuam na informalidade, como por exemplo, as prestadoras de serviços, entre elas as trabalhadoras domésticas, faxineiras, auxiliares de limpeza, intermitentes, empacotadoras horistas, fazedoras de trança, vendedoras ambulantes, cuidadoras, serviços de beleza, como cabeleireira e manicure.

No Gráfico 05 relacionou-se o Ramo de Atuação e Ocupação das refugiadas que informaram trabalhar. A primeira ilustração refere-se ao “Ramo de Atuação” e a segunda faz referência ao “Tipo de Trabalho que Realiza”. A esse respeito importa esclarecer que as refugiadas partícipes da pesquisa detêm discernimento inadequado em relação às áreas que realizam os seus trabalhos, isto é, às suas ocupações. Elas entendem o seu “Ramo de Atuação” como o de “Comércio”, uma vez que em seus países os “vendedores ambulantes”, referentes à “Área de Serviços”, compreendem-se (erroneamente) como pertencentes à “Área de Comércio”. Em razão disso, as partícipes da pesquisa responderam os questionários a partir desse entendimento pessoal, visto que desconhecem as classificações formais dos Órgãos Estatísticos Brasileiros e Institutos de Pesquisa, como o IBGE e o IPEA.

**Gráfico 05 – Ramo de atuação e tipo de trabalho que realiza**



Fonte: Elaboração da autora (2020).

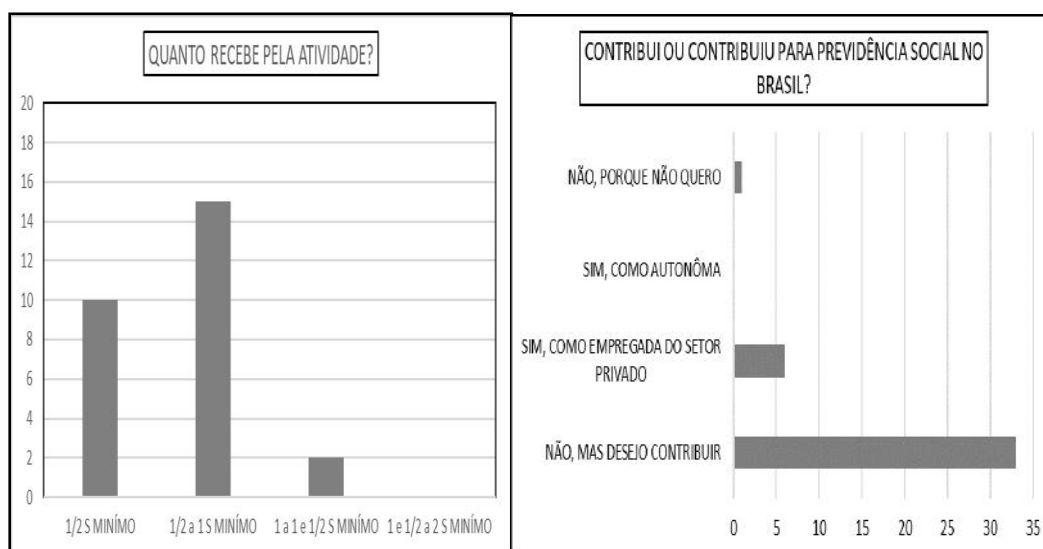
Esse Gráfico apresenta o ramo de ocupação das refugiadas, associado ao trabalho que realizam. Das 64% refugiadas partícipes da pesquisa que informaram estar ocupadas,

constatou-se, a partir do questionário, que 47% estavam inseridas na área do comércio e 17% na área de serviços. No que concerne ao tipo de trabalho realizado, 55% das respondentes ocupadas disseram que realizam “Trabalhos Gerais que Não Requerem Especialização”, e 9% informaram que realizam “Trabalhos Gerais que Requerem Especialização”.

Foi assim que as informantes relataram suas ocupações como “vendedoras” ambulantes (camelôs): “[...] a gente estende a lona no chão e vende as mercadorias na rua, [...]”, na região central no SAARA<sup>14</sup>. Mesmo as que afirmaram prestar serviço especializado, referindo-se à função de cabeleireira, também se enquadram na área de serviços. Para as funções que efetivamente requerem qualificação, nenhuma das respondentes informou estar inserida. Assim, detectou-se que 64% das informantes encontravam-se inseridas na “Área de Serviços”, conforme justificativa supracitada.

Na sequência, apresenta-se o Gráfico 06, que se refere à remuneração salarial e à contribuição social, isto é, contribuição para a Previdência Social.

**Gráfico 06 – Remuneração salarial e contribuição previdenciária**



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Conforme apresentado no Gráfico 04, das 64% refugiadas participantes da pesquisa que informaram estar ocupadas, 22% relataram auferir pelo trabalho realizado o valor de meio salário-mínimo; 40% delas responderam receber pelo trabalho efetivado entre meio e um salário-mínimo e 2% das mulheres refugiadas informaram receber entre um e um salário-mínimo e meio. Quanto à remuneração de um e meio a dois salários-mínimos, apresentada no Gráfico 06, destaca-se que nenhuma das informantes declarou receber este valor. Considerando-se o valor do Salário-Mínimo de referência à época era de R\$ 1.045,00, observa-se que as dificuldades enfrentadas por essas mulheres para a sua sobrevivência e a de seus filhos eram extremas, razão pela qual enquadram-se em condições precarizadas de sobrevivência.

<sup>14</sup> ALMEIDA, Vitor G. SAARA: 50 anos de História. Em 1962, nasceu oficialmente o SAARA: Sociedade de Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega. Embora os comerciantes já estivessem lá há décadas, ainda não havia essa organização formal. Disponível em: riosuburbano.blogspot.com. Acesso em: 21 dez. 2022.

Em relação à pergunta se as refugiadas contribuíam para a Previdência Social, observa-se que neste quesito a pergunta foi efetivada para o conjunto das 45 refugiadas informantes. Nesse sentido, 73% das mulheres declararam que não contribuíam, mas desejavam contribuir; 17% responderam que contribuíam e 10% do grupo que trabalhava com carteira assinada, empregadas no setor privado, informaram que a empresa fazia o recolhimento.

Entende-se que os baixos salários, somados à supressão de direitos, entre eles os direitos trabalhistas e os previdenciários, acarretam (e acarretarão) prejuízos ainda maiores para as refugiadas, já tão espoliadas. Estas, além de praticamente só subsistirem, quando necessitarem de amparo, não o terão, tampouco obterão amparo da Seguridade Social ou trabalhista, seja por gravidez, problemas de saúde, acidente de trabalho, aposentadoria, entre outros, visto que se encontram-se totalmente desprotegidas.

## Conclusão

Os resultados da pesquisa permitiram comprovar que a maioria das refugiadas investigadas encontravam-se na informalidade, mediante inserção no mercado de trabalho ultraprecarizadas, despossuídas de direitos protetivos trabalhistas, com baixas remunerações salariais, em condições precárias e realizando atividades precarizadas nas ruas como vendedoras ambulantes (camelô), outras, em trabalhos terceirizados, informais, temporários e intermitentes na área de serviços, como faxineiras, cabeleireiras, por exemplo.

A análise dos dados permitiu desvelar a realidade vivenciada no mercado de trabalho pelas refugiadas investigadas. A flexibilização ultraneoliberal do trabalho produziu no século XXI a informalização do trabalho, legalizado e regulamentado pela legislação trabalhista brasileira (Lei 13.429/17) como estratégia hegemônica de dominação capitalista.

Também se enfatizou a relevância social e política do tema, apresentando-se a real situação das refugiadas, enfatizando-se que a existência de leis e a ratificação das convenções internacionais sobre o refúgio, por mais avançadas que sejam, não são suficientes para modificar a realidade de exclusão vivenciada por esse grupo social no Brasil. No cotidiano dessas pessoas, detectou-se diversas precarizações vividas, tais como: na inserção no mercado de trabalho, nos salários, na falta de documentos<sup>15</sup>, nos atendimentos de saúde e educação, nas condições de moradia, nas necessidades básicas, na violação de seus direitos (expressos na Constituição Federal/88), além de outras.

Partem da negação do ser à aquisição da condição de quase nada ser, ou de ser nas condições ofertadas pelo capital, abjetas e execráveis a serem oferecidas ao ser diferente, ao ser inferior, àqueles que têm direitos, mas os têm conforme impõe a sociedade capitalista, por meio da servidão em permanente exclusão integrativa marginal (Silva, 2011).

Esses sujeitos, relegados à condição de ser humano em geral, como assinala Arendt (1989), representando nada além da sua individualidade absoluta e singular, privado da

---

<sup>15</sup> Na atualidade os solicitantes de refúgio recebem da Polícia Federal uma filipeta de papel sulfite com foto e um carimbo. Esse é o documento oficial emitido pelo órgão público. Em razão da fragilidade do material rapidamente se deteriora, devendo ser apresentado em todos os locais que exigem identificação, causando estranheza aos que o recebem, colocando em dúvida a autenticidade do documento, por se tratar de material vulgar, deixando o portador em situação de discriminação e desconforto.

expressão e da ação sobre um mundo comum, perde todo o seu significado, passando a pertencer à raça humana da mesma forma como animais pertencem a uma dada espécie de animais. O paradoxo da perda dos direitos humanos é que essa perda coincide com o instante em que a pessoa se torna um ser humano em geral: sem uma profissão, sem cidadania, sem opinião, sem uma ação pela qual se identifique e se especifique.

Esperamos que o presente trabalho contribua para o fortalecimento da pesquisa na área do serviço social e uma maior interlocução com demais pesquisadoras (es), fortalecendo o campo investigativo sobre formação social brasileira, políticas públicas, formação e trabalho profissional, especialmente em tempos tão sombrios e que requerem de todas (os) leitura crítica da realidade, trabalho coletivo e coragem.

## Referências

ALMEIDA, Vitor. **SAARA: 50 anos de História**. Em 1962, nasceu oficialmente o SAARA: Sociedade de Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega. Embora os comerciantes já estivessem lá há décadas, ainda não havia essa organização formal. Disponível em: [riosuburbano.blogspot.com](http://riosuburbano.blogspot.com). Acesso em: 21 dez. 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS – ACNUR. **Declaração de Nova York para refugiados e migrantes de 2016**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil>. Acesso em: 23 set. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS – ACNUR. **LIGA DAS NAÇÕES**. Disponível em: <http://www.acnur.org>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - ACNUR. **Estatística da população do ACNUR: dados visão geral**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/refugiados>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ANDRADE, Marisa. **Mulheres refugiadas x mercado de trabalho: análise da inserção nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo**. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. São Paulo, 2023.

ANNONI, Danielle. **Direito internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. (Edição especial de 20 anos). (Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. Ricardo Antunes. (org.). São Paulo: Boitempo, 2019. (Mundo do trabalho).

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle.

Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes (org.). **Políticas Sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia (MG): Navegando Publicações, 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, [2017]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm). Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991. Brasília, DF, Presidência da República, [2017]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 20 out. 2017.

MIGRARIO. **Protocolo de atendimento no âmbito do SUAS aos refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes no município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMASDH, 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SMASDH. **População refugiada acolhida na cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: [https://prefeitura.rio/?my\\_aiowz\\_update\\_setting=dcb6ca5cc0&s=REFUGIADOS](https://prefeitura.rio/?my_aiowz_update_setting=dcb6ca5cc0&s=REFUGIADOS). Acesso em: 19 dez. 2022.

SILVA, Adriane Giugni. **Inclusão no contexto da exclusão: desvelando o real**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/politicas/329-2011.pdf>. p. 3574-3586. ISSN 2175-960X. Acesso em: 18 nov. 2017.

# REMOÇÕES NA FAVELA DA MARGEM DA LINHA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Pollyanna de Souza Carvalho  
Gabriela Maria Lema Icasuriaga

## Introdução

O estudo busca analisar o processo de remoção urbana e habitacional dos moradores da Favela da Margem da Linha, situada na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, na mesorregião Norte Fluminense (RNF). Chamada inicialmente de “Linha do Rio” ou “Maloca”, essa favela começou a ser habitada na década de 1960, quando os trabalhadores rurais começaram a ser demitidos das Usinas, especialmente a do Queimado.

Tal população foi reiteradamente removida do território que ocupa para fins de moradia dando lugar à expansão da malha urbana pelo mercado imobiliário entre os anos de 2011 e 2014, deslocando os moradores para os conjuntos populares do Programa Habitacional de Interesse Social, o “Morar Feliz” (2009-2016)<sup>1</sup>, que foi estrategicamente estruturado para alocar e controlar a população pobre da cidade.

Em decorrência às ameaças e violências sofridas no processo de remoção, os moradores se organizaram, tendo o apoio do Centro Juvenil São Pedro (CJSP), localizado na própria Favela da Margem da Linha. Trata-se de “[...] uma instituição filantrópica mantida pela Congregação Salesiana, que atua desde 2008 na Comunidade [...], desenvolvendo atividades socioeducativas com crianças e adolescentes e seus familiares, cujo objetivo é o fortalecimento de vínculos (...)” (Mendes; Siqueira; Gomes, 2014, p. 14).

Observamos que a remoção forçada, enquanto produto e expressão da segregação socioespacial, debruçou-se sobre o projeto político regional, uma estratégia deliberada de alocar e controlar a população pobre nos espaços mais periféricos e distantes do centro, abrindo espaços para os investimentos públicos e privados. Além disso, criou-se um programa habitacional – (o “Morar Feliz”) - para ofertar moradias populares, que ora visava democratizar o acesso à cidade, ora reproduzia o discurso de “risco” social, intensificando ainda mais a expropriação dos grupos subalternos.

Desta forma, ao investigar a Favela da Margem da Linha percebemos que a remoção é constitutiva da segregação socioespacial, pois além de conjugar um distanciamento físico, no âmbito social, cultural, territorial e político, relaciona processos simbólicos e subjetivos, alicerçados em violências diversas, afetando a identidade da população.

Historicamente, as camadas empobrecidas e periféricas no país convivem com o

---

<sup>1</sup>Tal termo reside na construção de casas em loteamentos populares e na realocação de sujeitos sociais removidos de áreas delimitadas na zona urbana, geralmente intituladas favelas. Ele é implementado com o pretexto de reassentar famílias que integram os territórios de risco, como aquelas sujeitas à situação de enchentes, alagamentos, ou as que se encontram às franjas de estradas e também de ferrovias (Mendes; Gomes; Siqueira, 2014).



legado do autoritarismo e da violência, que se expressam espacialmente na precarização urbana, ausência de equipamentos, racismo territorial, problemas no saneamento e infraestrutura, além de uma mobilidade urbana delimitada pela segregação socioespacial, entre outras dimensões da vida. Mesmo atravessadas por essas condições de sobreprodução da vida, esses indivíduos tecem ações de enfrentamento aos grupos dominantes, desenvolvem consciência política a partir da identificação das suas necessidades e interesses comuns.

A situação pela qual os moradores da Favela da Margem da Linha passaram foi de total desconsideração à dignidade humana, em uma cidade do interior fluminense que recolhe os melhores arrecadamentos em relação à cadeia de petróleo e gás natural, tanto diretamente através dos *royalties*, que deveriam ser revertidos para melhorar as condições de vida do conjunto da população do município, como indiretamente pela circulação de parte da riqueza gerada pelos empregos de alto padrão que ativam o consumo na cidade. Apesar disso, a cidade ainda convive com os piores indicadores sociais.

Contraditoriamente ao esperado, a maior riqueza não se traduziu em melhores condições de vida e de oportunidades para a população (Cf: Terra, 2013), e sim em maior acumulação dessa riqueza por um segmento dos moradores mais abastados e maior poder político das elites campistas tradicionais. Nota-se que o arrecadamento petrolífero, em nome do “desenvolvimento” regional, não alterou o itinerário das camadas sociais pobres que habitam a cidade no Norte Fluminense.

A realidade vivenciada por esses setores e, em particular, pelos moradores da Favela da Margem da Linha, como demonstraremos neste artigo, coloca em evidência a força da financeirização do capital e da especulação predatória nos espaços urbanos, intensificando a expropriação de recursos ambientais, sociais e culturais (Harvey, 2004). Observamos que historicamente a exploração da sua força de trabalho era visivelmente intensa mesmo antes da consolidação da sociabilidade burguesa na cidade de Campos.

Este artigo decorre parcialmente dos estudos realizados para a Dissertação de Mestrado em Serviço Social no PPGSS/UFRJ, entre os anos de 2020 e 2023, atravessados pelo período da pandemia do COVID 19 que nos impediu da realização de uma aproximação maior com a população, como era o caminho metodológico inicialmente proposto. Como forma de superar esse entrave buscamos nos apropriar da realidade objeto de análise recorrendo a: i) pesquisa bibliográfica, priorizando autores que tratam dos estudos urbanos regionais e locais sobre o problema em questão e ii) pesquisa documental, utilizando os conteúdos disponibilizados pelo Centro Juvenil São Pedro (relatório de representação de moradora/2014) e pelo Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD - Universidade Federal Fluminense-Campos).

O Centro Juvenil São Pedro (CJSP), como dito acima, é uma instituição filantrópica, situada na Favela da Margem da Linha e tem contribuído largamente com a organização e mobilização dos moradores diante dos processos de resistência aos despejos. Já o NETRAD, possui um rico material de pesquisa de fontes primárias, envolvendo depoimentos de moradores e profissionais, inclusive do próprio Centro Juvenil São Pedro. Esses dados do NETRAD foram coletados pela autora na pesquisa de Iniciação Científica, na UFF, intitulada – “Trabalho, Precarização e Resistência na Periferia do Capitalismo: a Região Norte Fluminense como cenário” (FAPERJ, 2017-2019).

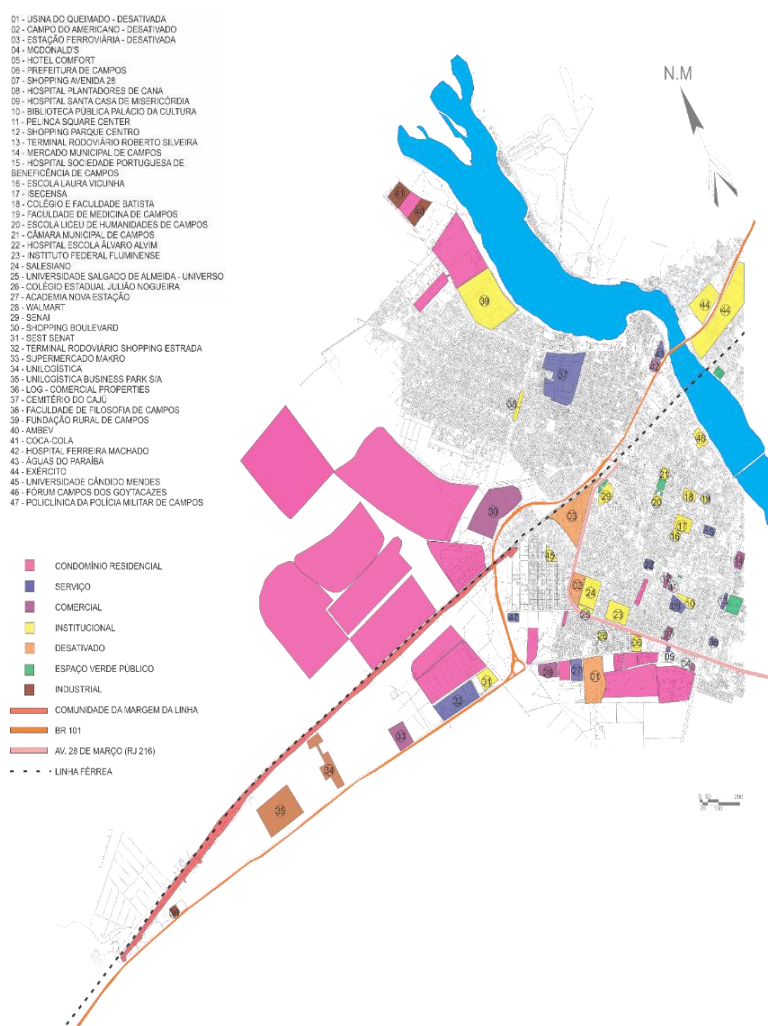
O artigo aborda as profundas mudanças produtivas acontecidas no município de

Campos dos Goytacazes, Norte Fluminense, com a exploração de gás natural e da cadeia petrolífera e os impactos socioespaciais no tecido urbano com a introdução das novas dinâmicas do capital imobiliário e a reorganização do poder local.

## O município de Campos dos Goytacazes/RJ em contexto recente de transformações socioespaciais

Campos dos Goytacazes/RJ é uma cidade de médio-porte, que se situa na mesorregião Norte Fluminense (RNF) do estado do Rio de Janeiro, contando com mais de 483 habitantes (IBGE, 2022)<sup>2</sup>. É reconhecida nacionalmente pela monocultura da cana de açúcar desde o século XVII até fins do século XX, momento em que o setor sucroalcooleiro começou a perder fôlego e a região começou a abrir caminho para investimentos na exploração de petróleo e gás natural.

**Figura 1** – Entorno da Favela da Margem da Linha em Campos dos Goytacazes/RJ



**Fonte:** (Acervo do Programa Arquitetura Inclusão e Cidadania (IFF) – Godoy; Oliveira; Aliprandi, 2015, p. 119).

<sup>2</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 2 ago. 2023.

O recebimento de recursos oriundos de participações especiais da cadeia petrolífera possibilitou com que a cidade pudesse implementar obras, melhorar a infraestrutura e urbanismo, além de criar relações com os agentes de investimentos privados e públicos, de contexto local, nacional e internacional.

Contudo, observando o conjunto da cidade e a alocação de recursos nela é perceptível que os bairros e áreas habitados por trabalhadores pobres, na sua maioria marcados pelo recorte étnico-racial, não se beneficiaram com esses recursos e continuam mantendo baixos índices socioeconômicos e de acesso a equipamentos e serviços públicos que continuam precários e sucateados nessas áreas da cidade menos cobiçadas pelas intervenções imobiliárias de alto padrão construtivo.

O início da exploração de petróleo e gás natural foi decisivo para a reestruturação dos territórios e reorganização da política partidária local. Os antigos governantes (elite do açúcar, pecuaristas, agricultores, fazendeiros, usineiros) perderam espaço político e capacidade de organização com a entrada em cena de novas lideranças políticas com discursos mais afinados às “mudanças” em curso. Com a introdução de novos rubros produtivos, mais dinâmicos e organizadores de toda uma nova cadeia de produção e serviços, as velhas práticas oligárquicas foram sendo substituídas por outras lideranças de perfil renovado, mas acorde com as exigências de uma região de economia pujante que demandava uma renovação profunda.

Os territórios se adaptaram às novas dinâmicas, recebendo atividades econômicas diversificadas, especialmente nos municípios adjacentes à Campos, como Macaé e São João da Barra. Mesmo assim, podemos aferir diferenças no ritmo e nas características que cada cidade da região apresentou diante das mudanças. Campos, mesmo sendo a cidade mais populosa e próspera da Região Norte Fluminense ficou aquém em relação à Macaé, que sediou a implantação da Petrobrás e a ampliação da malha urbana, exercendo forte atrativo migratório em decorrência das oportunidades de trabalho, enquanto Campos levou mais tempo de adaptação entre as novas atividades e as antigas funções econômicas vinculadas à cana e agropecuária.

Após a falência do setor sucroalcooleiro a partir dos anos de 1980, as terras da Usina do Queimado, onde trabalhava e habitava um número expressivo de famílias, ficaram improdutivas e com áreas totalmente vazias, começando a ser alvos de discursos relacionados à especulação imobiliária. Desde essa década, a Região Norte Fluminense vivencia os impactos das mudanças produtivas, a transformação de parte da oligarquia rural, formada por grandes produtores agrários, em rentistas e especuladores fundiários, que transformaram suas terras produtivas em megaempreendimentos através de investimentos públicos e privados.

Em anos recentes, a entrada de grandes investidores privados, vinculados ao capital financeiro internacional, é visível em toda a região e se manifesta na construção de portos, áreas logísticas, comércios, redes hoteleiras, condomínios horizontais, Shopping. Porém, ao mesmo ritmo do desenvolvimento econômico se aprofunda o quadro das desigualdades, aprofundando a pobreza dos setores que não conseguem se inserir nos empregos da nova dinâmica produtiva, que exige um tipo de trabalhador mais qualificado em determinados ramos da indústria e dos serviços, acrescentado das diversas formas de desapropriação, requisitando terras que foram durante décadas local das moradias dos trabalhadores pobres das usinas e fazendas, situadas em áreas consideradas periféricas, nas margens da linha de

um trem que há muito fora desativado com o fortalecimento do rodoviarismo e da indústria automobilística brasileira.

Terras que não tinham praticamente valor nenhum e rapidamente passaram a ser objeto de cobiça para a expansão urbana de áreas residenciais das novas classes médias campistas e dos serviços urbanos para atender suas necessidades. Em decorrências da localização adequada aos novos usos fundiários, a terra que precariamente acolhia aos posseiros da Favela de Margem da Linha, passou a ser requisitada para outros fins e seus ocupantes despejados e reassentados em conjuntos habitacionais mais longínquos e desprovidos de serviços básicos do que a antiga favela.

Conduzem a pensar a cidade de Campos, os autores Givisiez e Oliveira (2013) e Terra (2013). Os primeiros afirmam que apesar de os municípios serem os mais ricos em função dos *royalties* do petróleo, não há confirmação da alocação das receitas adicionais no que toca à resolução dos problemas na sociedade. Ainda é verificável a presença dos bolsões da pobreza e a falta de investimento em capital humano. A isso se soma a necessidade de investimento em educação, infraestrutura urbana, saúde e infraestrutura produtiva, a fim de introduzir a população vulnerável na economia (Givisiez; Oliveira, 2013). A cidade, apesar do farto recebimento, continua a ser uma região-problema na visão de Piquet (2010, p. 223).

A região passa a ser vista como “região-problema”, uma vez que sua economia comportava problemas que iam desde a estagnação e a queda dos índices de produtividade de seu principal produto até, e sobretudo, o alto grau de desemprego sazonal, determinando um processo de pauperização, de desenraizamento e de deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades da região.

Nesta perspectiva, a falta de um planejamento urbano para as periferias, onde habitam os grupos populares mais desfavorecidos, desencadeou problemas no dinamismo das atividades sociais, culturais, políticas e econômicas de Campos. Enquanto Macaé, com foro privilegiado da Petrobrás, recebia um contingente populacional visando trabalho, moradia, cultura, serviços, Campos acabou, como pontua Terra (2013, p. 228), se firmando como centro prestador de serviços qualificados para outras cidades, especialmente no setor educacional para qualificar a mão de obra requisitada pelos novos processos produtivos.

Como parte disso, os territórios das camadas periféricas começaram a sofrer o ônus do capital internacionalizado: a desapropriação dos moradores para a primazia dos agentes econômicos. As terras, dada à concentração e acumulação capitalista, se tornaram alvos de especulação mediante o novo perfil econômico da região.

Conforme Arruda (2009) a política de remoção de favelas na cidade, entre 1999 e 2009, período anterior a nossa pesquisa, teve dois sujeitos centrais: os moradores e os representantes governamentais. Segundo esta autora houve um processo de reconfiguração espacial, que não somente impactou no processo de remoção, mas também teve consequências significativas na identidade coletiva e nos vínculos dos moradores, além de incidir no significado de morar/habitar. Os moradores de essas ocupações, em outras épocas agricultores e camponeses destituídos dos seus antigos postos de trabalho, voltaram a se deparar com o despejo, o desarraigo, a perda de laços comunitários, a desarticulação das frágeis formas de reprodução social.

Isso aconteceu com os moradores da Favela da Margem da Linha a partir do ano de 2011 a 2014, quando os agentes imobiliários se inseriram na cidade de Campos com objetivo de expandir a cidade para acolher os habitantes atraídos pelas novas dinâmicas produtivas e de serviços do município. Essa situação gerou sensação de desespero nos moradores da favela, que se viram, mais uma vez, jogados das suas moradias e desprovidos das mínimas condições de subsistência.

Decerto que essas ações não se processam sem a participação do Estado, que age como agente central para autorizar e executar os processos de violência. Reforçado, neste caso particular, pelos fortes interesses com a entrada da exploração do petróleo e dos investimentos do capital financeiro e imobiliário prometendo grandes transformações para a cidade e para o município. O poder público contribuiu para levantar os obstáculos às intervenções privadas, expulsando a população dos espaços cobiçados pela esfera privada.

Desde as últimas décadas do século XX se debate sobre o padrão de segregação socioespacial que as mudanças na reorganização produtiva planetária estariam provocando. Luciana Lago (2000) é uma das pesquisadoras que observou como o mercado imobiliário, junto com os seguros e fundos de pensão, reestruturou os espaços geográficos e conduziu intervenções que provocaram na “emergência de uma nova configuração espacial nas principais cidades brasileiras, marcada pelos espaços residenciais e comerciais exclusivos, pela privatização dos espaços públicos e pela estigmatização dos espaços populares (...)” (Lago, 2000, p. 15), modelando um padrão de segregação no país, alinhado à noção de “cidade dual, cidade dividida e espaço fragmentado” (Lago, *op. cit.*, p. 22).

Ainda esta mesma autora, sinaliza para o surgimento de processos de gentrificação em algumas áreas da cidade onde acontecem investimentos em infraestruturas e serviços urbanos, passando a aumentar a população pertencente às categorias de rendas médias e superiores em relação à antiga população moradora, que diante do encarecimento da vida nesses locais se vê forçada a buscar outras áreas para residir com menores custos. Esses processos inviabilizam a convivência e a sociabilidade urbana, negando-se a presença física e simbólica dos grupos heterogêneos.

Refletindo sobre o caso que nos ocupa, Zacchi (2012, p. 119) expressa que os proprietários das terras do Queimado, antiga usina açucareira, exerceram pressão pela mudança no uso do solo. Estes sujeitos passaram a operar enquanto incorporadores imobiliários, atuando articuladamente com eles, utilizando o instrumento da permuta de terras e construindo o projeto de parcelamento de terras rurais. A ação da “permuta” foi sugerida pelos agentes das terras da usina, como estratégia recorrente para o parcelamento e implementação dos investimentos imobiliários no território, como os condomínios fechados (Zacchi, 2012).

Dessa forma, a partir da inserção de investimentos públicos e privados, é possível perceber que os arredores da Usina do Queimado foram permeados por novos processos de estratificação e segregação urbana. Esse nicho de acumulação do capital intensificou a divisão das classes sociais nos territórios. Mendes, Gomes e Siqueira (2014), identificam a construção de hipermercados, loteamentos fechados de luxo, condomínios residenciais verticais para a classe abastada e outros empreendimentos, além da implementação do Boulevard Shopping. Também nesta perspectiva, estudo de Sá e Neves (2019) analisou que a localização da Usina do Queimado é permeada por vários empreendimentos de importância para o município, como é o caso da Secretaria de Obras e a Prefeitura

Municipal, situada na entrada da cidade, numa avenida de relevância (Av. Dr. Nilo Peçanha), que é também um canal de Comércio e Serviços. Todos esses investimentos, acumulados no espaço, agem como “efeitos úteis”, termo cunhado por Topalov (1984) para dar conta da relação entre as características próprias a uma determinada localização, os investimentos públicos e privados e a valorização do solo, ou seja, resultando em atrativos para determinados perfis de moradores e consumidores e, em contrapartida, exigindo a expulsão dos moradores e consumidores “indesejáveis”.

Assim, novos conflitos se instalaram no entorno da Favela, envolvendo sociabilidades distintas, distanciamento social e acesso diferenciado às ofertas de equipamentos e serviços urbanos. Acentuando, como expressa Caldeira, que “a segregação - tanto social quanto espacial - é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação [...]” (Caldeira, 2000, p. 211). Esta mesma autora lança duas ideias centrais para entendermos como a segregação se processou na Favela da Margem da Linha: via diferenciação social e a separação entre os grupos sociais. Mais ainda, pontua que “(...) as pessoas intensificam suas próprias medidas de (...) construção de barreiras, tanto simbólicas (como preconceito e estigmatização de alguns grupos) como materiais (muros, cercas e toda parafernália eletrônica de segurança)” (Caldeira, 2000, p. 90). Transformando as novas moradias e espaços de lazer das classes mais abastadas em enclaves fortificados, espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho de um certo segmento da sociedade, que evita a todo custo as interações com os despossuídos, os indesejáveis e até mesmo “perigosos” (Caldeira, 2000, p. 211).

Lago (2000) acrescenta à segregação socioespacial a dimensão cultural, afirmando a existência de uma fragmentação sociocultural da população, especialmente a empobrecida, por causa das desigualdades de acesso à renda do trabalho, serviços e equipamentos. Contudo, relaciona também outros atores importantes para a compreensão da demarcação dos territórios: a elite e o poder público.

A segregação espacial expressa, portanto, uma dualização sociopolítica resultante, em parte, da fragmentação sociocultural da grande maioria da população. Como consequência, temos uma elite que atua em conjunto com o poder público local nos grandes projetos de reestruturação urbana na área central, aprofundando a segregação espacial vigente (Lago, 2000, p. 24).

Com isso, a apropriação do espaço e mudanças nas formas de segregação urbana na Região Norte Fluminense, especialmente na Usina do Queimado, não seria realizada sem a atuação do mercado e do poder público.

Estas transformações recentes, envolvidas com o mercado imobiliário na região, refletiu no processo que culminaria em diversas remoções no território da Favela da Margem da Linha.

## **As remoções urbanas como produtos da segregação socioespacial na Favela da Margem da Linha**

Em contexto de avanço do mercado imobiliário no território da Favela da Margem da Linha, como mencionado, o poder público começou a realizar o processo de remoção,

no ano de 2011 a 2014. “(...) Em maio de 2011, outra parte da mesma favela que se assentava às margens da BR 101 foi erradicada, e 380 famílias foram remanejadas para os conjuntos habitacionais Tapera I (“batizado” em 2015 de Condomínio das Lagoas), do Morar Feliz” (Faria, 2015, p. 66).

Conforme Godoy, Oliveira e Aliprandi (2015, p. 124), para a remoção continuar, em setembro de 2012, a prefeitura iniciou a contagem e a marcação das residências da Favela, junto à equipe do Programa Habitacional de Interesse Social, o “Morar Feliz”, vinculada à Secretaria de Família e Assistência Social da Prefeitura de Campos. Cabe ressaltar que as residências foram pichadas e marcadas, o que lançou o sentimento de insegurança e de pressão aos moradores, já que fez com que se acentuasse a sensação de vulnerabilidade. “O argumento de que as áreas compreendiam locais de risco” de deslizamento ou de inundação e de proteção ambiental, sendo área de risco ou destinadas a logradouros públicos, torna-se a justificativa para a remoção [...]” (Godoy; Oliveira; Aliprandi, 2015, p. 126). Conforme relato de moradora, percebemos o nível de tensão que o poder público causou na Favela, inviabilizando o direito à moradia, preconizado na própria Constituição Federal (1988).

A grande elite quer que o pobre se ferre, não está nem aí, não são todos. Nossa comunidade é arborizada, mas o pessoal enfeia a comunidade. Aí, imagine essa comunidade com um monte de gente preta, vê essa galera perto deles incomoda. Falam da área de risco por causa da linha do trem que foi desativado, inventaram a tubulação de gás (aqui o pessoal usa gás encanado). Tudo que eles começaram a falar caiu em contradição [...] (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

O testemunho revela a insatisfação de uma residente que se opôs à desocupação. As autoridades justificaram a presença de áreas de perigo na Favela, porém isso não se baseava em provas concretas. Fica claro que a prefeitura adotou medidas para iniciar a realocação dos habitantes da Favela da Margem da Linha sem uma base sólida, sem justificativa e sem promessas de uma vida melhor no novo local de habitação.

Cabe apontar, também, que nesse mesmo ano<sup>3</sup>, segundo Souza, Santos, Paes (2016), parte da comunidade se destinou ao conjunto habitacional da Tapera<sup>4</sup> II. A localização desse conjunto se encontra longe do bairro Tapera, não possui acesso a BR-101 que liga o Bairro Ururaí, onde se localizam os serviços básicos como escola, posto de saúde, creche e até mesmo o comércio. Tampouco se assegurou a rota planejada do transporte público e espaços de lazer, deixando a comunidade praticamente isolada.

Neste tempo em que ocorria as remoções, é válido rememorarmos que já estava em curso a resistência dos moradores da Favela da Margem da Linha. Como dito, eles começaram a se organizar desde o início do ano de 2011, quando souberam dos boatos de remoção, em virtude da especulação imobiliária. A resistência foi possibilitada mediante o

---

<sup>3</sup> “O processo de remoção teve início oficialmente, em 2012, com a marcação das moradias pelos diferentes setores da administração municipal, para futura demolição da casa” (Faria, 2015, p. 69).

<sup>4</sup> Segundo as autoras, a entrega das casas foi realizada em duas fases. A primeira se deu em março no ano de 2011, à medida em que moradores de 51 casas às margens da BR-101, na altura da Tapera, foram removidos do lugar. Os outros sujeitos foram contemplados na segunda e última fase que se deu no dia 22 de junho, do ano de 2012, com a entrega de outras 242 casas do programa no segundo conjunto habitacional intitulado “Morar Feliz” (Tapera II). Importa mencionar que na totalidade foram ofertadas mais de 600 casas (Souza; Santos; Paes, 2016).

auxílio do Centro Juvenil São Pedro – CJSP, que procurou fortalecer os vínculos a mobilização dos moradores, sobretudo a partir do Projeto Socioassistencial intitulado: “Mobilização pela Defesa e Garantia de Direitos” (2011-2012), ratificado pelo Conselho Municipal de Assistência Social do município. Outrossim, a Associação de Moradores foi reativada, com a esperança de discussões e lutas sociais pelo direito à moradia e aos vínculos.

Neste sentido, tem-se potencializado ações de sensibilização, mobilização e formação dos membros da Comunidade Margem da Linha do Rio, favorecendo seu protagonismo na luta e na defesa dos direitos individuais e coletivos, sobretudo, no que se refere ao processo de remoção das famílias residentes na Comunidade, com participação e articulação de outros agentes sociais e da rede socioassistencial; incentivado a liderança e a importância de haver moradores, enquanto representantes da Comunidade, que sejam mediadores de conflitos; promovido espaços de exercício da cidadania, bem como a reativação da associação de moradores para o aumento da participação na reivindicação de direitos (Oliveira *et al.*, 2012, s.p).

Ressaltamos que a liderança do movimento social da Favela da Margem da Linha conseguiu representatividade para a localidade através de sua inserção no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), vinculando-se à sociedade civil. O movimento social contou com o auxílio de diversas faculdades e do Sistema de Justiça, incluindo à Universidade Federal Fluminense (UFF), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Além disso, os moradores realizaram protestos à favor de seus direitos e participaram de audiência pública.

Começamos a fazer o movimento social na comunidade, para poder falar o que acontecia. E eles vieram aqui e falaram que quem não fosse iria ficar sem casa, e as pessoas foram ficando com medo. Veio o pessoal da UFF, IFF (arquitetura) e UENF, e nos deu apoio. Eles pegaram firme conosco. Fizemos audiência pública no IFF e esquentou no dia. Esse pessoal da prefeitura pensa que somos ignorantes e queriam passar por cima da gente de qualquer maneira. Eles acharam que estávamos sozinhos, mas tivemos apoio das faculdades e entramos em contato com a defensoria pública (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/UFF, 2019).

Entretanto, como forma de enfraquecer o movimento de resistência na comunidade, desde 2012, o poder público interferiu com a provisão de serviços essenciais, como aponta profissional do Centro Juvenil São Pedro – CSJP: “os sinais concretos foram a negociação da prefeitura com as Águas do Paraíba para não regularização da água aqui, houve uma conversa tácita entre a prefeitura e a concessionária de energia para não conceder novas ligações aqui, não foram feitas ações nesse período de manutenção da via” (Depoimento de profissional 1 do Centro Juvenil São Pedro, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Esses fatores de precariedade urbana aconteceram também na última fase da remoção no ano de 2014, em novembro, na Favela da Margem da Linha. Nessa direção, Reginski (2018, p. 2) diz que, no ano de 2014<sup>5</sup>, duas mil, cento e noventa e seis pessoas

---

<sup>5</sup> “Dia 24/11/2014: famílias da Margem da Linha e de outras localidades começaram a ser transferidas para o conjunto habitacional Ururai (...). Em dezembro de 2015, o processo foi concluído, e 468 famílias foram



moravam na Favela, e 312 famílias decidiram mudar para o conjunto do Morar Feliz. Tais moradores foram reassentados na localidade de Ururaí, conhecido como Tapera III. Conforme moradora, houve uma comunicação truncada com o poder público a respeito desse processo.

[...] A prefeitura veio e nem perguntou se a gente queria sair, eles praticamente impuseram que a gente saísse, ou saía ou ficaria sem casa. Essas eram as palavras deles, também falaram ou vai para onde a gente colocar vocês, porque aqui tudo vai ser demolido. A gente não teve mais nada como aceitar ou não [...] (Depoimento de moradora 2, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Os depoimentos denotam o nível de violência praticado contra os moradores no ato da remoção. Quando eles foram removidos, em 2014, foi uma sensação de tristeza e alegria. Tristeza por saberem dos vínculos que seriam esgarçados e alegria pela ideia de uma nova casa. Mas, os dias se passaram, e eles ficaram sobre os escombros e nas casas de vizinhos. O processo neste ano pode ser compreendido mediante depoimento de profissional do CJSP.

[...] Na véspera do feriado, eles fizeram uma reunião e chamaram a metade da comunidade, informando que as remoções começariam dia 24/11, identificando famílias a serem removidas no dia estipulado e elas deveriam retirar toda a sua mudança e colocar na frente de casa, porque o caminhão vai passar para pegar. Com isso, vai passar a empresa de energia elétrica desligando a luz, a infraestrutura de obras retirando janelas e telhados, para impedir que houvesse uma nova ocupação nessa casa agora vazia [...] (Depoimento de profissional 1 do Centro Juvenil São Pedro, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Acoplamos algumas narrativas das pessoas que participaram do processo de remoção, evidenciando as complexidades. O depoimento da profissional do CJSP ressalta como o processo foi tecido: por meio de caminhões, desligamento da energia, vivência dos moradores nos entulhos deixados pela prefeitura, a falta de articulação do Programa Habitacional na liberação das casas e a falta de planejamento urbano, assegurando o direito à moradia. Isso fez com que ocorresse a violência da remoção não só no sentido físico do termo, mas simbólico, referente à humilhação e desrespeito.

Este processo foi conduzido de forma antidemocrática, colocando em risco a vida dos moradores, no novo conjunto habitacional, a título da especulação imobiliária. Os detalhes podem ser enumerados da seguinte maneira: a) na primeira etapa, alguns sujeitos cadastrados ficaram desabrigados, já que as suas residências foram demolidas; b) de acordo com o Relatório de Acompanhamento da Remoção feito pelo CJSP, no conjunto habitacional, a instalação elétrica de algumas residências ainda estava em andamento e tinha um espaço aberto, abrindo margem ao canalial, sinalizando risco para o público infantil; c) havia falta de critérios sobre a concessão da moradia popular; d) tinha ausência de transporte público, lixeiras, energia elétrica e acesso ao ambiente escolar; e) surgiram casos de violências, a saber: assaltos e ameaças de facções (Godoy; Oliveira; Aliprandi, 2015, p. 130). Segundo Relatório de Moradora, observamos os descontentamentos da Favela com o

---

assentadas no conjunto” (Faria, 2015, p. 70).

poder público.

Nos preocupamos que a possível remoção se torne uma ação invasiva e autoritária, que sem dialogar com a comunidade, viole, inclusive, as diretrizes do Plano Diretor do nosso município. A comunidade já está na Margem da Linha há muito tempo, o que por si só já justifica sua permanência e legitimação da sua posse. Contudo, seja para ficar ou sair tem que haver o cuidado de preservar o que há de bom na nossa comunidade, ou seja, nossa história e nossos vínculos [...] (Relatório de Representação de Moradora do Centro Juvenil São Pedro, 2014).

Mediante o relato da moradora, refletimos sobre como a remoção urbana afeta a vida do morador. De fato, o poder público realizou o ato de remoção sem se preocupar com os vínculos comunitários – o elo fundante entre os habitantes da Favela. Segundo Arruda (2009, p. 144), “(...) a remoção por si só não consegue elevar uma população do quadro de carência e segregação. (...) Não garante a inserção à cidade e aos direitos urbanos. Muitas vezes a remoção funciona apenas como confinamento do problema: a população pobre”.

Dessa forma, Nuria (2015, p. 133-134) compartilha o que acontece após o quadro de remoção: perda de emprego e/ou renda; impactos negativos relativos ao aluguel social (piores condições, valores baixos); possibilidade de perda do ano letivo, além de evasão escolar; problemas referentes a doenças (depressão); e a ausência de lazer.

Muitas questões levantadas refletem a situação pela qual os moradores da Favela da Margem da Linha passaram. O primeiro é o aluguel social. Muitos sujeitos da favela recebiam o benefício que era menor do que o esperado para cobrir as necessidades sociais. Outro ponto é o abandono escolar, visto que crianças e famílias perderam o Bolsa Família (Auxílio Brasil), porque mudaram de residência e não conseguiram se locomover ao ambiente escolar. O acompanhamento da saúde também é uma dimensão importante, por se tratar de pessoas que tinham algumas doenças, especialmente a pressão alta em idosos.

**Figuras 2 e 3** – Paisagens após o ato de remoção na Favela da Margem da Linha em Campos Goytacazes/RJ



Fonte: Pedlowski<sup>6</sup>, 2015.

Segundo documentário<sup>7</sup>, muitos moradores removidos para a Tapera desejavam

<sup>6</sup> Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/tag/remocao/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

<sup>7</sup> Caminhadas e Encontros. Da Margem da Linha a Tapera 3. Caterine Reginensi. Campos dos Goytacazes

retornar à Favela, aos amigos e reconquistar os espaços de trabalho e sociabilidade. De acordo com Faria (2015), os residentes da Favela da Margem da Linha experimentaram um período de "expectativa" devido à falta de conhecimento sobre o futuro. No entanto, essa espera possibilitou a interação entre os moradores, envolvendo sentimentos como angústia, incerteza, medo e esperança. Segundo uma moradora, os habitantes enfrentam desafios nas unidades habitacionais situadas em Ururáí.

As pessoas que foram para lá estão arrependidas, não tem nada naquele lugar, e sem direito a nada, sem ter ônibus direito, posto, escola. Elas perderam vínculo comunitário. Aqui é uma reta, a vizinha toma conta do seu filho quando você precisa. Lá acabou o vínculo comunitário. As pessoas lá sofreram assaltos, morreram atropeladas, violência, insegurança (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Nesta perspectiva, os procedimentos do Poder Público para efetivar as remoções, foram silenciosas e segmentadas, visto que os moradores foram alocados e distribuídos aleatoriamente em distintos bairros das periferias urbanas (Oliveira *et al.*, 2012). Observamos, também, como as justificativas principais para efetuar as remoções dos grupos periféricos se basearam na condição de “ocupação irregular” e “imprópria” das habitações, com risco de deslizamentos, enchentes ou até mesmo a necessidade da remoção forçada, para a implementação de investimentos considerados de interesse público (Faria, 2015). Na verdade, o risco se encontra nos novos conjuntos habitacionais. Em Ururáí, por exemplo:

O conjunto fica distante da área original das moradias, num espaço vazio e isolado, até então de uso rural (canaviais), onde também não há serviço público como creches, escolas, posto de saúde, nem serviços privados como farmácia, padaria, supermercado. Há casos em que a distância pode ocasionar a perda do trabalho e o capital investido em suas residências [...] (Faria, 2015, p. 66).

A destruição, a demolição das residências e o deslocamento dos habitantes da Favela da Margem da Linha marcou um período em que não se limitou apenas à violação dos direitos de habitação, de propriedade e das relações afetivas. Representou, também, uma ruptura com as identidades e os estilos de vida das pessoas das periferias, expondo-as a situações de risco e fragilidade. Esses foram momentos em que, privados de sua herança cultural e território, foram mais uma vez calados.

Um exemplo ilustrativo dessa questão é a situação da Favela da Margem da Linha, que evidencia os desafios impostos pelos chamados "enclaves fortificados" (Caldeira, 2000) em termos regionais, devido aos impactos negativos gerados para os habitantes locais. Esses enclaves não apenas levam à expulsão da população empobrecida das áreas periféricas para regiões mais distantes, mas também promovem uma dinâmica social baseada na indiferença completa e na rejeição do outro, inclusive dos próprios trabalhadores dos condomínios de luxo e estabelecimentos privados, que seguem a lógica da acumulação capitalista.

Como resultado, os trabalhadores, em sua maioria contratados em condições precárias, também sofrem críticas e discriminação. Todo sentido e significado das relações

---

(RJ): Vimeo, 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/355573122>. Acesso em: 09 out. 2019. Válido informar que este documentário foi refletido por Carvalho (2019).

sociais baseadas na solidariedade cede lugar ao individualismo, egoísmo e expropriação, tendo como pano de fundo o próprio comportamento dominante, que se espalha para todos os âmbitos da vida em sociedade. Mascaro (2013, s.p) denuncia o neoliberalismo por depreciar as condições de vida dos trabalhadores em favorecimento da propriedade privada.

Ademais, as interações sociais estão se tornando agressivas e cada vez mais competitivas tanto em ambientes públicos quanto privados. “No campo social, a precarização das condições de trabalho faz com que, sucedendo ao modelo de regulação de segurança social, sejam vistas tendências hiperindividualistas [...]” (Mascaro, 2013, s.p). Notamos que a atmosfera de convívio social promovida pelo neoliberalismo se mescla com as áreas protegidas fortificadas (Caldeira, 2000), ao mesmo tempo em que acentua a separação socioespacial e a exclusão do outro, visto como alguém sem cidadania e deslocado do território. Portanto, é considerado alvo a ser prontamente removido e privado do direito à cidade.

Findando o ano de 2014:

No dia 18 de dezembro de 2014, o jornal Folha da Manhã teve a seguinte manchete: “Justiça suspende remoções da Prefeitura na Comunidade da Linha”. Nesta matéria, foi divulgado que o juiz Ralph Manhães Jr., da 1ª Vara Cível da Comarca de Campos, havia atendido ao pedido da Defensoria Pública, concedendo liminar que suspendia imediatamente as remoções feitas pela Prefeitura na Comunidade da Margem da Linha [...] (Godoy; Oliveira; Aliprandi, 2015, p. 130).

O poder público cessou o clima de remoções forçadas em virtude da decisão jurídica impetrada pelo juiz. Se a decisão da justiça não entrasse em vigor, possivelmente, os moradores seriam removidos até os dias atuais. Fica perceptível como o papel das Instituições, no Sistema de Garantia dos Direitos, é importante para a ruptura com as violências.

Pesquisas de Faria (2015, p. 74), apontam que no término do mês de dezembro de 2015, 468 pessoas tinham sido removidas para o conjunto habitacional da localidade de Ururaí. No mês seguinte, no dia 21 de janeiro de 2016, a Justiça determinou a remoção íntegra dos escombros, que resultaram das demolições executadas pela Prefeitura para impedir o retorno dos moradores. Contudo, até os dias de hoje, é possível observar que essa limpeza não foi integralmente concluída, presenciando-se, ainda, vergalhões, arames, ladrilhos, entre outros objetos, que mantêm a área em risco (como visto nas figuras anteriores).

Além disso, os moradores da Favela da Margem da Linha que lutaram para preservar seu local de moradia, onde, mesmo que precariamente, tinham toda sua vida organizada, uma vez removidos não conseguem acessar os serviços públicos de saúde, educação, o transporte é péssimo ou inexistente, impedindo-os de reestabelecer as rotinas cotidianas, como se percebe nos depoimentos. Na supracitada Favela, “[...] o pessoal ficou na mesma, continua sem saneamento, esgoto é péssimo, a água e a luz falaram que vão legalizar, porque são nossos direitos também. Tem gente que fala que nem conhece nossa comunidade, somos invisíveis aos olhos da sociedade” (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Contraditoriamente, as pesquisas de Passos (2018) mostram que as terras da Usina

do Queimado cederam lugar a empresários de diversos ramos de serviços, como os ligados à gastronomia, cervejaria, moda e academia, shows e festas, e até mesmo por fotógrafos, em virtude do espaço verde.

## **Considerações finais**

A Favela da Margem da Linha passou por um processo de remoção forçada com intuito de liberar o território ocupado por décadas pelos antigos trabalhadores da Usina do Queimado, da qual também tinham sido removidos após as transformações produtivas e a destinação da propriedade da empresa para outros fins. Situação que evidencia a repetição de um ciclo de perdas e desarraigo por parte da mesma população.

Apesar do novo ciclo econômico, nos auspícios da década de 1970, com a descoberta de petróleo e gás natural, verificamos, contraditoriamente, o aprofundamento das desigualdades no município de Campos, a tendência à polarização social e à segregação socioespacial. A nova dinâmica produtiva funcionou como atrativo para uma população com perfil jovem, com nível educativo alto, empreendedora e com hábitos de consumo de um padrão bastante exigente, que se viu refletido no tipo de empreendimentos imobiliários e de serviços realizados no município nos últimos anos e nas dinâmicas de expansão urbana. Campos incorporou à malha urbana as antigas periferias da desativada linha do trem e da antiga Usina do Queimado, que durante os anos de readaptação produtiva ficaram à espera de maior valorização fundiária, que estava prevista de acontecer pela sua localização privilegiada em relação às vias e meios de comunicação.

A localização dessas terras também serviu de espaço de moradia para a população demitida da Usina e despejada das moradias operárias, até que a forte valorização imobiliária se impôs contra a permanência desses moradores nessa área cobiçada da cidade. O que antes era uma periferia com pouco atrativo para o município, passou rapidamente por um processo de valorização, com loteamentos residenciais, projetos de bairros fechados, instalação de serviços e comércios de alto padrão, a exemplo do shopping da cidade de Campos, entre outras benesses decorrentes da localização, próxima às rodovias que comunicam o Norte Fluminense com a capital do estado do Rio de Janeiro e com os estados limítrofes de Espírito Santo e Minas Gerais, além da proximidade com os acessos às praias e locais de lazer.

As remoções voltaram a acontecer, primeiro com tentativas de convencimento por parte da Prefeitura, buscando que a população aderisse à mudança para os empreendimentos habitacionais financiados pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs I e II), porém todos construídos em áreas ainda mais longínquas e desprovidas de infraestrutura e serviços, mediante garantia de título de propriedade dos novos e precários apartamentos se submetia os moradores aos novos despejos, desarraigo e perda dos vínculos sociais e das dinâmicas cotidianas. Muitos resistiram e se organizaram, como mostramos neste artigo, outros aderiram aos programas da prefeitura e foram recomençar suas vidas nesses prédios. A segunda tentativa de remoção por parte do poder público foi muito mais violenta, valendo-se de estratégias ilegais como cortar o abastecimento de água e luz às famílias, marcação das casas que iriam derrubar, presença das retroescavadeiras na comunidade etc. As famílias remanescentes tiveram que conviver com os escombros e lixo perigoso das habitações derrubadas dos moradores já

transferidos.

Na busca pela resistência, alguns moradores se organizaram e superaram a aparência dos fatos, permeada de discursos e ações do poder público, para entender quais estratégias do capital estavam por trás da lógica do risco social: consolidar o ato de remoção forçada e o projeto burguês. Foi um processo de muitas incertezas para o morador, pois ele não sabia o que iria ocorrer em sua vida e de sua família. Entretanto, no vazio da incerteza, houve a decisão de se mobilizar e de construir resistências, para defender os seus direitos, sobretudo, à moradia.

Enquanto os despejos se processavam, novos condomínios privados de alto padrão construtivo foram se instalando nas proximidades, que cresceu cada vez mais para acolher um novo tipo de morador e de consumidor.

O estudo de Caldeira (2000) sobre os “enclaves fortificados” nos faz refletir e enxergar a semelhança dos processos que se sucederam na Favela da Margem da Linha. Caldeira (2000) já disse que os enclaves não se referem apenas à questão física – muros, parafernália eletrônica –, mas à sociabilidade urbana, à segregação, à relação que temos com o outro. Não se convive mais com o diferente. Mas, a tendência é destituí-lo do pouco que possui, como sua moradia, o assentamento informal e a forma como se relaciona com o espaço.

O crescimento urbano se dinamizou e conseguiu abertura na cidade de Campos, a partir do aprofundamento da segregação socioespacial e controle dos empobrecidos nas áreas mais distantes. Construíram-se aparatos físicos, muralhas, repartições de grades, representando as marcas da violência contra os despossuídos, em detrimento de uma distribuição equitativa da riqueza e da pacificação da vida cotidiana. Os centros e bairros nobres continuam permeados pelas melhores oportunidades, enquanto as periferias urbanas seguem com precárias condições.

Dessa forma, a remoção, um produto da segregação, foi comandada por projetos do capital e seus investimentos. O caso da Favela Margem da Linha, evidencia a contradição entre os objetivos do capital e da classe trabalhadora, pois quando os moradores reivindicavam melhores condições de vida por meio da moradia legalizada, a resposta imediata dos representantes públicos foi a de colocar abaixo os assentamentos informais, garantindo espaço para a especulação imobiliária e a expropriação de sua população.

O caso estudado reafirma o ciclo especulativo da propriedade fundiária e da segregação socioespacial, primeiro, a adesão à lógica da reprodução do capital na sua atual fase especulativa, sob comando do capital financeiro; segundo, expropriar e remover os setores sociais indesejáveis, aqueles mais empobrecidos e com menores condições para se defender, para áreas longínquas e mal servidas por equipamentos e serviços urbanos e, por último, porém atravessando os dois movimentos anteriores, desenvolvendo “soluções” habitacionais precárias para pobres, os chamados Programas de Interesse Social e os discursos retóricos de “risco” social, para justificar a manutenção do círculo perverso que agudiza a já crônica segregação urbana.

## Referências

ARRUDA, A. P. S. N. de. Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte

médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes.

**Dissertação** (Mestrado em Políticas Sociais) – UENF, Campos/RJ, 2009, 166 p.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CARVALHO, P. de S. **“Moradores da Margem”**: processo de segregação, remoção e resistência popular na periferia urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, jan. 2023.

CARVALHO, P. de S. **Nas franjas da cidade: a luta por direitos sociais na periferia de Campos dos Goytacazes (RJ)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

FARIA, T. de J. P. A dimensão espacial da espera no processo de remoção e erradicação de favelas. Territórios da espera em Campos dos Goytacazes. **Terceiro Milênio**, v. 5, n. 2, p. 57-84, jul./dez. 2015.

GIVISIEZ, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. de. A pobreza e a riqueza nas Cidades do Petróleo. In: PIQUET, R.; CRUZ, J. L. V. da.; VILANI, R. M. (orgs.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. 1. ed. RJ: Garamond, 2013. p. 182-188.

GODOY, A. L. C. de.; OLIVEIRA, D. B. B. de.; ALIPRANDI, D. C. Da margem à luta por direitos: a Comunidade da Margem da Linha. **Terceiro Milênio**, v. 5, n. 2, p. 113- 134, jul./dez. 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAGO, L. C. do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 240p.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. SP: Boitempo, 2013 (recurso digital).

MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. da M. Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela margem da linha. **Revista Libertas**, v.14, p.1-20, 2014.

OLIVEIRA, D. B. B. De. *et al.* **À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos**. Campos dos Goytacazes, 2012.

PASSOS, H. dos S. **Da Usina do Queimado aos bairros residenciais: mudanças e permanências na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes (1979-2018)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – UFF, Campos/RJ, 2018, 88p.

PEDLOWSKI, M. **Blog do Pedlowski: remoção**. 2015. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/tag/remocao/> . Acesso em: 03 jan. 2023.

PIQUET, R. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, R. (org.). **Petróleo, Royalties e Região**. RJ: Garamond, 2010. p. 219-238.

REGINENSI, C. **ANTROPOARTE, um projeto de extensão ou como praticar etnografia.** Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF, p. 1-16, dez. 2018.

SÁ, L. M.; NEVES, F. de O. das. A cidade e o patrimônio pós-industrial: potencialidades acerca da Usina do Queimado em Campos dos Goytacazes/RJ. **Paisag. Ambiente:** ensaios, São Paulo, v. 30, n. 44, e158264, 2019.

SOUZA, T. da S. de.; SANTOS, J. C. dos.; PAES, R. da S. Gestão do território e ocupação de áreas irregulares: análise do caso da Favela Margem da Linha no município de Campos dos Goytacazes/RJ. **Revista Equador** (UFPI), v. 5, n. 4, p. 164-186, 2016.

TERRA, D. C. T. Royalties em Campos dos Goytacazes ampliam as desigualdades socioespaciais. In: PIQUET, R.; CRUZ, J. L. V. da.; VILANI, R. M. (orgs.). **O desafio da abundância:** 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região. 1. ed. RJ: Garamond, 2013. p. 188-192.

TOPALOV, C. **Ganancias e rentas urbanas:** elementos teóricos. Tradução: Fábio Enrique Velásquez Carrillo. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

VIEIRA, N. P. Remoções de moradias e trabalho da/o assistente social: atualização de antigas requisições. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018. p. 181- 202.

ZACCHI, R. C. **O papel dos proprietários fundiários e do Estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados:** Campos dos Goytacazes (1980-2011). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem da UENF, Campos dos Goytacazes, maio 2012. 170 p.



# MARXISMO E DECOLONIALIDADE: existe diálogo possível?

Carmen Corato  
Luis Eduardo Acosta

## Introdução

Este capítulo é um convite franco e fraterno acerca de duas vertentes teóricas importantes e atuais, a teoria social marxiana e a decolonialidade. Ambas possuem uma variação imensa de interpretações em seu interior, algumas convergentes e outras nem tanto. Para nós, autora e autor deste texto, ser marxista é o mesmo que dizer que em suas análises precisam ser consideradas a teoria do valor trabalho, dominar e utilizar o método de investigação marxiano e ter na concepção de revolução comunista o horizonte para transformar essa realidade que constituiu e se mantém por meio da propriedade privada dos meios de produção, da exploração da força de trabalho livre e assalariada e da extração de mais-valia. Enquanto a decolonialidade implica em localizar o apagamento e a invisibilização das civilizações nativas de África e das Américas, e mais, edificar condições objetivas hoje para que as/os filhas/os das diásporas africana e americana possam existir com dignidade.

Na busca da construção desse diálogo, que escrevemos essas poucas linhas, pois defendemos e acreditamos que é possível edificar na atualidade um mundo que permita que as pessoas negras e indígenas possam existir para elaborar e praticar uma transformação societária altamente radical, porque será necessariamente humana, no sentido lato da palavra. Para tanto, iniciamos com uma breve síntese do que se trata a tradição marxista; em seguida, abordamos de modo bastante sistematizado o debate da colonialidade, uma vez que muitas críticas empreendidas contra o marxismo vem de um entendimento desvirtuado da obra marxiana, e, por outro lado, muitos marxistas também não leram as obras decoloniais e acusam esse campo de pós-moderno ou identitário, e vemos que em muitos casos, seja num campo ou no outro, as leituras daquilo que se critica fica num nível bem raso de conhecimento. Nosso intuito é possibilitar uma resumida incursão entre os fundamentos teórico-metodológicos de um e de outro, para que as/os teóricas/os de ambas correntes possam se sentirem instigadas/os a ler mais, antes mesmo de realizarem alguma crítica, porque o problema não é a crítica em si, pois faz parte da produção de saber; o desafio é criticar com a mesma seriedade que Marx fez em suas obras porque lhe interessava revolucionar o modo burguês de ser e viver, no intuito de construir uma sociedade humanamente emancipada.

A análise do capital a partir da teoria do valor e as sucessivas metamorfoses: mercadoria, dinheiro, capital, e a extração da mais-valia através da exploração da força de trabalho e as opressões concomitantes, operando em forma desigual e combinada, fazem parte dos fundamentos da teoria social marxiana. O capitalismo chegou a se constituir no atual sistema mundial imperialista num longo processo de desenvolvimento, a partir da solo do continente Europeu Ocidental, desde o final do Renascimento, no século XIV, continuado pela expansão colonial, alimentado pela Reforma Protestante e o movimento

da Ilustração, que ajudou na destruição dos valores estamentais e aristocráticos do Antigo Regime, até a tomada do poder político simbolizada pela revolução Francesa, no século XVIII com as bandeiras de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Foi, e ainda continua a ser, um processo extremamente violento, onde as capacidades bélicas dos estados europeus foram essenciais para o triunfo planetário deste sistema. Neste percurso, a burguesia europeia atuou como classe social com tendências predominantemente progressistas. Dizemos predominantemente progressista, já que como demonstrado por Mbembe (2014), a expansão colonial foi também um longo período, de quatro séculos, de construção da razão negra, para justificar a violência da escravidão praticada por homens brancos europeus, do tráfico de escravos, e da classificação étnico-racial da população, como também analisado por Aníbal Quijano (2005), com o conceito de poder decolonial, cujos efeitos são devastadores para uma parte enorme da humanidade, como por exemplo, a necropolítica e o epistemicídio, os quais se prolongam até à atualidade.

Apresentamos a seguir algumas reflexões preliminares, desenvolvidas ao longo dos estudos de doutorado de Corato (2022), sobre as possibilidades do marxismo poder contribuir para fazer a crítica teórica e prática do racismo como uma das expressões mais relevantes da “questão social” na formação social brasileira. Através de uma pesquisa bibliográfica, é apresentada uma reflexão sobre o caráter da teoria fundada por Marx, o debate sobre a modernidade, seus limites pela forma burguesa e as elaborações do movimento decolonial, também conhecido inicialmente como estudos subalternos. A reflexão em tela aponta para incorporar algumas das elaborações dos estudos de intelectuais comprometidas/os com uma leitura que visa valorizar as grandes contribuições das civilizações africana e indígena, seja no processo de resistência ao escravismo, seja na luta atual pela manutenção dessas vidas em condições dignas de se viver, para desde uma perspectiva classista, enfrentar o debate do racismo e outras formas de opressões muito presentes na sociabilidade burguesa.

## **A tradição progressista da modernidade: o legado do marxismo**

A tradição marxista surgiu quando Friedrich Engels (1820-1895) e Karl Marx (1818-1883), em meados do século XIX, ao analisar as lutas das classes trabalhadoras por melhores condições de vida na Europa, passaram a questionar do ponto de vista teórico e político as ações truculentas da burguesia contra os levantes populares. Esta tradição emergiu na medida em que pensadoras e pensadores passaram a estudar as obras de Marx e buscaram ampliar o arcabouço teórico-político que visa pôr fim à sociabilidade capitalista (Corato, 2022).

Diversas produções do próprio Marx, as quais também são denominadas de marxianas, foram escritas com profundas e contínuas colaborações de Engels e muitas foram frutos da parceria com este último. Assim, não podemos afirmar que Marx era marxista, pois esta vertente teórico-política surgiu a partir de intérpretes das obras desses grandes pensadores, os quais foram teóricos sociais comprometidos com a revolução comunista e quiseram mais que interpretar o mundo à sua volta, desejaram e praticaram mudanças radicais pelo mirante analítico das classes trabalhadoras.

Marx (2006), em suas produções, destaca que a burguesia cumpriu um papel altamente revolucionário, na época que pegou em armas para derrotar a nobreza e o clero, as então classes dominantes do Antigo Regime europeu. Foram séculos de intensas lutas entre as classes que possuíam o poder econômico e político, de um lado, e de outro, a burguesia liderando as massas populares questionando toda aquela estrutura social. Esses enfrentamentos ocorreram desde o Renascimento e se encerraram com a vitória da burguesia, tendo como grande marco o ano de 1789, quando na França foi consolidado o modo de fazer política e de produzir e reproduzir a vida material daquela classe social que vinha em ascensão. À burguesia interessava e ainda assim o é, manter a ordem social que instaurou e passou a dominar, buscando extinguir todas as forças capazes de superar a forma capitalista de viver em sociedade (Corato, 2022).

A participação ativa das massas populares foi determinante para o triunfo burguês. A radicalização das lutas na busca pela igualdade, pela fraternidade e pela liberdade, a tão conhecida cultura ilustrada, significou um importante passo ao desenvolvimento civilizatório, visto que a sua conquista levou a destruição de um conjunto de explicações metafísicas acerca do real, tal qual, a noção de que a nobreza e o clero existiam porque assim Deus os criaram como seres superiores, os quais tinham sangue azul, e caberia aos servos aceitar, com resignação tal situação. Ou seja, muitas explicações sobre a vida social eram depositadas no campo da fé cristã, e nada e ninguém deveria ou até mesmo poderia questionar a validade dessas crenças.

No entanto, a cultura ilustrada foi totalmente abandonada pela burguesia após se tornar a classe política e economicamente dominante. A igualdade tornou-se quase um adorno social, uma vez que passou a ser entendida em seu aspecto formal do direito burguês em que todas as pessoas, aparentemente, possuem o mesmo direito. A liberdade, por sua vez, ficou circunscrita ao indivíduo possuidor desse suposto direito natural, o qual só poderá ser realizado a depender do quantitativo de equivalente geral, o dinheiro, que possui. A fraternidade se tornou um componente falacioso entre aqueles/as considerados/as realmente humanos, os quais passaram a dirigir a sociedade de classes, sob os moldes burgueses.

Desde então a burguesia instituiu um mundo à sua imagem e semelhança, estabelecendo relações sociais, que para servir aos interesses dessa classe, passaram a ser naturalizadas. A forma de fazer política tem por referência a revolução francesa, que passou a organizar a sociedade no modelo republicano, em que a participação de todos os cidadãos e todas as cidadãs se dá através da democracia representativa, em que de tempos em tempos a população é chamada a eleger, dentre aquelas opções limitadas, os seus governantes (Corato, 2022).

Já do ponto de vista da economia, a referência é a revolução industrial inglesa, ocorrida em 1760, e desde então o mundo passou a produzir matérias-primas que serviram e servem para a produção de mercadorias. A divisão internacional do trabalho permitirá que certos países estejam no centro das deliberações capitalistas, enquanto outros estarão subordinados aos desmandos do grande capital. A forma capitalista de produção e reprodução material da vida tem como fundamento a valorização do valor, assim, todas as dimensões da vida humana estão submetidas à lei do valor e foi a supracitada revolução que estabeleceu para o mundo todo essa forma de organização material da vida, em que de um lado estão os detentores dos meios de produção, a burguesia, e de outro, estão aquelas

pessoas que apenas possuem a força de trabalho apta a ser vendida em troca de um salário para manter a si e a sua prole (Corato, 2018).

O campo da filosofia ficou a cargo dos alemães, como disse Lenin (2004), os quais teorizaram aquilo que os franceses fizeram. Foi Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) que sintetizou brilhantemente a tradição progressista da modernidade, aquela corrente capaz de analisar o real em sua negatividade, isto é, apreender que aquilo que podemos apenas perceber com os sentidos, não necessariamente encerra o objeto analisado. Hegel, de acordo com Coutinho (2010a), edificou as bases dessa tradição, quais sejam, o humanismo, o historicismo e a razão dialética. Em outros termos, foi esse pensador que apresentou a noção de que o real possui aspectos contraditórios e que nessa realidade existe sempre uma potência em vir a ser outra coisa.

O idealismo de Hegel se dá justamente porque ele coloca para o espírito a responsabilidade do desenvolvimento humano, espírito esse responsável em se realizar nesta forma social, cuja maior e mais adequada manifestação se deu na França. Para este autor todas as nações, obrigatoriamente, caminhariam para desenvolver a experiência política francesa, a qual era o que de melhor se poderia haver, e disso não haveria maior superação, eis o seu elemento conservador (Marcuse, 1969). Hegel acreditava que o desenvolvimento burguês era o que melhor a humanidade poderia desenvolver e deveria se manter. Entretanto não deve ser esquecido que para Hegel, e este é seu limite europeu burguês, os povos africanos não eram capazes de construir história numa evidente mistificação racista do processo histórico que para este autor começava no Oriente e finaliza no Ocidente, mas precisamente na Prússia daqueles dias, quando na história real a humanidade começou na África, se deslocou para Oriente e Ocidente, como demonstra Dussel (2005).

A África não é uma parte histórica do mundo, não oferece qualquer movimento, desenvolvimento ou qualquer progresso histórico próprio. [...] o que entendemos propriamente por África é o espírito sem história, o espírito não desenvolvido, envolto em condições naturais (Hegel, 1985, p. 316-392).

Marx tinha por sistemática de pesquisa, de sistematização e de escrita ler os grandes autores e tecer críticas profundas sobre os fundamentos e o método de tais obras e com os economistas clássicos e com Hegel não foi diferente. Marx ao analisar essas obras pôde apreender que aquilo que escreveram não passava de um manifesto em defesa da ordem burguesa, uma capitulação direta e desavergonhada diante aos interesses da classe dominante. Marx em sua obra seminal, *O Capital*, cuja primeira publicação foi no ano de 1867, apresentou uma série e profunda análise da lógica do capital, pegando de Hegel a razão dialética, em que buscou demonstrar como são os seres humanos organizados em certas relações sociais que produzem a história, Marx retirou o idealismo hegeliano e por isso este pensador é considerado herdeiro e continuador da tradição progressista da modernidade (Corato, 2018).

Marx (2006), ao investigar a anatomia da sociabilidade burguesa, visava mais que compreender, objetivou transformar radicalmente essa sociedade em que a origem da riqueza está na exploração da força de trabalho. O capitalismo implica uma sociabilidade ancorada na propriedade privada dos meios de produção fundamentais à produção e à reprodução material da vida, na exploração da força de trabalho livre para ser assalariada e

na extração de mais-valia. É exatamente sobre essas bases que o capitalismo se fundou e opera, pois de um lado estão os detentores dos meios de produção e de outro, estão aquelas pessoas que possuem somente a força de trabalho para ser vendida em troca de um salário. Assim, para Marx (2006) a constituição das classes sociais está exatamente onde cada membro ocupa, em que a classe trabalhadora produz toda riqueza que é apropriada privadamente pela burguesia.

O enfrentamento entre essas classes com interesses antagônicos e inconciliáveis, Marx (2006) denominou de lutas de classes, o motor da história humana. Na tentativa de mediar a relação entre essas classes, de modo a manter a ordem social que o Estado burguês emergiu, logo, este ente nunca foi neutro e tampouco defende os interesses gerais de todos/as, ao contrário, Engels e Marx (2007), o denomina de comitê executivo da burguesia e assim permanece até os dias atuais, pois vai atualizando formas de preservar interesses privados das classes dominantes.

Marx (2006) coloca para a humanidade os problemas os quais produziu, ainda que consciente de que nascemos em certas relações sociais, independentes de nossas vontades individuais, mas que se a classe trabalhadora, a produtora de toda a riqueza, se organizar e assim desejar, poderá edificar uma sociedade humanamente emancipada, ou seja, sem exploração e opressão de classes, raça, gênero, geração e sexual.

Para que qualquer pensador/a possa ser considerado/a marxista precisa, necessariamente, considerar atual a teoria do valor trabalho, o método de análise capaz de apreender criticamente essa sociabilidade e sustentar a concepção de revolucionar essa ordem social. Assim, para os autores deste artigo, a teoria social marxiana é atual, portanto, não foi superada, e a cada dia percebemos o quanto as relações sociais sob os interesses do capital vem produzindo o desenvolvimento das forças produtivas que estão levando toda a humanidade a um grande abismo. Marx (2006) já havia sinalizado que o fim último do capital é a valorização do valor, e para tanto, o capital transforma todas as dimensões da vida em mercadoria, o que em razão direta tem produzido um conjunto de desastres que nada tem de naturais e sim socialmente produzido por esse modo de produzir a vida.

Há uma outra importante característica da obra de Marx que é o caráter fetichista das relações sociais no capitalismo que tem como fundamento o processo de alienação, exteriorização e objetivação dos produtos do trabalho e o rebatimento na subjetividade e na constituição sócio-histórica do gênero humano. Certamente há autores que consideram essa caracterização das relações sociais como um resíduo idealista hegeliano, como no caso de Althusser. Entretanto, este é um elemento fundamental para entender a opacidade própria deste regime social, e a constituição da subjetividade individual e social na forma de cultura. O desenvolvimento do fetichismo na época dos monopólios dá lugar à reificação das relações sociais, como teorizado por Lukács (2003).

Além de validar essa teoria, o intuito da autoria caminha no sentido de afirmar que essa leitura é válida para os países que viveram a nefasta experiência colonial escravocrata, o que redirecionou por completo a sua história, fazendo que essas nações desenvolvessem um tipo muito particular de capitalismo, aquele denominado de dependente (Fernandes, 1981), que, dada a divisão internacional do trabalho, coube a esses países enriquecerem, a base do uso da força de trabalho escravizada, a Europa. Considerando essas duas faces da mesma moeda, ou seja, de um lado os países que colonizaram o mundo, e de outro, os

países colonizados, queremos fazer alguns apontamentos acerca da atualidade das teorias decoloniais, objeto do próximo item.

## **O capitalismo na periferia: racismo, escravidão e superexploração**

No campo do marxismo particularmente nestes dias que se travam lutas contra as denominadas “opressões” há todo um debate sobre o caráter da obra de Marx e da tradição que dela se deriva, incluso nessa tradição o próprio Engels, e o conjunto muito ramificado dos autores que se referenciam nas elaborações fundacionais de Marx. A pergunta é se Marx foi ou não eurocêntrico. Nesse sentido há diversas leituras e inclusive se ao longo da trajetória política e intelectual de Marx pode ser identificado um ponto de virada, onde Marx, revela uma nova sensibilidade para as lutas dos povos oprimidos. É exemplar entre aqueles que afirmam o eurocentrismo de Marx (e Engels) a formulação no Manifesto Comunista (2005):

A descoberta da América, a circunavegação da África abriu um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.

Nesta passagem, aparece uma visão progressista do processo de colonização. O sujeito histórico é a classe trabalhadora dos países colonizadores, enquanto os povos colonizados aparecem aqui como povos sem história. Evidentemente Marx (2005) não tem uma perspectiva apologética da colonização, apenas constata um processo histórico e faz uma ponderação do papel deste processo no desenvolvimento do capitalismo.

Há, entretanto, uma visão diferenciada nas análises de Marx a partir dos anos 60 do século XIX quando trata sobre a questão da Irlanda e ele próprio faz uma análise autocrítica sobre a situação de opressão nacional da classe trabalhadora irlandesa. Numa carta dirigida a Engels no ano de 1869:

Eu acreditei durante muito tempo que era possível derrubar o regime irlandês através da ascensão da classe trabalhadora Inglesa. Foi sempre essa a posição que eu representei no New York Tribune. Um estudo mais profundo convenceu-me do oposto. A classe trabalhadora inglesa nunca irá conquistar nada sem primeiro se livrar da Irlanda. É por isto que a questão irlandesa é tão importante para o movimento social em geral..

Aqui há uma incipiente formulação do papel do colonialismo como obstáculo para o desenvolvimento. Também é perceptível que a classe trabalhadora da nação oprimida, neste caso Irlanda, tem capacidades históricas, inclusive potencialmente tem um papel de principal força motriz com relação a classe trabalhadora do país opressor, que neste caso é a Inglaterra. Numa chave da teoria da dependência podemos dizer que há uma incipiente intuição da formulação do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, rompendo com a anterior visão “difusionista” do capitalismo. A partir desta formulação já é possível conceber o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial como um processo “desigual e combinado” e, portanto, romper com uma perspectiva linear, etapista, do

desenvolvimento de cada realidade nacional e pensar em “saltos”, assim como na ruptura do elo mais fraco da cadeia imperialista.

Marx, nessa mesma época, também se interessa pela guerra civil nos EUA entre o Norte e o Sul e se pronuncia, em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores em favor da abolição da escravidão. No livro “O Capital” está a afirmação que “*O trabalho de pele branca não se pode emancipar onde o de pele negra é estigmatizado*”, no momento em que Marx analisa no Livro Primeiro, o capítulo referido *A luta pelo dia de trabalho normal. Repercussão da legislação fabril inglesa noutros países* (Marx, 2006).

Também no mesmo livro há diversas formulações no mesmo sentido, onde se relaciona o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o trabalho livre com a escravidão, que será objeto privilegiado de análise da Teoria Marxista de Dependência (2022). Segundo esta teoria o capitalismo no centro funciona de uma forma, com trabalho livre assalariado, e na periferia de forma diferenciada, com trabalho escravo durante quase quatro séculos e com mecanismos de superexploração do trabalho “livre” depois da abolição da escravidão e até nossos dias.

A descoberta das jazidas de ouro e prata da América, o extermínio, a escravatura e o enterramento nas minas da população aborígine, o início da conquista e da pilhagem das Índias Orientais, a conversão do continente africano num terreno de caça para os escravos negros são acontecimentos que assinalam o início da era da produção capitalista (Marx; Engels, s/d, p. 116. Tradução nossa).

Em um sentido diferente, ou seja, eurocêntrico, é bastante citado o caso de Engels, na formulação no clássico livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1984). Neste livro há uma apresentação da história, etapista. Engels, organiza a história da humanidade em etapas sucessivas. Segundo Engels o livro é uma tentativa de sintetizar elaborações do próprio Marx suscitadas pelas leituras do livro *Ancient Society*, de autoria de Lewis Henry Morgan. Este livro chegou às mãos de Marx através de Maksim Kovalevsky, no ano de 1879, ou seja, depois da publicação do primeiro volume do capital. Kovalevsky conheceu Marx, para entregar um livro da sua autoria: *Propriedade Comunal da Terra*. Segundo Engels, o livro *d'a origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1984), está organizado a partir das anotações do próprio Marx. Há uma dúvida sobre se Engels, teve acesso efetivo à obra de Morgan, ou apenas trabalhou a partir das anotações de Marx.

Entretanto, há uma crítica à formulação “etapista” do texto de Engels. Isto porque no texto de Engels, não há nenhuma referência ao modo de produção asiático, reduzindo a história da humanidade a um processo único, iniciado no comunismo primitivo identificado com a sociedade gentílica e essa com o modo de produção asiático, continuado com a escravidão, o feudalismo e o modo de produção burguês. Para Engels nesta formulação há um processo único, universal, eurocêntrico. Entretanto, este processo, não pode ser considerado universal, é apenas, em todo caso, o processo da sociedade ocidental. Mas, na consideração de Engels esta proposta que tem nitidamente uma tonalidade positivista, evolucionista, é apresentada como sendo o testamento teórico do próprio Marx. Lembremos que Morgan trabalha com um esquema etapista da evolução da humanidade: Selvageria, Barbárie e Civilização.

Assim como o Marx tardio, leu e fez anotações sobre o livro de Morgan, com uma seleção das quais Engels fez o livro “*Da origem da família ...*” (1984), também Marx fez

outras anotações que depois foram selecionadas e publicadas como “Cadernos Etnológicos” por Lawrence Krader no ano de 1972. Aqui também a seleção de textos aponta para apresentar um Marx evolucionista

Entretanto, há uma outra interpretação sobre as preocupações do Marx, particularmente neste último estágio da vida, mas que já estavam presentes em outros momentos da vida dele. Os estudos sobre a comunidade russa e as possibilidades de transição para o socialismo, sem ter que transitar previamente pelo capitalismo, ocupam o escasso tempo de Marx, o que significa que para nosso autor não estava excluída por nenhuma “lei histórico-natural” universal, e, portanto, não há um etapismo que torne o caminho europeu, modelo para ser seguido por todos os povos. Neste sentido não há hierarquia entre os povos nem etapas pré-definidas na história da humanidade.

Durante sua vida, Marx observou de perto os principais eventos da política internacional como pode ser constatado nos seus escritos e cartas. Particularmente na década de 1880 ele expressou firme oposição à opressão colonial britânica na Índia e no Egito, bem como ao colonialismo francês na Argélia (este foi o único país fora da Europa que conheceu pessoalmente no ano de 1882 ficando por razões de saúde por apenas 72 dias). Antes Marx, como já foi dito, se interessou pela questão irlandesa e formulou a ideia que a libertação dos trabalhadores da Inglaterra dependia da libertação nacional dos irlandeses, o que poderia ser considerado uma intuição do que logo depois, na segunda metade do século XX, seria analisado pelos autores da Teoria Marxista da Dependência. Portanto, ele não foi eurocêntrico e obcecado apenas pelo conflito de classes. Marx considerava o estudo de novos conflitos políticos e áreas geográficas periféricas como fundamental para sua crítica contínua do sistema capitalista. O mais importante é que ele sempre tomou o partido dos oprimidos contra os opressores.

## **O debate da transmodernidade e a decolonialidade**

O conceito de transmodernidade foi desenvolvido por Enrique Dussel (2005) como uma crítica à modernidade eurocêntrica. O curso da história mostra que, exatamente ao mesmo tempo que a Revolução Francesa (1789-1799), sob as bandeiras da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, teve lugar a Revolução Haitiana (1791-1804). Este fato merece ser destacado pelo carácter social desta revolução, uma revolução anticolonial, pela abolição da escravatura, que paradoxalmente foi reprimida pelas forças francesas. De fato, a Revolução Francesa aboliu a escravatura, em 1794, em todas as suas colônias e declarou que todos os negros eram cidadãos, e o curioso foi que o tráfico de escravizados não foi abolido, apenas a escravatura.

No entanto, ela foi restabelecida por Napoleão Bonaparte, Napoleão I, a quem Gramsci (2000) se refere como uma das duas formas de cesarismo, o cesarismo progressista, em 1802, até que a escravatura nas colônias francesas foi novamente abolida, em 1848, durante a Segunda República Francesa, em abril de 1848 e em dezembro do mesmo ano Napoleão III ganhou as eleições - por sufrágio universal masculino - e foi esta figura política que deu origem a expressão de Gramsci do cesarismo regressivo, que dará origem ao Segundo Império Francês.

Há um outro episódio no curso da Revolução Francesa que também merece nossa atenção. Trata-se da adoção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em



1789. Sabe-se que houve uma proposta feita, em 1791, por Marie Gouze, que adotou o nome Olympe de Gouges para assinar as suas peças de teatro, panfletos e petições quem apresentou na Assembleia Nacional uma Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã que não foi considerada. Esta pioneira do feminismo acabou na guilhotina, em 1793. Embora os motivos da sua execução se devessem à proposta contida num outro panfleto a favor de uma monarquia moderada, a justificação do seu acusador, o procurador Chaumette, foi a de que deveria ser condenada por ter esquecido as virtudes do seu sexo, o que demonstra que a igualdade, lema da Revolução, não era tão universal como se afirmava. No final, a declaração foi rejeitada, sendo completamente ignorada política e academicamente, e Olympe de Gouges permaneceu quase desconhecida na investigação até ser republicada em 1986 por Benoîte Groult (2013). Estes dois episódios demonstram o “esquecimento”, por parte da primeira geração de revolucionários ilustrados franceses, daquilo a que hoje chama comumente de opressão de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, étnico-racial, geracional.

Estes episódios, junto com todo o percurso da história no século XX com suas guerras mundiais e as lutas de descolonização, colocam em xeque considerar a modernidade como época do triunfo da razão. A forma burguesa da modernidade, faz que a razão perca seus atributos humano-genéricos, emancipatórios, tais como a totalidade, o humanismo e o historicismo, e passe a ser apenas uma forma de racionalidade instrumental, tal como foi analisada inicialmente por Lukács, em *História e Consciência de Classe* (2003) e desenvolvida extensamente pelos pensadores da Escola de Frankfurt entrelaçada com o conceito de racionalização weberiana. Assim, o conceito de razão instrumental passa a ser o vetor analítico da destruição da razão, na época dos monopólios ou na formulação de Carlos Nelson Coutinho (2010b) a miséria da razão no período pós Segunda Guerra Mundial.

Podemos dizer, nesse sentido, que o conceito da razão negra, formulado por Achille Mbembe em *Crítica à razão negra* (2014), pode ser também considerado como uma degeneração do conceito clássico de razão, formulado pela filosofia clássica antiga e que fora apropriado pela filosofia alemã moderna, como se fosse parte da infância da filosofia. Entretanto, o conceito de Mbembe (2014), se diferencia da elaboração lukacsiana, pelo fato que para Lukács (2003), a razão instrumental, surge a partir da consideração da força de trabalho como mercadoria coisificada, de fato uma mercadoria consciente e falante. Para Mbembe (2014), a razão negra diz respeito ao trabalho escravo e a construção do racismo como mecanismo de exploração e de submissão, ainda que segundo o autor, esta formulação se estende até as atuais formas de sociabilidade fundadas na generalização do trabalho assalariado e à tendência daquilo que os teóricos da Teoria Marxista da Dependência denominam como superexploração da força de trabalho.

Têm em comum estas duas formulações o fato que são um desdobramento do desenvolvimento do capitalismo, sendo que o capitalismo no “centro” promove o assalariamento e o capitalismo na “periferia” promove renovados mecanismos de acumulação originária e como parte desses mecanismos, a generalização do trabalho escravo racializado tanto seu comércio como o uso. Neste caso, estamos diante da subsunção formal da força de trabalho ao capital e no outro caso da subsunção real da força de trabalho ao capital, ambas articuladas de forma desigual e combinada no processo do desenvolvimento em escala mundial do capitalismo.

Este mesmo autor, Mbembe (2016), desenvolve o conceito denominado de necropolítica para fazer referência à escravidão negra e ao tráfico de escravos, que aconteceu durante a colonização e até nas primeiras décadas do período de vida independente das jovens nações americanas no século passado. Pensamos que há uma conexão entre este conceito de necropolítica e o conceito de eugenia, pois ambos carregam a marca do racismo, do ódio ao outro não branco, aquelas pessoas todas que não são de origem europeia.

A eugenia parece ser um conceito mais abrangente, já que inclui nas suas práticas os deficientes físicos e mentais, entretanto, o argumento é semelhante daquele das práticas da necropolítica, no sentido de serem considerados seres “degenerados” que deviam ser extintos, para chegar a um modelo humano “nórdico”. É um exemplo concreto do ocultamento do outro como fala o filósofo argentino Enrique Dussel (1993), e que segundo ele, caracteriza o projeto da modernidade eurocêntrica, razão pela qual vai propor o conceito decolonial de transmodernidade. Para o filósofo argentino-mexicano, o elemento fundante da modernidade é a chegada dos colonizadores europeus ao Novo Mundo e a negação dos atributos humanos aos povos originários, diferentemente do entendimento habermasiano, eurocêntrico, para quem o elemento fundante é a Reforma Protestante.

Foi o sociólogo peruano Aníbal Quijano, quem, em 1992, elaborou o conceito de decolonialidade do poder com esta formulação:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Portanto, a colonialidade é uma forma de poder conectada à divisão racial do trabalho. Assim, a colonialidade do poder refere-se ao modo com que a população mundial passou a ser classificada a partir de um conceito de raça, afetando todas as áreas de existência social.

Estas formulações podem ser articuladas com elaborações anteriores realizadas, tanto por Frantz Fanon (2008) nos anos 60 do século passado, como por Mariátegui (2007) nas primeiras décadas daquele mesmo século. Este último, aliás, fundador do marxismo latinoamericano, ou em outros termos, da assimilação crítica e criativa do marxismo na Nossa América. Mesmo que tenha sido Quijano (2005) quem nomeou o decolonial, seguramente foi Frantz Fanon quem inaugurou esta reflexão, entendida como uma forma de poder a partir da interiorização da figura do colonizador como exemplo “perfeito” do ser humano.

Mariátegui (2007), por sua vez, reconhece o papel dos povos indígenas na composição da força política das transformações revolucionárias no nosso continente na luta por um socialismo indo-americano, “que não fosse decalque nem cópia” dos processos revolucionários de outros países. Destacamos neste autor a participação na experiência da Universidade Popular Gonzalez Prada como projeto político-cultural, na busca de uma

cultura nacional e popular para alimentar o projeto emancipatório da classe operária, originário na “Nossa América”.

## **Marxismo e decolonialidade: perspectivas atuais de diálogo**

O modo capitalista de produzir e reproduzir a vida social tem como fim último a valorização do valor, mesmo que isso custe o destino social da humanidade e isso é um traço constitutivo dessa maneira de se viver. É suficiente a gente lembrar o quão bárbaro foi o período das colônias, cuja violência contra os povos tradicionais das Américas e de África era o meio de assegurar a paz branca. Foram milhões de vidas ceifadas para que os europeus pudessem acumular riquezas para promover revoluções sociais. Foram as terras férteis e abundantes, somadas com a força de trabalho inesgotável do Continente Africano para ser escravizada nas Américas e na Europa, que possibilitaram que esta última tivesse força de trabalho livre para ser assalariada e fazer revoluções (Corato, 2022).

Queremos dizer com isso que, de um lado, uma parte da humanidade experienciou a modernidade burguesa, especificamente as nações colonizadoras, as quais usufruíram da cultura ilustrada, e de outro, milhões de pessoas foram privadas justamente da liberdade, através da escravidão, da igualdade, porque foram tratadas como supostamente inferiores aos ditos civilizados europeus, e tampouco conheceram a fraternidade nos longos séculos de escravidão. Assim, a colonialidade é o avesso da modernidade burguesa e o que legitimou algo tão bárbaro, como a escravidão foi justamente a noção de raça inventada pela modernidade burguesa. A base sob a qual se ergueu o liberalismo é a primazia da liberdade individual que todos os seres humanos possuem naturalmente, assim acreditam os liberais clássicos europeus, no entanto, o que ocorreu nas colônias foi justamente o avesso dessa liberdade liberal, uma vez que a privação de liberdade, por meio do trabalho forçado, foi o motor para a produção de toda riqueza das metrópoles.

Desde o processo colonizador e, é importante a autoria sinalizar o que se entende por projeto colonial, que nada mais foi do que a forma como a Europa impôs o seu modo particular de vida como algo universal, visto que esse tipo particular humano ocidental é um ser que não expressa toda a diversidade humana. Então, o mundo passou a ser dividido entre uma raça pretensamente superior, a branca, e as outras supostamente inferiores, a negra e a indígena. Como nos mostra Corato (2024, p. 16)

O conceito central de raça emergiu como uma tentativa de resolver, do ponto de vista teórico-prático, a contradição da herança iluminista entre o europeu detentor da liberdade, da fraternidade e da igualdade versus a destruição, o genocídio e a escravização colonial. Assim sendo, a classificação racial preconceituosa e discriminatória passou a acompanhar aberta ou veladamente as teorias em todas as áreas do saber, sem exceções; e aquelas obras que se pretendem neutras frequentemente manifestam o racismo através da crença na hierarquização e classificação raciais.

Desse modo, entende-se que o racismo é um determinante nas relações sociais capitalistas, isto é, não é possível apreender as determinações sociais nessa ordem social ignorando o quanto o racismo operou e opera para manter a exploração. O racismo, nesses termos, nos evidencia o quanto a lógica ocidental criou um mundo à sua imagem e semelhança, pois universalizou um tipo humano muito particular e é esse ser que está a

frente das decisões do conjunto de toda a vida humana, porque ele é ser considerado humano portador de direitos, qual seja, o homem, de ascendência europeia, branco, cisgênero, heterossexual, em idade produtiva, sem nenhuma deficiência e preferencialmente endinheirado. No extremo oposto, estão aqueles seres considerados não civilizados, alguns em maior ou em menor medida, quais sejam, a mulher, especialmente a negra, a indígena, a africana/a afroamericana, seja ela hetero, bi, homossexual, travesti, transexual. De certo, entre o ser eleito como civilizado e o ser tratado como bárbaro, perpassam outros segmentos populacionais também estigmatizados, como os homens indígenas e negros, a população judia, dentre outros.

É a partir da crítica social dessa natureza que acreditamos haver um diálogo entre o marxismo e a decoloniadade, uma vez que é o legado marxiano que nos permite compreender a lógica do capital, cujo fundamento é a exploração da força de trabalho que produz toda a riqueza, a qual é apropriada privadamente pela burguesia, visto que esta última detém os meios de produção. Já o pensamento decolonial não se pretende universal, não deseja devastar, destruir, arruinar as outras civilizações não brancas, o que se almeja é produzir conhecimentos e ações políticas que humanize quem sempre foi prática e teoricamente desumanizado, as populações negras e indígenas.

São as elaborações decoloniais que rompem e superam os limites analíticos eurocêntricos burgueses, e também são as lutas decoloniais que têm mostrado os caminhos de resistências para a manutenção das vidas negras e indígenas. Importante sinalizar que entre essas/es as/os autoras/es há também, como é próprio de correntes teóricas, análises distintas em seu interior e muitas delas não parecem concordar com o entendimento de que há diálogo possível entre o marxismo e a decolonialidade.

Nosso entendimento caminha no sentido de que o marxismo hegemônico muitas vezes desconsiderou as relações raciais e de gênero em suas elaborações teóricas e conseqüentemente nas intervenções políticas, cujo desdobramento se dava nas defesas da centralidade da classe em detrimento de outras dimensões da vida social, alegando que, feita a revolução comunista, as demais questões seriam também resolvidas. A história demonstrou que não foi exatamente assim que ocorreu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), nem na China e nem em Cuba. Ademais, nossa defesa é que a urgência é de que as vidas negras e indígenas precisam ser consideradas nas teorias e nas práticas políticas porque estão sendo diariamente exterminadas, e isso significa dizer que a classe trabalhadora no Brasil está sendo exterminada.

Foi e é o pensamento que busca entender o avesso da modernidade burguesa que dá vida para todo o apagamento das civilizações negra e indígena, corrente esta que busca dar respostas ao genocídio desses povos. O pensamento decolonial em muito contribui para que essas pessoas possam existir sem ter seus corpos desrespeitados por essa noção de civilidade europeia que de civilizada não tem nada, pois diariamente essa forma de viver em sociedade atualiza os meios de exterminar as figuras eleitas como inimigas dessa modernidade, as populações negra e indígena. Nos termos de Mbembe (2016), o neoliberalismo é um projeto societário da modernidade burguesa que trata de desenvolver meios de assassinar o inimigo da razão moderna, o povo negro, justamente porque a morte passa a ser um assunto de alta precisão, basta a gente lembrar que o fuzil 762 utilizado por várias polícias militares no Brasil, atinge o alvo em até dois mil metros de distância.

A decolonialidade se dispõe a dar um trato humanizador para quem secularmente tem sido desumanizado, porque busca valorizar suas formas de conceber e viver no mundo e o marxismo, além de contribuir com uma visão crítica da modernidade burguesa, se propõe a revolucionar essa ordem social que explora a força de trabalho da classe trabalhadora, que, no Brasil é negra e indígena. Assim, nosso entendimento é de que o diálogo entre uma corrente e outra tanto é possível como necessário, se quisermos superar a lógica do capital.

## Conclusões

A teoria social de Marx é uma teoria social aberta, em processo de desenvolvimento, assim como o próprio objeto do qual ela trata. É uma teoria *sui generis* uma vez que tem uma nítida intencionalidade prática expressa na famosa XI teses sobre Feuerbach: “*Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo*”, formulada por Marx em 1845 e publicada por Engels em 1888. Envolve também uma teorização sobre a constituição da esfera sociocultural e da subjetividade dos indivíduos sociais a partir da centralidade ontológica do trabalho e dos processos de alienação e exteriorização e o estranhamento como particularidade das sociedades capitalistas, e particularmente no estágio monopolista, os processos de reificação.

Ao longo deste capítulo buscamos demonstrar, a partir da própria evolução das ideias de Marx, como herdeiro da modernidade despida da sua forma burguesa, sustentada pela classe operária, como o marxismo, ou em outros termos, determinados desenvolvimentos da teoria fundada por Marx, podem propiciar uma leitura não linear da história, não eurocêntrica, transmoderna, nas palavras de Dussel (2005), que podem contribuir, se forem desenvolvidos criativamente por intelectuais engajados com as lutas classistas, antirracistas, feministas, antilgbtqiap+fóbicas, com a luta dos povos e dos segmentos subalternizados da sociedade pela emancipação humana.

Essa leitura marxista não linear da história só tem sido frutífera porque muitas/os pensadoras/es que analisaram crítica e seriamente muitas obras marxistas, sobretudo, aquelas que buscavam encontrar nos países de capitalismo dependente a repetição das experiências europeias, uma noção deturpada da realidade, uma vez que negavam as particularidades dessas nações que foram colonizadas, dizendo que se tratava ora de lugares atrasados ou subdesenvolvidos, e ora como algo pré capitalista num sentido de quase selvagem. Muitas/os pensadoras/es decoloniais forçaram a tradição marxista a reverem parte de suas elaborações tanto porque algumas se tratam de equívocos teórico-metodológicos quanto porque leituras equivocadas produzem ações políticas distantes do que o real aponta.

Uma e outra se afastam do método marxiano, portanto, ainda que se pretendam marxistas, não o são e essas críticas não foi um movimento espontâneo endógeno, foi, simultaneamente, um processo desenvolvimento da tradição marxista que foi acompanhando o desenrolar da história das lutas de classes, quanto sofreu pressão de pensadoras/es, especialmente, decoloniais, os quais defendem e praticam formas de manutenção das vidas de todas as pessoas que a modernidade burguesa secularmente desconsiderou como humanos. Assim, este capítulo se trata de um exercício próprio de

correntes teórico-práticas que estão comprometidas em analisar o real com o objetivo de transformá-lo.

## Referências

- CORATO, Carmen. **As expressões do (neo)conservadorismo no Serviço Social brasileiro na atualidade**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da UFRJ, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5769895](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5769895). Acesso em: 20 fev. 2024.
- CORATO, Carmen. **Capitalismo, racismo e conservadorismo na Formação Social Brasileira: contribuições para o Serviço Social**. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro. 2022.
- CORATO, Carmen. Racismo e antirracismo na universidade: um diálogo urgente e necessário. In: **Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1** (fev. 1991) Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Semestral, 2024 - Ano XXXIV Nº 74, julho de 2024.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010b.
- DUSSEL, Enrique. **1492. O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes. 1993.
- DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e Eurocentrismo**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1984.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000-2001.
- GROULT, Benoîte. **Ainsi soit Olympe de Gouges: La déclaration des droits de la femme et autres textes politiques**. Paris: Grasset. 2013.
- HEGEL, Wilhelm Friedrich. **Introdução à história da Filosofia in Hegel – Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural. 1985.
- LENIN, Vladimir. **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho. 2007.

MARCUSE, Hebert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Acerca del colonialismo (Artículos y cartas)**. Moscú: Editora Progreso, s/d.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. (Livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2006.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 3. ed. Portugal: Antígona. 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufjf. n° 32. dezembro de 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Leher, Roberto e Setúbal, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro MARINI. **Dialética da Dependência e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular. 2022.

## SOBRE OS/AS AUTORES/AS

### ORGANIZADORAS:

#### **Alzira Mitz Bernardes Guarany**

Doutora em Serviço Social (PPGSS/UFRJ) com Pós-doutorado em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ; Professora Efetiva da ESS/UFRJ e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ; Líder do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade – LEPPTraS, no qual presta consultoria e assessoria, desenvolve projetos de pesquisa e extensão em saúde do trabalhador e saúde mental, assédio moral e outras violências laborais. Vice-líder do Grupo de pesquisa Sínteses/CESTEH/FIOCRUZ.

#### **Lilian Angélica da Silva Souza**

Mulher de fé e mãe de meninos pardos, ocupando o exíguo percentual de mulheres negras no magistério superior e na pós-graduação no Brasil. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ, no quadro permanente do PPGSS/UFRJ. Formada em Serviço Social e em Psicologia (PUC-Rio). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), com estágio doutoral na Universidade de Coimbra/Portugal, PDSE/CAPES. Mestre em Serviço Social (UERJ), como bolsista CNPq. Coordena a Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação (REPENSSE) - UFRJ.

#### **Nayara Alves de Aleluia**

Mulher negra, mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Representante discente titular. Coordenadora do coletivo de Negras e Negros dona Ivone Lara da UFRJ.

### AUTORES/AS:

#### **Alzira Mitz Bernardes Guarany**

Doutora em Serviço Social (PPGSS/UFRJ) com Pós-doutorado em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ; Professora Efetiva da ESS/UFRJ e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ; Líder do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade – LEPPTraS, no qual presta consultoria e assessoria, desenvolve projetos de pesquisa e extensão em saúde do trabalhador e saúde mental, assédio moral e outras violências laborais. Vice-líder do Grupo de pesquisa Sínteses/CESTEH/FIOCRUZ.

#### **Beatriz Lima Benjamim**

Assistente social graduada pela ESS/UFRJ e aluna de mestrado do PPGSS/UFRJ. Pesquisa as temáticas que envolvem a questão de gênero, com foco em violência contra a mulher, trabalho reprodutivo e família.



### **Carmen Corato**

Corato é professora, doutora, mestra e bacharel em Serviço Social. Pesquisa sobre as relações raciais na formação social brasileira; conservadorismo e neoconservadorismo; racismo e antirracismo; sexismo e antissexismo. É militante e ativista antirracista e antissexista. É compositora e sambista.

### **Cibele da Silva Henriques**

Professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lotada no Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenadora de Graduação da Regional Leste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

### **Daniel Silveira Lopes**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Cofundador do Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara e coordenador e orientador no Preparatório para o Mestrado em Serviço Social Bete Leandro. Representante discente titular das Comissões de Pós-Graduação e de Acompanhamento, Permanência e Avaliação de Políticas de Ações Afirmativas do PPGSS/UFRJ. Assistente Social especialista em oncologia pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2022). Bacharel em Serviço Social (UFRJ, 2019).

### **Gabriela Maria Lema Icasuriaga**

Graduação em Serviço Social pela Universidade da República do Uruguai (1989). Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997; 2005). Professora Titular do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### **Lília Guimarães Pougy**

Doutora em Serviço Social; docente aposentada da Escola de Serviço Social (ESS) UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenou o LIEIG – Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero. Atuou como supervisora na formação das equipes técnicas do Centro de Referência de Mulheres da Maré - Carminha Rosa e Centro de Referência de Mulheres - Suely Souza de Almeida. Fez parte da Comissão Especial de Segurança da Mulher do Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM) por quinze anos.

### **Luana de Souza Siqueira**

Docente da Escola de Serviço Social da UFRJ. Graduada em Pedagogia (UERJ). Graduada em Serviço Social (UFRJ). Mestre em Ensino de Biociências e Saúde (FIOCRUZ-IOC). Mestre em Serviço Social (UFRJ). Doutorado em Serviço Social (UERJ)

### **Ludmila Fontenele Cavalcanti**

Assistente Social e Advogada. Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio. Doutora em Ciências pelo IFF-Fiocruz. Pós-doutorado no Programa de Saúde Coletiva da UNIFOR.

Docente aposentada da ESS/UFRJ. Integrante do Núcleo de Políticas Públicas, Indicadores, Identidades e Trabalho (NUPPIT) e do Grupo Prevenção da Violência Sexual.

### **Luis Eduardo Acosta**

Assistente Social graduado na Universidad de La República Oriental del Uruguay (1980), com mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com experiência profissional na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, teoria social e serviço social, história do serviço social, disciplinamento higienista e prática profissional, movimentos sociais, educação e universidade popular.

### **Marisa Andrade**

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero - LIEIG. Diretora do Centro Inter-Nações Diversidade Cultural e Integração Social desde 2006. Pesquisadora sobre mercado de trabalho e a inserção da população migrante e refugiada. Membro da RedeMir. Membro da Comissão Executiva do Fórum de Assistência Social da cidade de São Paulo.

### **Miriam Krenzinger**

Assistente Social e Professora Titular da Escola de Serviço Social, docente permanente do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### **Paulo Sérgio Pereira Filho**

Professor Substituto do Departamento de Fundamentos do Serviço Social pela ESS/UFRJ. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFRJ), assistente social e mestre em Serviço Social. Membro do coletivo de estudantes indígenas da UFRJ (CEI/UFRJ) e do LABCURVA.

### **Pollyanna de Souza Carvalho**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/ESS). Doutoranda em Políticas Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF).

### **Rosimar Souza dos Santos Borges**

Assistente Social e bacharel em Direito. Mestre em Saúde Coletiva pela ULBRA-RS. Doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ. Vice-diretora do NEPP-DH/UFRJ. Integrante do Grupo de estudos Direitos Humanos e Justiça (GEDHJUS/NEPP-DH).

**Viviane Maia**

Assistente Social; doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, mestre em Serviço Social pela UFRJ e especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade pela FIOCRUZ.

